

*Análise Consolidada  
do Poder Executivo*

## 2 Análise Consolidada do Poder Executivo

### 2.1 Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

O Plano Plurianual do Estado de Goiás, Lei nº 16.193, de 29 de janeiro de 2008, revisado pela Lei nº 16.871 de 04 de janeiro de 2010, definiu os macro-objetivos (Eixos Governamentais) para o período de 2008-2011, que são:

**Goiás Cidadania e Bem-Estar Social** – consolidação e expansão de condições promotoras do pleno exercício da cidadania e do bem-estar social, incluindo o acesso justo e universal aos bens e serviços básicos da qualidade de vida, efetivando a dignidade da pessoa humana. As estratégias mobilizadoras desse eixo governamental são:

- ◆ educação universalizadora de oportunidades;
- ◆ segurança pública integral;
- ◆ saúde de qualidade próxima ao cidadão;
- ◆ rede de proteção e inclusão social;
- ◆ identidade cultural, excelência no esporte e promoção do lazer.

**Goiás Empreendedor e Competitivo** – avanço da competitividade sistêmica e da eficiência econômica, fomentando os polos dinâmicos de Goiás, considerando a tendência da sociedade do conhecimento e da economia globalizada, gerando níveis adequados de emprego e distribuição de riqueza. As estratégias mobilizadoras desse eixo governamental são:

- ◆ conhecimento, tecnologia e inovação;
- ◆ economia competitiva e expansão de investimento e empregos;
- ◆ vantagens comparativas em infraestrutura energética, logística e obras públicas;
- ◆ polos dinâmicos industriais, comerciais, de serviços, turísticos, de mineração e de agronegócio;
- ◆ incremento das relações internacionais e comércio exterior.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

**Goiás Integrado e Sustentável** – equacionamento de um modelo de desenvolvimento integrado e sustentável, corrigindo distorções e desequilíbrio regional, locais e urbanos, assegurando o processo com responsabilidade social e qualidade ambiental para as presentes e futuras gerações. As estratégias mobilizadoras desse eixo governamental são:

- ◆ interiorização do desenvolvimento e cidades sustentáveis;
- ◆ qualidade ambiental e responsabilidade social;
- ◆ regiões de desenvolvimento harmônico e equilibrado;
- ◆ saneamento básico universalizado;
- ◆ habitação popular de qualidade.

**Goiás Excelência em Gestão Pública** – alcançar a excelência da Administração Pública com foco no cidadão, avançando mais a modernidade e profissionalismo, promovendo a responsabilidade financeira e eficiência fiscal, integrando as ações de um governo transparente, empreendedor e líder do desenvolvimento. As estratégias mobilizadoras desse eixo governamental são:

- ◆ avanço de gestão e regulação efetiva dos serviços públicos;
- ◆ gestão de qualidade a serviço do cidadão;
- ◆ responsabilidade financeira e eficiência fiscal;
- ◆ rede de planejamento, orçamento, gestão e controle interno com ética, transparência e democratização;
- ◆ capacitação, gestão de competências e valorização profissional.

**Goiás com Parcerias e União Política** – articulação e ativação das capacidades de Estado, do mercado e da sociedade civil rumo ao desenvolvimento, estabelecendo canais de participação, parcerias estratégicas e união política, consolidando a cada dia o novo Goiás. As estratégias mobilizadoras desse eixo governamental são:

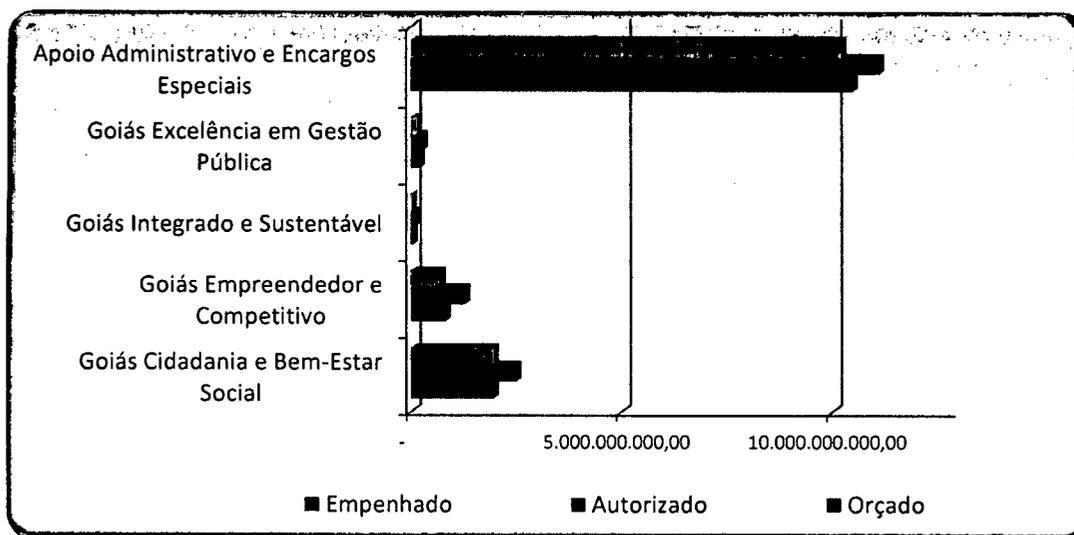
- ◆ parcerias estratégicas para o desenvolvimento;
- ◆ articulação e apoio às administrações municipais;
- ◆ fóruns de debate para o desenvolvimento de Goiás;
- ◆ Goiás líder da alavancagem da região Centro-Oeste;
- ◆ alianças políticas por Goiás.

Ressalta-se que somente nos quatro primeiros Eixos Governamentais ocorre a execução de programas e ações, conforme se verifica no gráfico a seguir, haja vista o macro-objetivo "Goiás com Parcerias e União Política" estar intrínseco aos demais.

**Relatório sobre as Contas do Governador do Estado**  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

O gráfico abaixo demonstra os recursos destinados a cada macro-objetivo (eixo governamental) e a comparação com os valores efetivamente gastos:

Gráfico 20 Poder Executivo – Macro-objetivos (Eixos Governamentais)



Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Ficaram também determinados os programas a serem executados para atingir cada eixo governamental.

A Lei nº 17.266, de 26 de janeiro de 2011, especificou, para o exercício de 2011 as ações e metas a serem atingidas dentro de cada macro-objetivo (eixo governamental), bem como para os demais programas, que são: Programa de Apoio Administrativo; Programa de Encargos Especiais e Reserva de Contingência.

A seguir, passaremos a discriminar cada macro-objetivo (eixo governamental) e os demais programas:

**2.1.1 Goiás Cidadania e Bem-Estar Social**

Para este eixo governamental foi orçado o valor de R\$1.964.491.000,00, que representava 14,52% do total orçado para o Poder Executivo. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$1.966.768.285,35, que representa 15,06% do total empenhado no exercício para este Poder.

Este eixo governamental agrega as seguintes estratégias mobilizadoras da economia:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 120 Goiás Cidadania e Bem Estar Social

| Estratégias Mobilizadoras                                      | Valor                |                      |                      |                               |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|-------------------------------|
|  | Orçado               | Autorizado           | Empenhado            | %<br>Autorizado/<br>Empenhado |
| Educação Universalizadora de Oportunidades                     | 280.432.000          | 437.991.967          | 284.714.462          | 65,00                         |
| Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão                          | 1.241.794.000        | 1.456.221.219        | 1.314.635.601        | 90,28                         |
| Segurança Pública Integral                                     | 221.858.000          | 333.802.055          | 154.118.326          | 46,17                         |
| Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer | 31.359.000           | 32.967.611           | 14.506.026           | 44,00                         |
| Rede de Proteção e Inclusão Social                             | 189.048.000          | 238.798.257          | 198.793.871          | 83,25                         |
| <b>Total</b>   | <b>1.964.491.000</b> | <b>2.499.781.108</b> | <b>1.966.768.285</b> | <b>78,68</b>                  |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Do total empenhado foi pago no exercício o valor de R\$1.497.882.285,75, ficando em restos a pagar o valor de R\$468.885.999,60.

Detalhamos nos itens que se seguem os programas de cada estratégia mobilizadora acima elencada:

2.1.1.1 Educação Universalizadora de Oportunidades

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 8 Unidades Executoras – Educação Universalizadora de Oportunidades

| Códigos | Unidades   | Siglas           |
|---------|--|------------------|
| 2101    | Gabinete do Secretário de Cidadania e Trabalho               | Gab-SEC          |
| 2201    | Gabinete do Secretário da Educação                           | Gab-Seduc        |
| 2350    | Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás                  | Protege<br>Goiás |
| 3050    | Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia                       | Fectec           |
| 3051    | Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás | Funcape          |
| 5501    | Agência Goiana de Transportes e Obras                        | Agetop           |

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a esta Estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 121 Educação Universalizadora de Oportunidades

Em R\$1

| Programas    |  | Valor              |                    |                    |
|--------------|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| Códigos      | Descrição  | Orçado             | Autorizado         | Empenhado          |
| 1038         | Programa Educacional Salário Escola                                  | 325.000            | 325.000            | 156.400            |
| 1901         | Programa Educação Cultura e Movimento                                | 7.551.000          | 5.516.000          | 1.026.579          |
| 1902         | Programa Nossa Escola: Uma Ponte para a Cidadania                    | 57.550.000         | 127.079.875        | 88.575.076         |
| 1906         | Programa Educação e Trabalho   | 3.121.000          | 14.733.638         | 5.438.177          |
| 1907         | Programa Valorização e Desenvolvimento dos Profissionais da Educação | 7.231.000          | 12.736.713         | 2.621.835          |
| 1909         | Programa Gestão, Infraestrutura e Tecnologias                        | 204.654.000        | 277.600.741        | 186.896.395        |
| <b>Total</b> |  | <b>280.432.000</b> | <b>437.991.967</b> | <b>284.714.462</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À Estratégia mobilizadora Educação Universalizadora de Oportunidades foi destinado 2,07% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 2,18%.

A execução da Estratégia mobilizadora Educação Universalizadora de Oportunidades foi equivalente a 65,00% do seu total autorizado.

2.1.1.2 Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta Estratégia Mobilizadora foram:

Quadro 9 Unidades executoras – Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão

| Códigos | Unidades                                    | Siglas        |
|---------|---|---------------|
| 2350    | Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás | Protege Goiás |
| 2850    | Fundo Especial de Saúde                     | Funesa        |
| 2950    | Fundo Estadual de Segurança Pública         | Funesp        |
| 5501    | Agência Goiana de Transportes e Obras       | Agetop        |

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

| Códigos | Unidades   | Siglas |
|---------|--|--------|
| 5704    | Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás | Ipasgo |
| 5901    | Agência Goiana do Sistema de Execução Penal                              | Agesep |
| 5950    | Fundo Penitenciário Estadual   | Funpes |

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a esta estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 122 Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão

Em R\$1

| Programas    |  | Valor                |                      |                      |
|--------------|--|----------------------|----------------------|----------------------|
| Códigos      | Descrição  | Orçado               | Autorizado           | Realizado            |
| 1862         | Programa de Aperfeiçoamento do IPASGO Saúde  | 636.871.000          | 755.878.086          | 744.008.555          |
| 1852         | Programa Melhoria das Condições de Saúde da População                                  | 318.166.000          | 337.241.653          | 256.359.093          |
| 1865         | Programa Qualificação e Operacionalização da Rede Assistencial de Referência da SES/GO | 223.762.000          | 312.243.690          | 284.004.604          |
| 1872         | Programa Desenvolvimento de Ações de Promoção em Saúde                                 | 927.000              | 982.607              | 380.931              |
| 3309         | Programa Qualificação da Gestão em Saúde   | 62.068.000           | 49.875.182           | 29.882.418           |
| <b>Total</b> |  | <b>1.241.794.000</b> | <b>1.456.221.219</b> | <b>1.314.635.601</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão foi destinado 9,18% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 10,06%.

A execução da estratégia mobilizadora Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão foi equivalente a 90,28% do seu total autorizado.

#### 2.1.1.3 Segurança Pública Integral

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Quadro 10 Unidades executoras – Segurança Pública Integral

| Códigos | Unidades  | Siglas  |
|---------|---|---------|
| 2901    | Gabinete do Secretário da Segurança Pública e Justiça | Gab-SSP |
| 2902    | Polícia Militar                                       | PM      |
| 2903    | Corpo de Bombeiros Militar                            | CBM     |
| 2904    | Polícia Civil   | DGPC    |
| 2950    | Fundo Estadual de Segurança Pública                   | Funesp  |
| 4803    | Departamento Estadual de Trânsito de Goiás            | Detran  |
| 5501    | Agência Goiana de Transportes e Obras                 | Agetop  |
| 5901    | Agência Goiana do Sistema de Execução Penal           | Agesepe |
| 5950    | Fundo Penitenciário Estadual                          | Funpes  |

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes desta estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 123 Segurança Pública Integral

| Programas |  | Valor      |            |            |
|-----------|--|------------|------------|------------|
| Códigos   | Descrição  | Orçado     | Autorizado | Realizado  |
| 1873      | Programa de Prevenção e Combate a Incêndio, Salvamento, Resgate e Defesa Civil | 4.437.000  | 5.123.973  | 5.112.604  |
| 1848      | Programa Trânsito Seguro – Preservação da Vida                                 | 38.210.000 | 63.260.000 | 11.992.316 |
| 1849      | Programa Detran Cidadão  | 60.755.000 | 60.755.000 | 26.031.658 |
| 1878      | Programa de Policiamento Repressivo e Investigativo                            | 13.607.000 | 13.607.000 | 12.875.867 |
| 1850      | Programa Estratégico de Prevenção e Repressão ao Crime                         | 14.799.000 | 23.002.277 | 22.980.416 |
| 1868      | Programa Justiça a Serviço da Cidadania  | 7.661.000  | 47.052.964 | 3.371.111  |
| 1869      | Programa de Reintegração Social do Reeducando e Egresso                        | 2.452.000  | 3.669.588  | 2.597.729  |
| 1877      | Programa de Integração e Controle das Ações de Segurança Pública               | 1.380.000  | 1.277.000  | 479.183    |

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

| Programas    |   | Valor              |                    |                    |
|--------------|---|--------------------|--------------------|--------------------|
| Códigos      | Descrição   | Orçado             | Autorizado         | Realizado          |
| 1888         | Programa Estratégico para a Segurança Pública Integral  | 76.411.000         | 113.208.836        | 67.605.483         |
| 1899         | Programa de Perícias Oficiais e Identificação   | 1.520.000          | 2.381.000          | 982.959            |
| 1914         | Programa Estadual de Assistência e Proteção a Colaboradores da Justiça em Situação de Risco ou Grave Ameaça | 626.000            | 464.416            | 89.000             |
| <b>Total</b> |   | <b>221.858.000</b> | <b>333.802.055</b> | <b>154.118.326</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Segurança Pública Integral foi destinado 1,64% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 1,18%.

A execução da estratégia mobilizadora Segurança Pública Integral foi equivalente a 46,17% do seu total autorizado.

#### 2.1.1.4 Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 11 Unidades Executoras – Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer

| Códigos | Unidades  | Siglas        |
|---------|---|---------------|
| 2101    | Gabinete do Secretário de Cidadania e Trabalho          | Gab-SECT      |
| 2151    | Fundo de Assistência Social                             | Feas          |
| 2152    | Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente | Fecad         |
| 2350    | Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás             | Protege Goiás |
| 5201    | Agência Goiana de Esporte e Lazer                       | Agel          |
| 5202    | Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira       | Agepel        |

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes à estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 124 Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer

Em R\$1

| Programas    |  | Valor             |                   |                   |
|--------------|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| Códigos      | Descrição  | Orçado            | Autorizado        | Realizado         |
| 1010         | Programa Comunidade Esportiva                            | 1.215.000         | 3.058.711         | 1.977.478         |
| 1051         | Programa Goiás Potência Esportiva                        | 15.371.000        | 13.204.000        | 4.527.531         |
| 1015         | Programa de Apoio e Promoção da Cultura Goiana           | 10.075.000        | 10.594.900        | 5.957.727         |
| 1072         | Programa Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico | 4.698.000         | 6.110.000         | 2.043.290         |
| <b>Total</b> |  | <b>31.359.000</b> | <b>32.967.611</b> | <b>14.506.026</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer foi destinado 0,23% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,11%.

A execução da estratégia mobilizadora Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer foi equivalente a 44,00% do seu total autorizado.

#### 2.1.1.5 Rede de Proteção e Inclusão Social

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 12 Unidades Executoras – Rede de Proteção e Inclusão Social

| Códigos | Unidades  | Siglas        |
|---------|---|---------------|
| 1101    | Gabinete do Secretário da Casa Civil                            | Gab-SCC       |
| 1201    | Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado                    | Gab-DPEG      |
| 1901    | Gabinete do Secretário de Articulação Institucional             | Gab-SAI       |
| 2101    | Gabinete do Secretário de Cidadania e Trabalho                  | Gab-SECT      |
| 2151    | Fundo de Assistência Social                                     | Feas          |
| 2152    | Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente         | Fecad         |
| 2350    | Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás                     | Protege Goiás |
| 2452    | Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais              | Funproduzir   |
| 2753    | Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás | Fundes        |

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

| Códigos | Unidades   | Siglas     |
|---------|--|------------|
| 3051    | Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás                     | Funcape    |
| 3301    | Gabinete do Secretário de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial | Gab-Semira |

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes à estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 125 Rede de Proteção e Inclusão Social

| Programas    |  | Valor              |                    |                    |
|--------------|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| Códigos      | Descrição  | Orçado             | Autorizado         | Realizado          |
| 1007         | Programa Banco do Povo   | 3.284.000          | 3.284.000          | 129.586            |
| 1008         | Programa Bolsa Universitária   | 36.003.000         | 40.228.000         | 40.225.000         |
| 1012         | Programa da Juventude  | 336.000            | 286.000            | 37.485             |
| 1075         | Programa Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente            | 215.000            | 605.940            | 418.819            |
| 1082         | Programa Renda Cidadã  | 71.198.000         | 84.206.300         | 72.804.283         |
| 1864         | Programa de Qualificação Profissional para a Empregabilidade                   | 1.573.000          | 6.577.125          | 5.868.144          |
| 1871         | Programa de Atendimento ao Trabalhador   | 3.798.000          | 4.198.000          | 3.643.757          |
| 1881         | Programa de Proteção e Inclusão Social   | 60.358.000         | 73.084.789         | 70.740.899         |
| 1898         | Programa de Desenvolvimento Comunitário e Promoção de Direitos Humanos         | 1.699.000          | 1.519.000          | 754.609            |
| 1900         | Programa de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei                   | 4.244.000          | 10.650.103         | 2.054.645          |
| 1904         | Programa de Promoção e Garantia dos Direitos do Idoso                          | 833.000            | 833.000            | 99.599             |
| 1905         | Programa de Promoção e Garantia dos Direitos da Pessoa com Deficiência – PROAD | 453.000            | 353.000            | 4.049              |
| 1919         | Programa Justiça Cidadã  | 4.000              | 4.000              | 0                  |
| 1920         | Programa de Enfrentamento a Homofobia  | 141.000            | 141.000            | 10.000             |
| 3318         | Programa de Gestão do Sistema Único da Assistência Social – SUAS               | 2.525.000          | 2.115.000          | 140.897            |
| 3319         | Programa PROMULHER   | 2.063.000          | 10.391.999         | 1.815.961          |
| 3320         | Programa de Promoção e Defesa da Igualdade Étnico-Racial                       | 321.000            | 321.000            | 46.138             |
| <b>Total</b> |  | <b>189.048.000</b> | <b>238.798.257</b> | <b>198.793.871</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

À estratégia mobilizadora Rede de Proteção e Inclusão Social foi destinado 1,40% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 1,52%.

A execução da estratégia mobilizadora Rede de Proteção e Inclusão Social foi equivalente a 83,25% do seu total autorizado.

### 2.1.2 Goiás Empreendedor e Competitivo

Para este eixo governamental foi orçado o valor de R\$821.546.000,00, que representava 6,07% do total orçado para o Poder Executivo no exercício. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$704.663.451,90, que representa 5,39% do total empenhado para este Poder.

Este eixo governamental agrega as seguintes estratégias mobilizadoras da economia:

Tabela 126 Goiás Empreendedor e Competitivo

Em R\$1

| Estratégias Mobilizadoras  | Valor              |                      |                    |                        |
|--|--------------------|----------------------|--------------------|------------------------|
|  | Orçado             | Autorizado           | Empenhado          | % Realizado/Autorizado |
| Conhecimento, Tecnologia e Inovação  | 126.393.000        | 159.473.040          | 116.519.561        | 73,07                  |
| Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos                                      | 2.977.000          | 10.130.433           | 182.621            | 1,80                   |
| Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas                  | 378.057.000        | 673.707.325          | 495.133.385        | 73,49                  |
| Polos Dinâmicos Industriais, Comerciais, de Serviços, Turísticos, de Mineração e de Agronegócios | 312.404.000        | 442.728.689          | 92.701.004         | 20,94                  |
| Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior                                       | 1.715.000          | 1.715.000            | 126.881            | 7,40                   |
| <b>Total</b>   | <b>821.546.000</b> | <b>1.287.754.486</b> | <b>704.663.452</b> | <b>54,72</b>           |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Do total empenhado foi pago no exercício o valor de R\$377.926.807,26, ficando em restos a pagar o valor de R\$326.736.644,64.

Detalhamos nos itens que se seguem os programas de cada estratégia mobilizadora acima elencada:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

2.1.2.1 Conhecimento, Tecnologia e Inovação

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 13 Unidades Executoras – Conhecimento, Tecnologia e Inovação

| Códigos | Unidades   | Siglas     |
|---------|--|------------|
| 3001    | Gabinete do Secretário de Ciência e Tecnologia               | Gab-Sectec |
| 3050    | Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia                       | Fectec     |
| 3051    | Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás | Funcape    |
| 4803    | Departamento Estadual de Trânsito de Goiás                   | Detran     |
| 6001    | Universidade Estadual de Goiás                               | UEG        |
| 6002    | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás             | Fapeg      |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes à estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 127 Conhecimento, Tecnologia e Inovação

| Programas    |  | Valor              |                    |                    |
|--------------|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| Códigos      | Descrição  | Orçado             | Autorizado         | Realizado          |
| 1847         | Programa Inovar – Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação | 20.743.000         | 37.754.790         | 36.568.877         |
| 1911         | Programa UEG: Força que Transforma Goiás                         | 99.888.000         | 104.752.326        | 76.761.628         |
| 1863         | Programa Goiás Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento       | 5.130.000          | 16.878.924         | 3.172.102          |
| 1870         | Programa de Meteorologia e Estudos Hidrológicos e Climatológicos | 632.000            | 87.000             | 16.953             |
| <b>Total</b> |  | <b>126.393.000</b> | <b>159.473.040</b> | <b>116.519.561</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Conhecimento, Tecnologia e Inovação foi destinado 0,93% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,89%.

A execução da estratégia mobilizadora Conhecimento, Tecnologia e Inovação foi equivalente a 73,07% do seu total autorizado.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

2.1.2.2 Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 14 Unidades Executoras – Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos

| Códigos | Unidades  | Siglas           |
|---------|---|------------------|
| 2101    | Gabinete do Secretário de Cidadania e Trabalho                  | Gab-SECT         |
| 2401    | Gabinete do Secretário de Indústria e Comércio                  | Gab-SIC          |
| 2501    | Gabinete do Secretário de Infraestrutura                        | Gab-Seinfra      |
| 2702    | Encargos Gerais do Estado                                       | Encargos-Segplan |
| 2753    | Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás | Fundes           |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Na tabela abaixo podemos identificar o programa referente a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 128 Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos

| Programas    |  | Valor            |                   |                |
|--------------|--|------------------|-------------------|----------------|
| Códigos      | Descrição                                      | Orçado           | Autorizado        | Realizado      |
| 1874         | Programa de Desenvolvimento da Competitividade | 2.977.000        | 10.130.433        | 182.621        |
| <b>Total</b> |  | <b>2.977.000</b> | <b>10.130.433</b> | <b>182.621</b> |

Em R\$1

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos foi destinado 0,022% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,001%.

A execução da estratégia mobilizadora Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos foi equivalente a 1,80% do seu total autorizado.

2.1.2.3 Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 15 Unidades executoras – Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas

| Códigos | Unidades  | Siglas        |
|---------|---|---------------|
| 2001    | Gabinete do Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação           | Gab-Seagro    |
| 2350    | Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás                           | Protege Goiás |
| 2450    | Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás | Fomentar      |
| 2452    | Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais                    | Funproduzir   |
| 2501    | Gabinete do Secretário de Infraestrutura                              | Gab-Seinfra   |
| 2601    | Gabinete do Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos       | Gab-Semarh    |
| 2650    | Fundo Estadual do Meio Ambiente                                       | Femal         |
| 2902    | Polícia Militar   | PM            |
| 3050    | Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia                                | Fectec        |
| 4803    | Departamento Estadual de Trânsito de Goiás                            | Detran        |
| 5501    | Agência Goiana de Transportes e Obras                                 | Agetop        |
| 5550    | Fundo de Transportes  | Funtransp     |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 129 Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas

|           |   | Em R\$1     |             |             |
|-----------|---|-------------|-------------|-------------|
| Programas |   | Valor       |             |             |
| Códigos   | Descrição   | Orçado      | Autorizado  | Realizado   |
| 1002      | Programa Aeroportuário  | 13.659.000  | 11.431.099  | 1.325.745   |
| 1005      | Programa Asfalto Novo   | 1.001.000   | 36.511.000  | 36.009.998  |
| 1011      | Programa Conservação e Segurança da Malha Rodoviária                        | 102.839.000 | 303.471.716 | 277.209.903 |
| 1019      | Programa de Construção, Ampliação, Reforma e Gerência de Próprios Públicos  | 8.200.000   | 21.139.825  | 9.436.791   |
| 1042      | Programa Estrada Nova – Apoio ao Consórcio Intermunicipal de Obras – CIMO's | 2.000       | 287.989     | 0           |
| 1050      | Programa Goiás Pavimentado  | 183.003.000 | 226.231.416 | 114.465.026 |
| 1066      | Programa Melhoramento e Gerenciamento da Malha Rodoviária Estadual – BIRD   | 150.000     | 150.000     | 0           |

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

| Programas    |  | Valor              |                    |                    |
|--------------|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| Códigos      | Descrição  | Orçado             | Autorizado         | Realizado          |
| 1034         | Programa Desenvolvimento da Rede Multimodal de Transporte      | 58.461.000         | 64.242.279         | 56.659.445         |
| 1039         | Programa Energia e Telecomunicações                            | 8.372.000          | 8.372.000          | 26.478             |
| 1846         | Programa Política Integrada para o Serviço de Transporte Rural | 1.701.000          | 1.401.000          | 0                  |
| 1855         | Programa Goiano de Bioenergia                                  | 669.000            | 469.000            | 0                  |
| <b>Total</b> |  | <b>378.057.000</b> | <b>673.707.325</b> | <b>495.133.385</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas foi destinado 2,79% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 3,79%.

A execução da estratégia mobilizadora Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética foi equivalente a 73,49% do seu total autorizado.

Verifica-se que os programas Programa Estrada Nova – Apoio ao Consórcio Intermunicipal de Obras – CIMO'S, Programa Melhoramento e Gerenciamento da Malha Rodoviária Estadual – BIRD, Programa Política Integrada para o Serviço de Transporte Rural e o Programa Goiano de Bioenergia, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

#### 2.1.2.4 Polos Dinâmicos Industriais, Comerciais, de Serviços, Turísticos, de Mineração e de Agronegócios

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 16 Unidades Executoras – Polos Dinâmicos Industriais, Comerciais, de Serviços, Turísticos, de Mineração e de Agronegócios

| Códigos | Unidades  | Siglas        |
|---------|---|---------------|
| 2001    | Gabinete do Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação           | Gab-Seagro    |
| 2050    | Fundo Especial de Desenvolvimento Rural                               | Funder        |
| 2350    | Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás                           | Protege Goiás |
| 2401    | Gabinete do Secretário de Indústria e Comércio                        | Gab-SIC       |
| 2450    | Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás | Fomentar      |
| 2452    | Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais                    | Funproduzir   |
| 2453    | Fundo de Fomento à Mineração  | Funmineral    |

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

| Códigos | Unidades  | Siglas           |
|---------|---|------------------|
| 2702    | Encargos Gerais do Estado   | Encargos-Segplan |
| 5001    | Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária | Emater-GO        |
| 5003    | Agência Goiana de Defesa Agropecuária   | Agrodefesa       |
| 5403    | Agência Estadual de Turismo   | Goiás Turismo    |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a esta estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 130 Polos Dinâmicos Industriais, Comerciais, de Serviços, Turísticos, de Mineração e de Agronegócios

Em R\$1

| Programas    |  | Valor              |                    |                   |
|--------------|--|--------------------|--------------------|-------------------|
| Códigos      | Descrição  | Orçado             | Autorizado         | Realizado         |
| 1875         | Programa Estadual de Desenvolvimento Agrário e Social                | 555.000            | 1.930.226          | 459.751           |
| 1883         | Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural            | 154.000            | 9.298.772          | 2.835.916         |
| 1884         | Programa Estadual de Pesquisa Agropecuária                           | 18.964.000         | 37.028.962         | 20.591.379        |
| 1917         | Programa de Vigilância Agropecuária                                  | 3.135.000          | 11.128.909         | 7.422.737         |
| 1897         | Programa Mostra Goiás  | 57.196.000         | 142.107.225        | 11.412.392        |
| 1003         | Programa Agrofamiliar  | 12.851.000         | 18.427.142         | 9.674.297         |
| 1009         | Programa Institucional para o Desenvolvimento da Agropecuária        | 3.019.000          | 2.801.408          | 728.953           |
| 1913         | Programa Goiás Agropecuário  | 687.000            | 806.517            | 219.320           |
| 1048         | Programa Goiás Irrigar   | 127.212.000        | 125.412.000        | 4.248.574         |
| 1018         | Programa de Competitividade e Apoio às Micro e Pequenas Empresas     | 744.000            | 744.000            | 134.535           |
| 1020         | Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás – PRODUZIR | 35.285.000         | 40.285.000         | 17.166.384        |
| 1031         | Programa de Promoção Comercial                                       | 4.663.000          | 4.663.000          | 1.631.757         |
| 1857         | Programa de Modernização Industrial                                  | 30.335.000         | 30.335.000         | 5.117.041         |
| 1912         | Programa Mineração Gerando Mais Riqueza e Renda                      | 17.604.000         | 17.760.527         | 11.057.969        |
| <b>Total</b> |  | <b>312.404.000</b> | <b>442.728.689</b> | <b>92.701.004</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Polos Dinâmicos Industriais, Comerciais, de Serviços, Turísticos, de Mineração e de Agronegócios foi destinado 2,31% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,71%.

A execução da estratégia mobilizadora Polos Dinâmicos Industriais, Comerciais, de Serviços, Turísticos, de Mineração e de Agronegócios foi equivalente a 20,94% do seu total autorizado.

#### 2.1.2.5 Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior

As unidades executoras das ações desenvolvidas no programa desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 17 Unidades Executoras – Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior

| Códigos | Unidades   | Siglas      |
|---------|--|-------------|
| 2401    | Gabinete do Secretário de Indústria e Comércio     | Gab-SIC     |
| 2452    | Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais | Funproduzir |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Na tabela seguinte podemos identificar o programa referente a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 131 Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior

| Programas    |                           | Valor            |                  |                |
|--------------|---------------------------|------------------|------------------|----------------|
| Códigos      | Descrição                 | Orçado           | Autorizado       | Realizado      |
| 1860         | Programa Goiás Exportador | 1.715.000        | 1.715.000        | 126.881        |
| <b>Total</b> |                           | <b>1.715.000</b> | <b>1.715.000</b> | <b>126.881</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior foi destinado 0,013% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,001%.

A execução da estratégia mobilizadora Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior foi equivalente a 7,40% do seu total autorizado.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

**2.1.3 Goiás Integrado e Sustentável**

Para este eixo governamental foi orçado o valor de R\$44.698.000,00, que representava 0,33% do total orçado para o Poder Executivo. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$23.333.930,47, que representa 0,18% do total empenhado no exercício para esse Poder.

Este eixo governamental agrega as seguintes estratégias mobilizadoras da economia:

Tabela 132 Goiás Integrado e Sustentável

| Estratégias Mobilizadoras                                | Valor             |                   |                   |                        |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|------------------------|
|  | Orçado            | Autorizado        | Empenhado         | % Realizado/Autorizado |
| Interiorização do Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis | 951.000           | 1.985.776         | 278.698           | 14,03                  |
| Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social            | 9.837.000         | 22.889.851        | 5.673.420         | 24,79                  |
| Regiões de Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado       | 7.072.000         | 10.559.620        | 6.714.869         | 63,59                  |
| Saneamento Básico Universalizado                         | 8.548.000         | 9.788.000         | 2.498.262         | 25,52                  |
| Habitação Popular de Qualidade                           | 18.290.000        | 23.056.682        | 8.168.682         | 35,43                  |
| <b>Total</b>   | <b>44.698.000</b> | <b>68.279.929</b> | <b>23.333.930</b> | <b>34,17</b>           |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Do total empenhado foi pago no exercício o valor de R\$9.435.471,86, ficando em restos a pagar o valor de R\$13.898.458,61.

Detalhamos nos itens que se seguem os programas de cada estratégia mobilizadora acima elencada:

**2.1.3.1 Interiorização do Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis**

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 18 Unidades Executoras – Interiorização do Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis

| Códigos | Unidades                                   | Siglas    |
|---------|--|-----------|
| 5701    | Agência Goiana de Desenvolvimento Regional | AGDR      |
| 1801    | Gabinete do Secretário das Cidades         | Gab-Secid |

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a esta estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 133 Interiorização do Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis

Em R\$1

| Programas    |   | Valor          |                  |                |
|--------------|---|----------------|------------------|----------------|
| Códigos      | Descrição   | Orçado         | Autorizado       | Realizado      |
| 1033         | Programa de Desenvolvimento Local e Urbanístico     | 559.000        | 1.373.776        | 246.373        |
| 1866         | Programa Planejamento Urbano e Cidades Sustentáveis | 231.000        | 151.000          | 0              |
| 1882         | Programa Fortalecimento da Gestão Municipal         | 161.000        | 461.000          | 32.325         |
| <b>Total</b> |   | <b>951.000</b> | <b>1.985.776</b> | <b>278.698</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Interiorização do Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis foi destinado 0,007% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,002%.

A execução da estratégia mobilizadora Interiorização do Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis foi equivalente a 14,03% do seu total autorizado.

Verifica-se que o Programa Planejamento Urbano e Cidades Sustentáveis, embora tivesse recursos alocados no orçamento, não foi executado.

#### 2.1.3.2 Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social

As unidades executoras das ações desenvolvidas no programa desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 19 Unidades Executoras – Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social

| Códigos | Unidades  | Siglas     |
|---------|---|------------|
| 2601    | Gabinete do Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos | Gab-Semarh |
| 2650    | Fundo Estadual do Meio Ambiente                                 | Fema       |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 134 Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social

| Programas    |                                    | Valor            |                  |                   |
|--------------|------------------------------------|------------------|------------------|-------------------|
| Códigos      | Descrição                          | Orçado           | Autorizado       | Realizado         |
| 1856         | Programa Goiás Qualidade Ambiental | 9.837.000        | 22.889.851       | 5.673.420         |
| <b>Total</b> |                                    | <b>9.837.000</b> | <b>9.837.000</b> | <b>22.889.851</b> |

Em R\$1

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social foi destinado 0,07% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,04%.

A execução da estratégia mobilizadora Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social foi equivalente a 24,79% do seu total autorizado.

2.1.3.3 Regiões de Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 20 Unidades executoras – Regiões de Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado

| Códigos | Unidades   | Siglas           |
|---------|--|------------------|
| 1701    | Gabinete do Secretário de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia | Gab-SDRM         |
| 1801    | Gabinete do Secretário das Cidades   | Gab-CID          |
| 2350    | Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás                                  | Protege Goiás    |
| 2501    | Gabinete do Secretário de Infraestrutura                                     | Gab-Seinfra      |
| 2702    | Encargos Gerais do Estado  | Encargos-Segplan |
| 5701    | Agência Goiana de Desenvolvimento Regional                                   | AGDR             |

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 135 Regiões de Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado

Em R\$1

| Programas    |  | Valor            |                   |                  |
|--------------|--|------------------|-------------------|------------------|
| Códigos      | Descrição  | Orçado           | Autorizado        | Realizado        |
| 1879         | Programa para Mobilidade na Região Metropolitana e Municípios de Médio Porte | 4.794.000        | 3.512.681         | 3.286.681        |
| 1880         | Programa de Planejamento e Infraestrutura Metropolitana                      | 225.000          | 225.000           | 0                |
| 1023         | Programa de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Distrito Federal       | 1.253.000        | 6.741.803         | 3.428.188        |
| 1024         | Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano                      | 378.000          | 61.247            | 0                |
| 1035         | Programa Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano – Nordeste Novo      | 422.000          | 18.889            | 0                |
| <b>Total</b> |  | <b>7.072.000</b> | <b>10.559.620</b> | <b>6.714.869</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011

À estratégia mobilizadora Regiões de Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado foi destinado 0,052% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,051%.

A execução da estratégia mobilizadora Regiões de Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado foi equivalente a 63,59% do seu total autorizado.

Verifica-se que os programas Planejamento e Infraestrutura Metropolitana, Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano e Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano – Nordeste Novo, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

#### 2.1.3.4 Saneamento Básico Universalizado

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foi:

Quadro 21 Unidade executora – Saneamento Básico Universalizado

| Códigos | Unidades   | Siglas   |
|---------|--|----------|
| 1701    | Gabinete do Secretário de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia | Gab-SDRM |
| 1801    | Gabinete do Secretário das Cidades   | Gab-CID  |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 136 Saneamento Básico Universalizado

| Programas    |  | Valor            |                  |                  |
|--------------|--|------------------|------------------|------------------|
| Códigos      | Descrição  | Orçado           | Autorizado       | Realizado        |
| 1885         | Programa Solução para os Esgotos Sanitários e Resíduos Sólidos em todas as Cidades | 7.312.000        | 7.312.000        | 2.498.262        |
| 1886         | Programa Planos de Saneamento  | 624.000          | 624.000          | 0                |
| 1887         | Programa Água Potável para Todos   | 612.000          | 1.852.000        | 0                |
| <b>Total</b> |  | <b>8.548.000</b> | <b>9.788.000</b> | <b>2.498.262</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Saneamento Básico Universalizado foi destinado 0,06% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,02%.

A execução da estratégia mobilizadora Saneamento Básico Universalizado foi equivalente a 25,52% do seu total autorizado.

Verifica-se que o Programa Planos de Saneamento, e o Programa Água Potável para Todos, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

#### 2.1.3.5 Habitação Popular de Qualidade

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 22 Unidades executoras – Habitação Popular de Qualidade

| Código | Unidade   | Sigla         |
|--------|---|---------------|
| 1801   | Gabinete do Secretário das Cidades              | Gab-CID       |
| 1851   | Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social | Fehis         |
| 2350   | Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás     | Protege Goiás |

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 137 Habitação Popular de Qualidade

| Programas    |                      | Valor             |                   |                  |
|--------------|----------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| Códigos      | Descrição            | Orçado            | Autorizado        | Realizado        |
| 1069         | Programa Morada Nova | 18.290.000        | 23.056.682        | 8.168.682        |
| <b>Total</b> |                      | <b>18.290.000</b> | <b>23.056.682</b> | <b>8.168.682</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Habitação Popular de Qualidade foi destinado 0,14% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,06%.

A execução da estratégia mobilizadora Habitação Popular de Qualidade foi equivalente a 35,43% do seu total autorizado.

#### 2.1.4 Goiás Excelência em Gestão Pública

Para este eixo governamental foi orçado o valor de R\$203.401.000,00, que representava 1,50% do total orçado para o Poder Executivo. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$139.379.058,14, que representa 1,07% do total empenhado no exercício para esse Poder.

Este eixo governamental agrega as seguintes estratégias mobilizadoras da economia:

Tabela 138 Goiás Excelência em Gestão Pública

| Estratégias Mobilizadoras   | Valor              |                    |                    |                           |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------------|
|   | Orçado             | Autorizado         | Empenhado          | %Realizado/<br>Autorizado |
| Avanço de Gestão e Regulação Efetiva dos Serviços Públicos  | 176.309.000        | 240.028.466        | 119.195.296        | 49,66                     |
| Gestão de Qualidade Serviço do Cidadão  | 6.056.000          | 8.368.000          | 3.140.290          | 37,53                     |
| Responsabilidade Financeira e Eficiência Fiscal   | 12.757.000         | 20.401.908         | 16.451.832         | 80,64                     |
| Rede de Planejamento, Orçamento, Gestão, Controle Interno com Ética, Transparência e Democratização | 793.000            | 1.329.002          | 426.408            | 32,08                     |
| Capacitação, Gestão de Competências e Valorização Profissional                                      | 7.486.000          | 4.664.799          | 165.233            | 3,54                      |
| <b>Total</b>  | <b>203.401.000</b> | <b>274.792.175</b> | <b>139.379.058</b> | <b>50,72</b>              |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011

Do total empenhado foi pago no exercício o valor de R\$91.117.010,31, ficando em restos a pagar o valor de R\$48.262.047,83.

Detalhamos nos itens que se seguem os programas de cada estratégia mobilizadora acima elencada:

2.1.4.1 Avanço de Gestão e Regulação Efetiva dos Serviços Públicos

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 23 Unidades Executoras – Avanço de Gestão e Regulação Efetiva dos Serviços Públicos

| Códigos | Unidades   | Siglas      |
|---------|--|-------------|
| 1101    | Gabinete do Secretário da Casa Civil   | Gab-SCC     |
| 1201    | Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado                                 | Gab-DPEG    |
| 1301    | Gabinete do Vice-Governador  | Gab-VG      |
| 1401    | Gabinete do Procurador Geral do Estado                                       | Gab-PGE     |
| 1501    | Gabinete do Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado                | Gab-CGE     |
| 1601    | Gabinete do Chefe do Gabinete Militar  | Gab-GM      |
| 1701    | Gabinete do Secretário de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia | Gab-SDRM    |
| 1801    | Gabinete do Secretário das Cidades   | Gab-CID     |
| 1901    | Gabinete do Secretário de Articulação Institucional                          | Gab-SAI     |
| 2001    | Gabinete do Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação                  | Gab-Seagro  |
| 2050    | Fundo Especial de Desenvolvimento Rural                                      | Funder      |
| 2101    | Gabinete do Secretário de Cidadania e Trabalho                               | Gab-SECT    |
| 2201    | Gabinete do Secretário da Educação   | Gab-Seduc   |
| 2301    | Gabinete do Secretário da Fazenda  | Gab-Sefaz   |
| 2351    | Fundo de Modernização da Administração Fazendária                            | Fundaf      |
| 2452    | Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais                           | Funproduzir |
| 2453    | Fundo de Fomento à Mineração   | Funmineral  |
| 2501    | Gabinete do Secretário de Infraestrutura                                     | Gab-Seinfra |
| 2601    | Gabinete do Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos              | Gab-Semarh  |

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

| Códigos | Unidades   | Siglas           |
|---------|--|------------------|
| 2650    | Fundo Estadual do Meio Ambiente  | Fema             |
| 2701    | Gabinete do Secretário de Gestão e Planejamento                                  | Gab-Segplan      |
| 2702    | Encargos Gerais do Estado  | Encargos-Segplan |
| 2751    | Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás            | Funcam           |
| 2753    | Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás                  | Fundes           |
| 2850    | Fundo Especial de Saúde  | Funesa           |
| 2901    | Gabinete do Secretário da Segurança Pública e Justiça                            | Gab-SSP          |
| 2902    | Polícia Militar  | PM               |
| 2904    | Polícia Civil  | PC               |
| 2950    | Fundo Estadual de Segurança Pública  | Funesp           |
| 3050    | Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia   | Fectec           |
| 3301    | Gabinete do Secretário de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial | Gab-Semira       |
| 4101    | Agência Goiana de Comunicação  | Agecom           |
| 4103    | Departamento Estadual de Trânsito de Goiás                                       | Detran           |
| 5003    | Agência Goiana de Defesa Agropecuária  | Agrodefesa       |
| 5201    | Agência Goiana de Esporte e Lazer  | Agel             |
| 5202    | Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira                                | Agepel           |
| 5401    | Junta Comercial do Estado de Goiás   | Juceg            |
| 5403    | Agência Estadual de Turismo  | Goiás Turismo    |
| 5501    | Agência Goiana de Transportes e Obras  | Agetop           |
| 5701    | Agência Goiana de Desenvolvimento Regional                                       | AGDR             |
| 5702    | Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos        | AGR              |
| 5704    | Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás         | Ipasgo           |
| 5705    | Goiás Previdência  | Goiasprev        |
| 5901    | Agência Goiana do Sistema de Execução Penal                                      | Agesep           |
| 6001    | Universidade Estadual de Goiás   | UEG              |
| 6002    | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás                                 | Fapeg            |

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 139 Avanço de Gestão e Regulação Efetiva dos Serviços Públicos

Em R\$1

| Códigos      | Programas<br>Descrição   | Valor              |                    |                    |
|--------------|--|--------------------|--------------------|--------------------|
|              |  | Orçado             | Autorizado         | Realizado          |
| 3008         | Programa de Modernização do Uso da Tecnologia da Informação  | 122.912.000        | 112.122.772        | 31.791.635         |
| 1858         | Programa Comunicação e Publicidade Institucional das Ações Governamentais e Notícias Eletrônicas               | 14.316.000         | 70.129.608         | 68.650.079         |
| 1859         | Programa Modernização, Ampliação e Atualização Técnica das Rádios, Televisão Brasil Central e Gráfica de Goiás | 9.768.000          | 9.546.621          | 4.693.856          |
| 3013         | Programa Estadual de Regulação   | 5.873.000          | 7.879.465          | 6.595.077          |
| 1867         | Programa de Gestão Previdenciária  | 1.632.000          | 1.632.000          | 0                  |
| 1044         | Programa JUCEG Ágil  | 26.000             | 26.000             | 0                  |
| 3004         | Programa de Apoio aos Municípios e Entidades sem Fins Lucrativos – Convênios                                   | 1.149.000          | 16.209.000         | 5.518.703          |
| 3315         | Programa de Aplicação de Recursos Externos na Administração Pública Estadual                                   | 19.478.000         | 21.278.000         | 1.728.760          |
| 3317         | Programa Estadual de Investimentos, Parcerias e Desestatização   | 955.000            | 1.205.000          | 217.185            |
| 1053         | Programa Governo Itinerante  | 200.000            | 0                  | 0                  |
| <b>Total</b> |  | <b>176.309.000</b> | <b>240.028.466</b> | <b>119.195.296</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Avanço de Gestão e Regulação Efetiva dos Serviços Públicos foi destinado 1,30% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,91%.

A execução da estratégia mobilizadora Avanço de Gestão e Regulação Efetiva dos Serviços Públicos foi equivalente a 49,66% do seu total autorizado.

Verifica-se que os programas Gestão Previdenciária, Juceg Ágil e Governo Itinerante, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

2.1.4.2 Gestão de Qualidade a Serviço do Cidadão

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 24 Unidades Executoras – Gestão de Qualidade a Serviço do Cidadão

| Códigos | Unidades  | Siglas        |
|---------|---|---------------|
| 2001    | Gabinete do Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação               | Gab-Seagro    |
| 2101    | Gabinete do Secretário de Cidadania e Trabalho                            | Gab-SECT      |
| 2201    | Gabinete do Secretário da Educação  | Gab-Seduc     |
| 2301    | Gabinete do Secretário da Fazenda   | Gab-Sefaz     |
| 2351    | Fundo de Modernização da Administração Fazendária                         | Fundaf        |
| 2601    | Gabinete do Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos           | Gab-Semarh    |
| 2650    | Fundo Estadual do Meio Ambiente   | Fema          |
| 2701    | Gabinete do Secretário de Gestão e Planejamento                           | Gab-Segplan   |
| 2751    | Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás     | Funcam        |
| 2850    | Fundo Especial de Saúde   | Funesa        |
| 2901    | Gabinete do Secretário da Segurança Pública e Justiça                     | Gab-SSPJ      |
| 2950    | Fundo Estadual de Segurança Pública                                       | Funesp        |
| 2951    | Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor                         | Procon        |
| 4803    | Departamento Estadual de Trânsito de Goiás                                | Detran        |
| 5003    | Agência Goiana de Defesa Agropecuária                                     | Agrodefesa    |
| 5202    | Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira                         | Agepel        |
| 5403    | Agência Estadual de Turismo   | Goiás Turismo |
| 5702    | Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos | AGR           |
| 5705    | Goiás Previdência   | Goiasprev     |

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 140 Gestão de Qualidade a Serviço do Cidadão

Em R\$1

| Programas    |  | Valor            |                  |                  |
|--------------|--|------------------|------------------|------------------|
| Códigos      | Descrição  | Orçado           | Autorizado       | Realizado        |
| 1853         | Programa de Excelência no Atendimento ao Cidadão – VAP VUPT                        | 4.079.000        | 6.541.000        | 3.110.290        |
| 3316         | Programa da Qualidade dos Serviços Públicos  | 270.000          | 370.000          | 0                |
| 1903         | Programa de Proteção aos Direitos do Consumidor                                    | 811.000          | 811.000          | 30.000           |
| 3314         | Programa de Excelência Gerencial na Administração Pública do Estado de Goiás (PEG) | 896.000          | 646.000          | 0                |
| <b>Total</b> |  | <b>6.056.000</b> | <b>8.368.000</b> | <b>3.140.290</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Gestão de Qualidade a Serviço do Cidadão foi destinado 0,04% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,02%.

A execução da estratégia mobilizadora Gestão de Qualidade a Serviço do Cidadão foi equivalente a 37,53% do seu total autorizado.

Verifica-se que o Programa da Qualidade dos Serviços Públicos, e o Programa de Excelência Gerencial na Administração Pública, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

#### 2.1.4.3 Responsabilidade Financeira e Eficiência Fiscal

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 25 Unidades executoras – Responsabilidade Financeira e Eficiência Fiscal

| Códigos | Unidades  | Siglas      |
|---------|---|-------------|
| 2301    | Gabinete do Secretário da Fazenda                                     | Gab-Sefaz   |
| 2351    | Fundo de Modernização da Administração Fazendária                     | Fundaf      |
| 2701    | Gabinete do Secretário de Gestão e Planejamento                       | Gab-Segplan |
| 2751    | Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás | Funcam      |
| 2753    | Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás       | Fundes      |

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 141 Responsabilidade Financeira e Eficiência Fiscal

| Programas    |   | Valor             |                   |                   |
|--------------|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| Códigos      | Descrição   | Orçado            | Autorizado        | Realizado         |
| 3006         | Programa de Gestão das Finanças Públicas                  | 90.000            | 120.653           | 7.426             |
| 3321         | Programa Estratégico para Otimização de Recursos Públicos | 814.000           | 814.000           | 0                 |
| 3017         | Programa Incremento da Receita                            | 11.853.000        | 19.467.255        | 16.444.406        |
| <b>Total</b> |   | <b>12.757.000</b> | <b>20.401.908</b> | <b>16.451.832</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Responsabilidade Financeira e Eficiência Fiscal foi destinado 0,09% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 0,13%.

A execução da estratégia mobilizadora Responsabilidade Financeira e Eficiência Fiscal foi equivalente a 80,64% do seu total autorizado.

Verifica-se que o Programa Estratégico para Otimização de Recursos Públicos, embora tivesse recursos alocados no orçamento, não foi executado.

#### 2.1.4.4 Rede de Planejamento, Orçamento, Gestão, Controle Interno com Ética, Transparência e Democratização

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 26 Unidades Executoras – Rede de Planejamento, Orçamento, Gestão, Controle Interno com Ética, Transparência e Democratização

| Códigos | Unidades  | Siglas      |
|---------|---|-------------|
| 1501    | Gabinete do Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado         | Gab-CGE     |
| 2351    | Fundo de Modernização da Administração Fazendária                     | Fundaf      |
| 2701    | Gabinete do Secretário de Gestão e Planejamento                       | Gab-Segplan |
| 2751    | Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás | Funcam      |
| 2753    | Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás       | Fundes      |

Fonte: Execução do orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 142 Rede de Planejamento, Orçamento, Gestão, Controle Interno com Ética, Transparência e Democratização

| Programas    |   | Valor          |                  |                |
|--------------|---|----------------|------------------|----------------|
| Códigos      | Descrição                                       | Orçado         | Autorizado       | Realizado      |
| 3311         | Programa GOIASTRANSPARENTE                      | 11.000         | 91.000           | 53.032         |
| 3312         | Programa GOIASCONTROLE                          | 197.000        | 583.002          | 170.472        |
| 3020         | Programa Rede Goiás de Planejamento e Orçamento | 585.000        | 655.000          | 202.903        |
| <b>Total</b> |   | <b>793.000</b> | <b>1.329.002</b> | <b>426.408</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Rede de Planejamento, Orçamento, Gestão, Controle Interno com Ética, Transparência e Democratização foi destinado 0,006% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,003%.

A execução da estratégia mobilizadora Rede de Planejamento, Orçamento, Gestão, Controle Interno com Ética, Transparência e Democratização foi equivalente a 32,08% do total autorizado.

#### 2.1.4.5 Capacitação, Gestão de Competências e Valorização Profissional

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 27 Unidades Executoras – Capacitação, Gestão de Competências e Valorização Profissional

| Códigos | Unidades   | Siglas     |
|---------|--|------------|
| 701     | Gabinete do Procurador Geral de Justiça                                      | Gab-MP-PGJ |
| 1101    | Gabinete do Secretário da Casa Civil   | Gab-SCC    |
| 1301    | Gabinete do Vice-Governador  | Gab-VG     |
| 1501    | Gabinete do Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado                | Gab-CGE    |
| 1601    | Gabinete do Chefe do Gabinete Militar  | Gab-GM     |
| 1701    | Gabinete do Secretário de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia | Gab-SDRM   |
| 1801    | Gabinete do Secretário das Cidades   | Gab-CID    |
| 1901    | Gabinete do Secretário de Articulação Institucional                          | Gab-SAI    |
| 2001    | Gabinete do Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação                  | Gab-Seagro |

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

| Códigos | Unidades  | Siglas        |
|---------|---|---------------|
| 2101    | Gabinete do Secretário de Cidadania e Trabalho                            | Gab-SECT      |
| 2201    | Gabinete do Secretário da Educação  | Gab-Seduc     |
| 2301    | Gabinete do Secretário da Fazenda   | Gab-Sefaz     |
| 2351    | Fundo de Modernização da Administração Fazendária                         | Fundaf        |
| 2401    | Gabinete do Secretário de Indústria e Comércio                            | Gab-SIC       |
| 2501    | Gabinete do Secretário de Infraestrutura                                  | Gab-Seinfra   |
| 2601    | Gabinete do Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos           | Gab-Semarh    |
| 2650    | Fundo Estadual do Meio Ambiente   | Fema          |
| 2701    | Gabinete do Secretário de Gestão e Planejamento                           | Gab-Segplan   |
| 2751    | Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás     | Funcam        |
| 2801    | Gabinete do Secretário da Saúde   | Gab-SES       |
| 2901    | Gabinete do Secretário da Segurança Pública e Justiça                     | Gab-SSPJ      |
| 2902    | Polícia Militar   | PM            |
| 2903    | Corpo de Bombeiros Militar  | CBM           |
| 2904    | Polícia Civil   | PC            |
| 2950    | Fundo Estadual de Segurança Pública                                       | Funesp        |
| 3050    | Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia                                    | Fectec        |
| 3051    | Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás              | Funcape       |
| 4101    | Agência Goiana de Comunicação   | Agecom        |
| 4803    | Departamento Estadual de Trânsito de Goiás                                | Detran        |
| 5003    | Agência Goiana de Defesa Agropecuária                                     | Agrodefesa    |
| 5201    | Agência Goiana de Esporte e Lazer   | Agel          |
| 5202    | Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira                         | Agepel        |
| 5401    | Junta Comercial do Estado de Goiás  | Juceg         |
| 5403    | Agência Estadual de Turismo   | Goiás Turismo |
| 5501    | Agência Goiana de Transportes e Obras                                     | Agetop        |
| 5701    | Agência Goiana de Desenvolvimento Regional                                | AGDR          |
| 5702    | Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos | AGR           |
| 5704    | Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás  | Ipasgo        |
| 5705    | Goiás Previdência   | Goiasprev     |
| 5901    | Agência Goiana do Sistema de Execução Penal                               | Agesep        |
| 6001    | Universidade Estadual de Goiás  | UEG           |
| 6002    | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás                          | Fapeg         |

Fonte: Execução do orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes à estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 143 Capacitação, Gestão de Competências e Valorização Profissional

Em R\$1

| Programas    |   | Valor            |                  |                |
|--------------|---|------------------|------------------|----------------|
| Códigos      | Descrição   | Orçado           | Autorizado       | Realizado      |
| 3010         | Programa de Gestão de Pessoas                       | 2.768.000        | 2.446.799        | 164.966        |
| 3308         | Programa de Educação Corporativa do Estado de Goiás | 4.718.000        | 2.218.000        | 267            |
| <b>Total</b> |   | <b>7.486.000</b> | <b>4.664.000</b> | <b>165.233</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Capacitação, Gestão de Competências e Valorização Profissional foi destinado 0,055% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,001%.

A execução da estratégia mobilizadora Capacitação, Gestão de Competências e Valorização Profissional foi equivalente a 3,54% do seu total autorizado.

### 2.1.5 Goiás com Parcerias e União Política

O Orçamento não destinou recursos a este eixo governamental.

### 2.1.6 Apoio Administrativo e Encargos Gerais

O Orçamento destinou, no âmbito do Poder Executivo, recursos para Apoio Administrativo, Encargos Especiais e Reservas de Contingências.

Para estes programas foi orçado o valor de R\$10.494.545.000,00, que representava 77,57% do total orçado para o exercício. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$10.227.600.131,59, que representa 78,30% do total empenhado no exercício.

Este eixo governamental agrega as seguintes estratégias mobilizadoras da economia:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 144 Apoio Administrativo, Encargos Especiais e Reservas de Contingências

| Estratégias Mobilizadoras | Valor                 |                       |                       |                        |
|---------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|
|                           | Orçado                | Autorizado            | Empenhado             | % Empenhado/Autorizado |
| Apoio Administrativo      | 5.009.852.000         | 5.378.120.630         | 5.066.063.641         | 94,20                  |
| Reserva de Contingência   | 365.753.000           | 26.263.686            | -                     | -                      |
| Encargos Especiais        | 5.118.940.000         | 5.712.984.941         | 5.161.536.491         | 90,35                  |
| <b>Total</b>              | <b>10.494.545.000</b> | <b>11.117.369.257</b> | <b>10.227.600.132</b> | <b>92,00</b>           |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Do total empenhado no âmbito do Poder Executivo, foi pago no exercício o valor de R\$9.890.707.796,66, ficando em restos a pagar o valor de R\$336.892.334,93.

2.1.6.1 Apoio Administrativo

Na próxima tabela podemos identificar os programas referentes a Apoio Administrativo, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 145 Apoio Administrativo

| Programas |  | Valor         |               |               |
|-----------|--|---------------|---------------|---------------|
| Códigos   | Descrição  | Orçado        | Autorizado    | Realizado     |
| 4001      | Apoio Administrativo   | 4.630.660.000 | 5.022.012.551 | 4.719.295.455 |
| 4002      | Programa Gestão e Coordenação do Governo Estadual                          | 8.062.000     | 17.157        | 0             |
| 4004      | Programa Segurança/Proteção das Autoridades Governamentais                 | 17.760.000    | 23.367.987    | 22.192.319    |
| 4005      | Programa Apoio a Gestão e Coordenação do Governo Estadual                  | 4.340.000     | 3.940.000     | 3.478.607     |
| 4006      | Programa de Defesa dos Interesses Legais da Administração Pública Estadual | 78.201.000    | 65.701.000    | 61.536.777    |
| 4008      | Programa de Manutenção do Conselho Estadual de Educação                    | 99.000        | 98.000        | 21.807        |
| 4009      | Programa de Coordenação e Apoio às Ações de Policiamento Repressivo        | 264.276.000   | 254.240.667   | 251.375.766   |

Em R\$1

| Programas    |   | Valor                |                      |                      |
|--------------|---|----------------------|----------------------|----------------------|
| Códigos      | Descrição   | Orçado               | Autorizado           | Realizado            |
| 4011         | Programa de Manutenção e Conservação do Palácio Pedro Ludovico Teixeira | 3.201.000            | 5.428.268            | 5.155.767            |
| 4012         | Programa de Manutenção e Conservação do Palácio das Esmeraldas          | 3.201.000            | 3.264.000            | 2.997.623            |
| 4026         | Programa de Manutenção do Conselho Estadual de Cultura                  | 52.000               | 51.000               | 9.520                |
| <b>Total</b> |   | <b>5.009.852.000</b> | <b>5.378.120.630</b> | <b>5.066.063.641</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Ao Apoio Administrativo foi destinado 37,03% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 38,79%.

A execução da estratégia mobilizadora Apoio Administrativo foi equivalente a 94,20% do seu total autorizado.

#### 2.1.6.2 Reserva de Contingência

O orçamento anual pode consignar dotação global na Reserva de Contingência "não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais".

À Reserva de Contingência foi destinado R\$365.753.000,00, que representava 2,70% do total orçado para o Poder Executivo e o valor de R\$339.489.314,20 foi usado como fonte de recursos para abertura de créditos suplementares. Ao final do exercício, restou um crédito autorizado de R\$26.263.685,80.

#### 2.1.6.3 Encargos Especiais

Os Encargos Especiais tem como objetivo o atendimento às despesas das quais não se possa associar um bem ou serviço ofertado diretamente à sociedade.

Aos Encargos Especiais no âmbito do Poder Executivo foi destinado 37,84% do total orçado, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 39,52%.

Na próxima tabela podemos identificar os programas referentes aos Encargos Especiais, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 146 Encargos Especiais – Programas

| Programas    |                    | Valor                |                      |                      |
|--------------|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Códigos      | Descrição          | Orçado               | Autorizado           | Realizado            |
| 0000         | Encargos Especiais | 5.118.940.000        | 5.712.984.941        | 5.161.536.491        |
| <b>Total</b> |                    | <b>5.118.940.000</b> | <b>5.712.984.941</b> | <b>5.161.536.491</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

As ações efetivamente executadas neste programa foram as seguintes:

Tabela 147 Encargos Especiais – Ações

| Programa / Ações |   | Valor Empenhado      | %             |
|------------------|---|----------------------|---------------|
| Códigos          | Descrição   |                      |               |
| 7001             | Encargos com Inativos e Pensionistas  | 1.288.780.207        | 24,97         |
| 7002             | Encargos c/ Inativos e Pensionistas na Área da Educação Básica                      | 475.473.601          | 9,21          |
| 7003             | Encargos c/ Inativos e Pensionistas na Área da Saúde                                | 113.382              | 0,00          |
| 7005             | Encargos Judiciários  | 80.827.853           | 1,57          |
| 7008             | Contribuições ao PASEP  | 108.016.556          | 2,09          |
| 7010             | Subvenções Econômicas as Empresas em Liquidação                                     | 23.200.624           | 0,45          |
| 7012             | Encargos Especiais na Área da Saúde   | 1.837.986            | 0,04          |
| 7013             | Obrigações ao Instrumento de Novação entre o Estado e a Celgpar e Suas Subsidiárias | 1.600.000.000        | 31,00         |
| 7014             | Encargos Especiais Gerais   | 38.416.570           | 0,74          |
| 7019             | Constituição e/ou Aumento de Capital de Empresas Industriais ou Agrícolas           | 139.082.000          | 2,69          |
| 7020             | Constituição e/ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras          | 10.987.735           | 0,21          |
| 7022             | Encargos da Dívida Pública Interna  | 1.382.169.494        | 26,78         |
| 7023             | Encargos da Dívida Pública Externa  | 12.630.484           | 0,24          |
| <b>Total</b>     |   | <b>5.161.536.491</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

### 2.1.7 Relatório de Gestão Governamental

O Secretário da Controladoria Geral do Estado, em cumprimento às determinações regimentais, encaminhou a este Tribunal, por meio dos Ofícios nº 1094/2012-CGE, datado de 13 de abril de 2012 e de nº 1.323/2012 – CGE/GAb de 09 de maio de 2012, o Relatório de Gestão Governamental de 2011.

O referido relatório tem a finalidade de demonstrar a relação entre a execução orçamentária-físico-financeiro e as ações desenvolvidas em face do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2011, abordando temas no contexto da administração pública estadual, como o Desempenho da Economia Goiana, o Anexo de Metas Fiscais – Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as Vinculações Constitucionais e Contratos de Gestão os programas de Apoio Administrativo e de Encargos Especiais, os Programas Finalísticos e de Gestão de Políticas Públicas dos demais Poderes e Ministério Público, os Contratos de Gestão, as Ações desenvolvidas pelo Controle Interno, os Créditos Adicionais e a Dívida Ativa Estadual.

Destaca-se alguns pontos relevantes apontados pelo Relatório de Gestão Governamental:

#### a) Vinculações Constitucionais

- ◆ o Estado de Goiás cumpriu o preceito constitucional ao aplicar 25,62% da sua receita líquida no setor educação;
- ◆ o Estado de Goiás cumpriu a determinação constitucional ao aplicar 13,66% da sua receita líquida no setor saúde;
- ◆ o Estado de Goiás cumpriu todos os percentuais de aplicação determinados pela Emenda Constitucional nº 43, de 12 de maio de 2009, em todas as unidades orçamentárias que compõem a política de ciência e tecnologia, inclusive educação superior estadual.

#### b) Restos a Pagar

- ◆ os restos a pagar inscritos em 31/dez/2011 estão assim discriminados: Processados: R\$ 426.399.515,16 e Não Processados: R\$ 894.936.368,16, perfazendo um total de R\$ 1.317.211.462,06, valores consultados no Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet. Pode se afirmar que a conta Restos a Pagar ficou na ordem de R\$ 1.625.300.217,06, em 31 de dezembro de 2011.

#### c) Eixos/Macro-Objetivos Governamentais

- ◆ a execução de programas no Eixo Articulação Institucional e Política – “Goiás com Parcerias e União Política”, permeia em todos os demais, nos quais estão inseridas 20 (vinte) estratégias mobilizadoras, contendo 118 programas governamentais finalísticos e de gestão de políticas públicas. Quanto aos Programas de Apoio Administrativo, Encargos Especiais e Reserva de Contingência, eles perfazem um total de 12 programas. Os demais Poderes e Ministério Público, por sua vez,

**Relatório sobre as Contas do Governador do Estado**  
**Análise Consolidada do Poder Executivo**  
**Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo**

apresentam dez programas, sendo sete finalísticos e três de gestão de políticas públicas, além dos programas de Apoio Administrativo e de Encargos Especiais;

- ◆ as diretrizes, os programas e as metas da Administração Pública estadual para o quadriênio 2008/2011 são distribuídos nos orçamentos anuais de acordo com as prioridades adotadas pelo governo para cada exercício. Em 2011, foram consignadas aos órgãos e entidades estaduais 540 ações, distribuídas em 118 programas, finalísticos e de gestão, que por sua vez foram agrupados em estratégias mobilizadoras e Eixos/macro-objetivos;
- ◆ os programas: 1862 – Programa de Aperfeiçoamento do Ipasgo Saúde, 1852 – Programa Melhoria das Condições de Saúde da População, 1865 – Programa Qualificação e Operacionalização da Rede Assistencial de Referência da SES/GO e 1909 – Programa Gestão, Infra-estrutura e Tecnologias respondem juntos por 75,56% de toda despesa liquidada no Eixo Desenvolvimento Humano e Social – Goiás Cidadania e Bem-estar Social;
- ◆ a execução financeira (total de despesas liquidadas) do Eixo/ Macro-objetivo atingiu 62,88% do orçamento autorizado. Destaca-se ainda que a estratégia mobilizadora Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão apresentou a maior participação relativa dentro do Eixo, representando 68,71% do valor total liquidado.

**d) Programas de Apoio Administrativo e de Encargos Especiais**

- ◆ os programas convencionados como de Apoio Administrativo, no exercício de 2011, são identificados por: 4001 – Programa de Apoio Administrativo, 4002 – Programa Gestão e Coordenação do Governo Estadual, 4004 – Programa Segurança e Proteção das Autoridades Governamentais, 4005 – Programa Apoio à Gestão e Coordenação do Governo Estadual, 4006 – Programa de Defesa dos Interesses Legais da Administração Pública Estadual, 4008 – Programa de Manutenção do Conselho Estadual de Educação, 4009 – Programa de Coordenação e Apoio às Ações de Policiamento Repressivo, 4011 – Programa de Manutenção e Conservação do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 4012 – Programa de Manutenção e Conservação do Palácio das Esmeraldas e 4026 – Programa de Manutenção do Conselho Estadual de Cultura. Os programas de Apoio Administrativo apresentaram execução de 93,86% do orçamento atualizado. O total de despesas liquidadas corresponde a 91,64% do Orçamento Autorizado para os Programas de Apoio Administrativo;
- ◆ a execução orçamentária no Programa de Encargos Especiais, no exercício de 2011, atingiu 90,81% do orçamento autorizado, com uma despesa empenhada no total de R\$ 5.694.928.438,88. A despesa paga nesse programa, nesse mesmo ano, somou R\$ 5.611.264.325,85, gerando um passivo financeiro nesse programa de R\$ 83.664.113,03;
- ◆ as unidades 2302 – Encargos Financeiros do Estado – e 5705 – Goiás Previdência – respondem juntas por 84,87% do total de despesa liquidada no Programa Encargos Especiais no exercício de 2011.

**e) Contratos de Gestão Firmados pelo Estado de Goiás com Vigência no Ano de 2011**

- ◆ o Contrato de Gestão nº 123/2011-SES/GO firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Associação Goiana de Integralização e Reabilitação – AGIR visando o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo – CRER, com a pactuação de indicadores de desempenho e de qualidade, em regime de 24 horas/dia, assegurando assistência universal e equânime aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com sua vigência iniciando em 18/06/2011 e terminando em 17/06/2012, e valor total de R\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais);
- ◆ o Contrato de Gestão nº 120/2010-SES/GO firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – Pró-Saúde,

**Relatório sobre as Contas do Governador do Estado**  
**Análise Consolidada do Poder Executivo**  
**Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo**

qualificada como Organização Social, visando o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital de Urgências da Região Sudoeste de Goiás, situado na cidade de Santa Helena e Primeiro Termo Aditivo do referido ajuste, com vigência iniciando em 16/11/2011 e terminando em 15/11/2012, e valor total de R\$37.800.000,00 (trinta e sete milhões e oitocentos mil reais);

- ♦ o Contrato de Gestão nº 001/2010-SES/GO firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação de Assistência Social de Anápolis com vistas à promoção de ações assistenciais de atenção à saúde do Hospital de Urgências de Anápolis – HUANA, e Termo Aditivo nº 013/2011 – SES/GO do referido ajuste, com vigência iniciando em 07/05/2011 e terminando em 06/05/2012, e valor total de R\$31.200.000,00 (trinta e um milhões e duzentos mil reais);
- ♦ o Contrato de Gestão n.º 001/2009 – SEMIRA, firmado entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA), e a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), para viabilizar a execução das atividades de atendimento à mulher em situação de violência, à pessoa idosa em perspectiva de gênero, raça e etnia e à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT), com a disponibilização de profissionais para atendimento ao público alvo, em consonância com as diretrizes, prioridades e metas dispostas no Plano de Trabalho, com início de vigência em 1º/02/2010 e término em 31/01/2011 no valor total de R\$129.240,34 (cento e vinte e nove mil duzentos e quarenta reais e trinta e quatro centavos);
- ♦ o Contrato de Gestão nº 01/2011-SEGPLAN, firmado entre a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento e a Organização das Voluntárias de Goiás – OVG, qualificada como Organização Social, visando à gestão, o fomento e a execução de atividades de Assistência Social, baseadas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e legislação correlata, bem como a execução e manutenção do Programa Bolsa Universitária, com o fim de oferecer bolsas de estudo a estudantes da rede privada de ensino ou integrante do sistema estadual de educação superior, no Estado de Goiás, devidamente autorizada pelo órgão competente que, comprovadamente, não tenham condições de custear seus estudos, com vigência iniciando em 01/07/2011 e terminando em 30/06/2012, e valor total de R\$ 94.417.074,00 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e dezessete mil e setenta e quatro reais).

**f) Auditorias**

**f.1 Contrato de Gestão n.º 001/2009 – SEMIRA**

- ♦ em 2011 realizou-se auditoria de conformidade no Contrato de Gestão n.º 001/2009 – SEMIRA, firmado entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA), e a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG). O mencionado Contrato de Gestão teve como escopo viabilizar a execução no Centro de Referência Estadual da Igualdade – CREI, da SEMIRA, das atividades de atendimento à mulher em situação de violência, à pessoa idosa em perspectiva de gênero, raça e etnia e à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT), com a disponibilização de sete profissionais para atendimento ao público-alvo, em consonância com metas e com os Convênios nº 061/2008, nº 019/2008 e nº 70029912008;
- ♦ os achados de auditoria: os mecanismos de controle aplicados pela SEMIRA foram insuficientes para promover, de forma efetiva, a supervisão, o acompanhamento e a avaliação do Contrato de Gestão; a OVG não apresentou à SEMIRA relatórios de execução do Contrato; não participação de todos os membros nos trabalhos realizados pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação; análises e avaliações incompletas e ineficientes acerca dos resultados atingidos; ausência de elaboração dos relatórios conclusivos por parte da Comissão de Acompanhamento e Avaliação; instituição de indicadores insuficientes para mensuração dos resultados alcançados; planejamento inadequado das metas previstas; profissional contratado prestando

**Relatório sobre as Contas do Governador do Estado**  
**Análise Consolidada do Poder Executivo**  
**Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo**

serviço em local diverso do estabelecido no Contrato de Gestão; quantitativo de prestadores de serviço menor que o estabelecido no Contrato de Gestão no mês fevereiro de 2010; ausência de comprovação de prestação de serviço no mês de janeiro de 2011; não houve cumprimento da meta de atendimentos e não foi possível averiguar as metas de encaminhamentos e mediações de conflitos; contratações efetuadas em desacordo com regulamento próprio da OVG e despesas não previstas nos custos do Contrato de Gestão;

- ◆ recomendou-se à SEMIRA: somente celebrar contratos de gestão quando reunir as condições operacionais e técnicas necessárias para gerenciar e fiscalizar a sua execução, assim como para avaliar, de forma efetiva, os seus resultados; em caso de celebrar outros contratos de gestão, além de atender as disposições da Lei 15.503, atente-se às novas regras estabelecidas pela Resolução Normativa nº 007/2011, do TCE; estabeleça instrumentos de planejamento capazes de subsidiar as futuras contratações realizadas pela Pasta e que a Comissão de Acompanhamento e Avaliação elabore relatório conclusivo sobre a avaliação procedida no Contrato de Gestão.

**f.2 Contrato de Gestão n.º 120/2010-SES/GO**

- ◆ está sendo realizada auditoria de conformidade no Contrato de Gestão n.º 120/2010, por meio do qual o Estado de Goiás, representado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), firmou ajuste com a Organização Social (OS) Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar para gestão do Hospital de Urgência da Região Sudoeste de Goiás (HURSO). Esse contrato de gestão visa estabelecer parceria na administração do Hospital de Urgência da Região Sudoeste de Goiás situado na Cidade de Santa Helena de Goiás com o fomento e a execução de atividades para promover ações assistenciais de atenção à saúde, por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação entre as partes contratantes. Destaca-se que essa auditoria encontra-se em andamento.

**g) Ações desenvolvidas pelo Controle Interno objetivando prevenir e evitar falhas, irregularidades e ilegalidades no âmbito da administração pública estadual (art. 174, §3º, incisos I, II do Ritce)**

- ◆ a Superintendência Central de Controle Interno da CGE elaborou 186 Relatórios, 740 Notas Técnicas e 46.711 Despachos no intuito de orientar e fiscalizar os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual;
- ◆ no exercício de 2011 realizou-se 144 auditorias e 1.483 análises de editais, representando um valor de R\$ 4.011.207.378,08, nas quais foram impugnadas despesas no montante de R\$ 47.303.181,16 e apurados prejuízos de R\$28.048.823,73.

**h) As auditorias realizada pela Superintendência Central de Controle Interno no exercício de 2011:**

**h.1) Supervisão de Contas Governamentais**

- ◆ realização de Auditoria no SiofiNet, cujas recomendações resultaram em melhoria no sistema de controle de acesso e segurança corporativo do Estado, no sentido de viabilizar o histórico de todos os perfis de acesso, fornecendo informações sobre quem acessou, o quê acessou e quando.

**h.2) Gerência de Auditoria da Área Econômica**

- ◆ realização da Auditoria de Conformidade (OS nº 349/11) referente à regularidade do Contrato entre o DETRAN/GO, a AGECOM e a empresa Casa Brasil Comunicação Estratégica Ltda, para impressão de 1.858.407 cartilhas educativas de trânsito, no formato 13,5x20,5cm, páginas de miolo no papel jornal 49g, capa de papel couchê 90g, 4/4 cores.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Comunicou-se os resultados ao Tribunal de Contas do Estado, em cumprimento ao art. 29, §1º da Constituição do Estado de Goiás;

- ◆ Realização de 2 auditorias operacionais: a) IQUEGO: auditoria dos processos de convênios de investimentos (aquisições e obras) entre a União e a IQUEGO celebrados, vigentes e concluídos no exercício de 2010, com consolidação e análise das manifestações dos gestores, e emissão de Relatório Conclusivo; b) SEMARH/FEMA: auditoria nos procedimentos de arrecadação, licenciamentos ambientais, de administração, de fiscalização e de averbação de reservas, com emissão de Relatório Preliminar;
- ◆ Auditoria especial para apurar denúncia de esquema de corrupção junto ao Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – Detran/GO, com emissão de Relatório Preliminar, em fase de conclusão;
- ◆ Auditoria especial em andamento para verificação dos procedimentos relacionados aos Acordos Diretos com Credores de Precatórios no âmbito do Estado de Goiás. Sua conclusão ficou prejudicada devido à dificuldade do Tribunal de Justiça/GO em encaminhar documentos e prestar informações importantes para os trabalhos com a greve dos seus servidores;
- ◆ Auditoria especial na apuração de irregularidades por parte do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO, no exercício de 2010, no Contrato nº 011/2007 firmado com o Instituto Euvaldo Lodi – IEL/GO juntamente com a Supervisão de Monitoramento/GEAE;
- ◆ Auditoria Especial – Participação na Comissão de Processo Administrativo (Portaria nº 140/11-CGE/GAB), com a finalidade de corrigir o andamento do procedimento administrativo promovido junto à Goiás Turismo – Agência Estadual de Turismo, em desfavor da empresa Terraço Serviços e Assessoria Ltda, com apresentação de Relatório Conclusivo;
- ◆ Foram realizadas 06 (seis) auditorias de conformidade de convênios, sendo: 04 (quatro) convênios com o município de São Luiz de Montes Belos e 02 (dois) com o município de Santa Helena de Goiás;
- ◆ Foram Verificadas 09 (nove) análises de prestação de contas de recursos descentralizados pelo Estado de Goiás, sendo: 02 (duas) da Federação Goiana de Futebol, 04 (quatro) do município de São Luiz de Montes Belos, 02 (duas) do município de Santa Helena de Goiás e 01 (uma) do município de Chapadão do Céu;
- ◆ Determinação em 96 processos da abertura de apuração de responsabilidades por meio de procedimentos administrativos próprios em que foram constatadas impropriedades/irregularidades.

**h.3) Gerência de Auditoria da Área Social**

- ◆ Realização de 4 (quatro) Auditorias Especiais: SES (aguardando comunicação das providências adotadas no sentido de implementar as recomendações da equipe – Processo n.º 201111867000170), SEDUC (auditoria em andamento, com participação das supervisões de auditoria da gestão e de fiscalização de convênios – Processo n.º 201111867000215), UEG (auditoria concluída – Processo n.º 201100004009083) e SSPJ (auditoria em fase de contraditório – Processo n.º 201100005000311);
- ◆ Realização de 3 (três) auditorias de conformidade em convênios: a) no convênio firmado entre a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Fundação Universitária do Cerrado (FUNCER) na execução do Programa Estadual de Formação e Capacitação em Software Livre (auditoria realizada em parceria com outras gerências da Superintendência Central de Controle Interno); b) no Convênio 037/2009, celebrado entre Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL) e Instituto Cultural de Artes e Esportes, para implementação do Ponto de Cultura de Aragarças – Goiás; c) no Convênio 011/2009, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde de Goiás e Prefeitura Municipal de Santo

**Relatório sobre as Contas do Governador do Estado**  
**Análise Consolidada do Poder Executivo**  
**Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo**

Antônio do Descoberto, para ampliação e adequação do Hospital de Urgências de Santo Antônio do Descoberto – HUSAD.

**h.4) Gerência de Auditoria de Infraestrutura**

- ◆ Auditoria operacional no Programa: 1847- Programa Inovar – Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação, Ação: 1137 – Apoio e concessão de bolsas a programas de pós-graduação, iniciação científica, apoio técnico e de estágio – Chamada Pública nº 09/2009 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, com emissão de relatório final de auditoria;
- ◆ Realização de 4 (quatro) Auditorias Especiais: SEMARH, ESTÁDIO SERRA DOURADA, AGETOP e AGEHAB (em andamento);
- ◆ Realização de Auditoria de conformidade nos seguintes convênios: a) Realização de Auditoria de conformidade em convênios firmados entre a SEPLAN e a Prefeitura Municipal de São Luís dos Montes Belos conforme descrição abaixo: 6.1.1 074/2009 – Obra de infraestrutura urbana de 50.337,00 m<sup>2</sup> de pavimentação asfáltica em TSD com capa selante, em diversas avenidas e ruas do Município (Residencial Belo Horizonte, Jd. Primavera, Vila Aeroporto e Residencial Parque das Araras) – Valor de R\$ 1.261.786,02; 6.1.2 341/2010 – Obra de infraestrutura urbana de 33.257,00 m<sup>2</sup> de pavimentação asfáltica em TSD com capa selante, em diversas avenidas e ruas do Município (Residencial Thais, Residencial Morada Nova, Jd. Boa Vista, Residencial Serra Verde II Etapa, Vila Serrânia e St. Alvorada) – Valor de R\$ 901.067,24; 6.1.3 342/2010 – Obra de recuperação do pavimento asfáltico urbano com execução de lama asfáltica grossa com área de 60.888,00 m<sup>2</sup> em diversas avenidas e ruas do Município (St. Rodoviário, St. Santa Luzia, St. Central, St. Alvorada, St. Montes Belos e Vila Canaã I) – Valor de R\$ 348.367,06; 6.1.4 387/2010 – Obras de construção da lavanderia do Hospital Municipal Dr. Geraldo Lando – Valor de R\$ 161.581,84; Auditoria em fase de contraditório;
- ◆ Realização de Auditoria de conformidade no Convênio I/2008 firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Agência Goiana de Transportes e Obras, cujo objeto refere-se à elaboração de projetos e execução de obras para construção, reforma, ampliação de 123 (cento e vinte três) unidades escolares no Estado de Goiás. Auditoria em fase de entrega do relatório parcial;
- ◆ Realização de Auditoria de conformidade nas obras de reforma do Almoarifado do Setor de Líquidos e Setor de Penicilânicos da Iquego, objetos dos Convênios nº 3778/2004 e 3694/2004, respectivamente, firmados entre a Iquego e o Ministério da Saúde;
- ◆ Acompanhamento de 03 auditorias de obras rodoviárias contratadas pela AGETOP em 2010, com recomendação de comunicação das irregularidades detectadas ao Tribunal de Contas e ao Chefe do Poder Executivo, além de abertura de Processo Administrativo com vistas à apuração de responsabilidades e ressarcimento ao Erário: a) Obras de construção do Ginásio de Esportes Compacto – Padrão 97, no município de Vila Propício, objeto do Contrato nº 060/2005-PR-GEAJU, firmado entre a AGETOP e a empresa Migrande Construtora e Serviços Ltda, no valor de R\$ 405.660,77; b) Serviços de terraplenagem e pavimentação asfáltica da GO-210, trecho Turvelândia / Porteirão, objeto do Contrato nº 117/2006-PR-GEAJU, firmado entre a AGETOP e a empresa Teccon S/A – Construção e Pavimentação, no valor de R\$ 11.615.066,98; c) Serviços de manutenção e conservação da malha rodoviária estadual – Programa 3ª Via – Fase II, objeto do contrato nº 147/2006-PR, firmado entre a AGETOP e a empresa Trade Construtora e Incorporadora Ltda.

A avaliação dos programas e ações governamentais efetuará após a análise da Prestação e Tomada de Contas Anual de cada órgão.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

## 2.2 Gestão Patrimonial do Poder Executivo

### 2.2.1 Bens e Direitos

Os bens e direitos do Poder Executivo, em 31/12/2011, apresentados no Balanço Patrimonial no grupo denominado Ativo, totalizaram R\$36.666.449.459,04, conforme tabela a seguir:

Tabela 148 Poder Executivo – Composição dos Bens e Direitos

| Descrição                 | Em R\$1                            |  |                                  |                       |                       | %             |
|---------------------------|------------------------------------|--|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
|                           | Adm. Direta<br>Órgãos<br>Executivo | Adm. Indireta<br>Autarquias e<br>Fundações | Fundos<br>Especiais<br>Executivo | Tesouro               | Total                 |               |
| <b>Ativo Financeiro</b>   | <b>270.947.661</b>                 | <b>625.534.805</b>                         | <b>865.427.036</b>               | <b>881.246.234</b>    | <b>2.643.155.736</b>  | <b>7,21</b>   |
| Disponível                | 143.774.407                        | 84.393.838                                 | 357.617.445                      | 153.083.150           | 738.868.839           | 2,02          |
| Aplicações Financeiras    | 126.083.543                        | 281.543.415                                | 439.898.456                      | 638.748.825           | 1.486.274.239         | 4,05          |
| Vinculado em C/C Bancária | 549.940                            | 129.449.460                                | 55.633.715                       | 40.995.171            | 226.628.286           | 0,62          |
| Realizável                | 539.771                            | 130.148.093                                | 12.277.421                       | 48.419.087            | 191.384.372           | 0,52          |
| <b>Ativo Permanente</b>   | <b>2.638.538.351</b>               | <b>4.070.764.099</b>                       | <b>1.208.449.117</b>             | <b>3.886.285.158</b>  | <b>11.804.036.724</b> | <b>32,19</b>  |
| Bens                      | 2.599.770.693                      | 3.442.518.523                              | 935.367.773                      | 0                     | 6.977.656.989         | 19,03         |
| Créditos                  | 369                                | 0  | 222.796.412                      | 104.355.592           | 327.152.373           | 0,89          |
| Valores                   | 38.767.288                         | 628.245.575                                | 50.284.933                       | 3.781.929.565         | 4.499.227.362         | 12,27         |
| <b>Ativo Transitório</b>  | <b>100.233.338</b>                 | <b>89.124.931</b>                          | <b>174.955.457</b>               | <b>21.854.943.273</b> | <b>22.219.256.999</b> | <b>60,60</b>  |
| Bens a Receber            | 85.887.634                         | 83.083.789                                 | 76.259.917                       | 0                     | 245.231.340           | 0,67          |
| Valores a Apropriar       | 14.345.704                         | 6.041.142                                  | 98.695.539                       | 0                     | 119.082.386           | 0,32          |
| Créditos a Receber        | 0                                  | 0  | 0                                | 21.854.943.273        | 21.854.943.273        | 59,60         |
| <b>Total</b>              | <b>3.009.719.350</b>               | <b>4.785.423.835</b>                       | <b>2.248.831.611</b>             | <b>26.622.474.664</b> | <b>36.666.449.459</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

O ativo financeiro, que compreende valores em numerário e créditos realizáveis e desembolsos a apropriar, que independem de autorização orçamentária para sua movimentação, totalizou R\$2.643.155.735,92 e representou 7,21% do Ativo.

O ativo permanente engloba os bens, créditos e valores realizáveis cuja mobilização ou alienação depende de prévia autorização legislativa. No âmbito do Poder Executivo, alcançou a importância de R\$11.804.036.724,26, que representou 32,19% do Ativo.

O ativo transitório, no valor total de R\$22.219.256.998,86, compreende os bens a receber, créditos a receber e os valores a apropriar e representou 60,60% do Ativo.

Destaca-se, nos itens que se seguem, o detalhamento dos ativos do Poder Executivo acima elencados.

2.2.1.1 Disponibilidades

Dentre os componentes do ativo financeiro, cumpre destacar as disponibilidades, cujo montante de R\$2.451.771.363,80, representou 92,76%, desse grupo, estando assim detalhadas no Balanço Patrimonial:

Tabela 149 Poder Executivo – Composição das Disponibilidades

| Descrição                                    | Em R\$1                            |  |                                  |                    |                      | %            |
|--|------------------------------------|--|----------------------------------|--------------------|----------------------|--------------|
|  | Adm. Direta<br>Órgãos<br>Executivo | Adm. Indireta<br>Autarquias e<br>Fundações | Fundos<br>Especiais<br>Executivo | Tesouro            | Total                |              |
| <b>Disponível</b>                            | <b>143.774.407</b>                 | <b>84.393.838</b>                          | <b>357.617.445</b>               | <b>153.083.150</b> | <b>738.868.839</b>   | <b>30,14</b> |
| Agentes Arrecadores                          | 0                                  | (68.328)                                   | (1.542.687)                      | 44.438.731         | 42.827.716           | 1,75         |
| Bancos Conta Movimento                       | 143.774.407                        | 84.462.166                                 | 359.160.132                      | 108.644.419        | 696.041.123          | 28,39        |
| <b>Aplicações Financeiras</b>                | <b>126.083.543</b>                 | <b>281.543.415</b>                         | <b>439.898.456</b>               | <b>638.748.825</b> | <b>1.486.274.239</b> | <b>60,62</b> |
| Aplicações de Curto Prazo                    | 42.208.759                         | 244.218.460                                | 418.074.936                      | 638.748.825        | 1.343.250.979        | 54,79        |
| Caderneta de Poupança                        | 83.874.785                         | 37.324.955                                 | 21.823.520                       | 0                  | 143.023.260          | 5,83         |
| <b>Vinculado em C/C Bancária</b>             | <b>549.940</b>                     | <b>129.449.460</b>                         | <b>55.633.715</b>                | <b>40.995.171</b>  | <b>226.628.286</b>   | <b>9,24</b>  |
| Bancos Conta Fundos e/ou Programas Especiais | 478.494                            | 129.164.669                                | 55.467.100                       | 34.762.699         | 219.872.962          | 8,97         |
| Bancos Conta Caução                          | 71.446                             | 284.790                                    | 166.615                          | 0                  | 522.851              | 0,02         |
| Bancos Conta Operações Cambiais              | 0                                  | 0  | 0                                | 6.232.462          | 6.232.462            | 0,25         |

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

| Descrição  | Adm. Direta<br>Órgãos<br>Executivo | Adm. Indireta<br>Autarquias e<br>Fundações | Fundos<br>Especiais<br>Executivo | Tesouro            | Em R\$1              |               |
|--|------------------------------------|--|----------------------------------|--------------------|----------------------|---------------|
|  |                                    |  |                                  |                    | Total                | %             |
| Bancos Depósitos<br>Judiciais e Extra<br>Judiciais | 0                                  | 0  | 0                                | 10                 | 10                   | 0,00          |
| <b>Total</b>                                       | <b>270.407.890</b>                 | <b>495.386.712</b>                         | <b>853.149.616</b>               | <b>832.827.146</b> | <b>2.451.771.364</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

As aplicações de curto prazo responderam por 54,79% do total das disponibilidades.

A tabela a seguir espelha a variação ocorrida nas disponibilidades desse Poder.

Tabela 150 Poder Executivo – Variação das Disponibilidades

| Grupo                                     | Saldo do Exercício<br>Anterior | Saldo para o Exercício<br>Seguinte | Em R\$1       |
|---|--------------------------------|------------------------------------|---------------|
|   |                                |                                    | Variação<br>% |
| Adm. Direta – Órgãos                      | 123.145.485                    | 270.407.890                        | 119,58        |
| Adm. Indireta – Autarquias e<br>Fundações | 279.519.850                    | 495.386.712                        | 77,23         |
| Fundos Especiais                          | 450.877.956                    | 853.149.616                        | 89,22         |
| Tesouro                                   | 132.110.604                    | 832.827.146                        | 530,40        |
| <b>Total</b>                              | <b>985.653.894</b>             | <b>2.451.771.364</b>               | <b>148,75</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Das disponibilidades do Poder Executivo sobressaem as dos fundos especiais com 34,80%; destacando-se o Fundo Especial de Saúde (20,78%), o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (4,78%) e o Fundo de Transporte (2,20%).

O valor de maior relevância da administração indireta – autarquias e fundações foi evidenciado no Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (6,91%). Já o valor que se destacou na administração direta ocorreu na Secretaria da Educação (8,17%).

Tabela 151 Poder Executivo – Variação das Disponibilidades  
Segundo a Classificação Institucional

| Grupo / Unidade Orçamentária          | Saldo do<br>Exercício<br>Anterior | Saldo para o<br>Exercício<br>Seguinte | Em R\$1       |
|---------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|---------------|
|                                       |                                   |                                       | Variação<br>% |
| <b>Tesouro</b>                        | <b>132.110.604</b>                | <b>832.827.146</b>                    | <b>530,40</b> |
| <b>Administração Direta – Órgãos</b>  | <b>123.145.485</b>                | <b>270.407.890</b>                    | <b>119,58</b> |
| Secretaria de Estado da Casa Civil    | 25.074                            | 91.912                                | 266,56        |
| Defensoria Pública do Estado de Goiás | 0                                 | 10.367                                | 0,00          |

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Em R\$1

| Grupo / Unidade Orçamentária  | Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte | Variação %   |
|---|-----------------------------|---------------------------------|--------------|
| Vice-Governadoria   | 260                         | 1.927                           | 641,92       |
| Procuradoria Geral do Estado  | 132.026                     | 170.536                         | 29,17        |
| Controladoria-Geral do Estado   | 0                           | 11.273                          | 0,00         |
| Gabinete Militar  | 14.032                      | 279.105                         | 1.889,01     |
| Secretaria das Cidades  | 2.466.815                   | 3.052.197                       | 23,73        |
| Secretaria de Articulação Institucional                                       | 25.751                      | 3.109                           | (87,92)      |
| Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação                               | 8.294.241                   | 11.250.665                      | 35,64        |
| Secretaria de Cidadania e Trabalho  | 10.269.747                  | 9.628.006                       | (6,25)       |
| Secretaria da Educação  | 51.695.225                  | 200.187.741                     | 287,25       |
| Secretaria da Fazenda   | 13.322.598                  | 233.566                         | (98,25)      |
| Secretaria de Indústria e Comércio  | 209                         | 26                              | (87,65)      |
| Secretaria de Infraestrutura  | 237.629                     | 542.142                         | 128,15       |
| Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos                           | 5.015.510                   | 5.823.400                       | 16,11        |
| Secretaria de Gestão e Planejamento   | 11.554.272                  | 21.850.960                      | 89,12        |
| Secretaria de Segurança Pública e Justiça                                     | 17.257.865                  | 9.039.501                       | (47,62)      |
| Secretaria de Ciência e Tecnologia  | 0                           | 5.372                           | 0,00         |
| Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial          | 2.834.231                   | 8.226.084                       | 190,24       |
| <b>Administração Indireta – Autarquias e Fundações</b>                        | <b>279.519.850</b>          | <b>495.386.712</b>              | <b>77,23</b> |
| Agência Goiana de Comunicação   | 3.644.511                   | 6.229.087                       | 70,92        |
| Departamento Estadual de Trânsito de Goiás                                    | 39.471.863                  | 169.400.702                     | 329,17       |
| Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária | 0                           | 5.098.620                       | 0,00         |
| Agência Goiana de Defesa Agropecuária   | 2.209.765                   | 9.618.561                       | 335,28       |
| Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (*)        | 646                         | 646                             | 0,00         |
| Agência Goiana de Esporte e Lazer   | 2.922.441                   | 9.237.902                       | 216,10       |
| Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira                             | 358.342                     | 3.308.886                       | 823,39       |
| Junta Comercial do Estado de Goiás  | 1.996.461                   | 5.359.893                       | 168,47       |
| Agência Estadual de Turismo   | 12.579.151                  | 11.331.990                      | (9,91)       |
| Agência Goiana de Transportes e Obras   | 165.125.944                 | 163.098.960                     | (1,23)       |

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

| Grupo / Unidade Orçamentária   | Em R\$1                     |                                 |              |
|--|-----------------------------|---------------------------------|--------------|
|  | Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte | Variação %   |
| Agência Goiana de Desenvolvimento Regional   | 5.881.327                   | 5.352.152                       | (9,00)       |
| Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos              | 7.283.577                   | 11.519.790                      | 58,16        |
| Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás               | 11.962.388                  | 28.956.263                      | 142,06       |
| Goiás Previdência  | 7.213.166                   | 22.395.125                      | 210,48       |
| Agência Goiana do Sistema de Execução Penal  | 0                           | 10.851.591                      | 0,00         |
| Universidade Estadual de Goiás   | 4.144.882                   | 7.676.343                       | 85,20        |
| Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás                                       | 14.725.386                  | 25.950.201                      | 76,23        |
| <b>Fundos Especiais</b>  | <b>450.877.956</b>          | <b>853.149.616</b>              | <b>89,22</b> |
| Fundo de Manutenção e Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Estado                  | 2.400.304                   | 1.936.253                       | (19,33)      |
| Fundo Especial de Desenvolvimento Rural  | 598.819                     | 2.578.541                       | 330,60       |
| Fundo de Assistência Social  | 786.982                     | 1.541.805                       | 95,91        |
| Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente                                | 264.301                     | 262.533                         | (0,67)       |
| Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás  | 52.252.011                  | 117.101.210                     | 124,11       |
| Fundo de Modernização da Administração Fazendária do Estado de Goiás                   | 5.221.200                   | 2.474.857                       | (52,60)      |
| Fundo de Previdência Estadual  | 4.943.346                   | 0                               | (100,00)     |
| Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás                  | 614.945                     | 932.991                         | 51,72        |
| Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais                                     | 13.418.567                  | 53.224.448                      | 296,65       |
| Fundo de Fomento à Mineração   | 1.119.512                   | 13.081.954                      | 1.068,54     |
| Fundo Estadual do Meio Ambiente  | 24.624.869                  | 30.987.893                      | 25,84        |
| Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás                  | 0                           | 8.738.059                       | 0,00         |
| Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás                        | 455                         | 9.615.072                       | 2.112.545,51 |
| Fundo Especial de Saúde  | 296.801.194                 | 509.499.141                     | 71,66        |
| Fundo Especial de Gestão da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago | 6.707.798                   | 6.981.911                       | 4,09         |
| Fundo Estadual de Segurança Pública  | 28.471.226                  | 28.593.074                      | 0,43         |
| Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor                                      | 800.935                     | 4.716.322                       | 488,85       |

Em R\$1

| Grupo / Unidade Orçamentária                                 | Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte | Variação %    |
|--|-----------------------------|---------------------------------|---------------|
| Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia                       | 93.189                      | 6.871.363                       | 7.273,59      |
| Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás | 11.726.410                  | 0                               | (100,00)      |
| Fundo de Transportes   | 0                           | 53.886.468                      | 0,00          |
| Fundo Penitenciário Estadual                                 | 31.894                      | 125.722                         | 294,19        |
| <b>Total</b>   | <b>985.653.894</b>          | <b>2.451.771.364</b>            | <b>148,75</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

#### 2.2.1.2 Realizável

O valor realizável do Poder Executivo é composto, em sua maioria, pela conta outros devedores no montante de R\$117.385.185,10 que representa 61,33% do total de R\$191.384.372,12.

Tabela 152 Poder Executivo – Composição do Realizável

Em R\$1

| Subgrupo                            | Adm. Direta Órgãos Executivos | Adm. Indireta Autarquias e Fundações | Fundos Especiais Executivos | Tesouro           | Total              | %             |
|-------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|-------------------|--------------------|---------------|
| Débitos de Agentes Arrecadores      | 0                             | 875                                  | 0                           | 0                 | 875                | 0,00          |
| Entidades Estatais Devedoras        | 0                             | 5.058.176                            | 0                           | 0                 | 5.058.176          | 2,64          |
| Créd. Contribuições Previdenciárias | 0                             | 68.923.147                           | 0                           | 0                 | 68.923.147         | 36,01         |
| Devedores por Anulação de Despesa   | 16.990                        | 0                                    | 0                           | 0                 | 16.990             | 0,01          |
| Outros Devedores                    | 522.781                       | 56.165.896                           | 12.277.421                  | 48.419.087        | 117.385.185        | 61,33         |
| <b>Total</b>                        | <b>539.771</b>                | <b>130.148.093</b>                   | <b>12.277.421</b>           | <b>48.419.087</b> | <b>191.384.372</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

#### 2.2.1.3 Desembolsos a Apropriar

Os desembolsos a apropriar compreendem as despesas a apropriar. No exercício de 2011, apresentou saldo nulo.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

2.2.1.4 Bens

Os bens do Poder Executivo alcançaram o valor de R\$6.977.656.989,44, representando 19,03% do Ativo total e 59,11% do ativo permanente, e está assim composto:

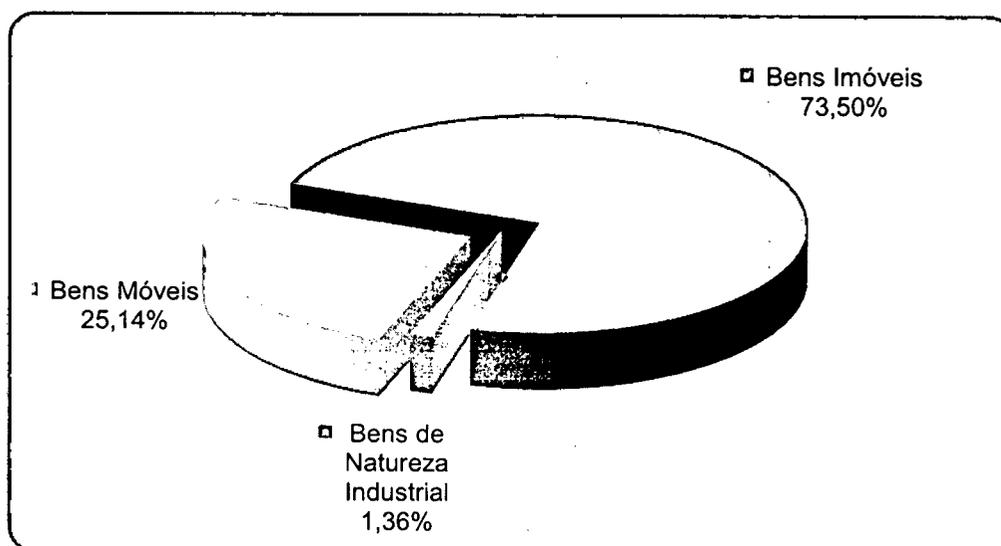
Tabela 153 Poder Executivo – Composição da Conta Bens

| Subgrupo                   | Em R\$1                            |  |                                  |          |                      | %             |
|----------------------------|------------------------------------|--|----------------------------------|----------|----------------------|---------------|
|                            | Adm. Direta<br>Órgãos<br>Executivo | Adm. Indireta<br>Autarquias e<br>Fundações | Fundos<br>Especiais<br>Executivo | Tesouro  | Total                |               |
| Bens Móveis                | 937.460.134                        | 225.293.653                                | 591.430.031                      | 0        | 1.754.183.818        | 25,14         |
| Bens Imóveis               | 1.614.304.772                      | 3.215.700.235                              | 298.695.387                      | 0        | 5.128.700.395        | 73,50         |
| Bens de Nat.<br>Industrial | 48.005.787                         | 1.524.635                                  | 45.242.355                       | 0        | 94.772.777           | 1,36          |
| <b>Total</b>               | <b>2.599.770.693</b>               | <b>3.442.518.523</b>                       | <b>935.367.773</b>               | <b>0</b> | <b>6.977.656.989</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

O gráfico a seguir ilustra a composição da conta bens do Poder Executivo:

Gráfico 21 Poder Executivo – Composição do Ativo Imobilizado



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011

Os bens móveis e imóveis do Poder Executivo podem ser assim demonstrados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Tabela 154 Poder Executivo – Detalhamento da Conta Bens

| Subgrupo  | Adm. Direta<br>Órgãos<br>Executivo | Adm. Indireta<br>Autarquias e<br>Fundações | Fundos<br>Especiais<br>Executivo | Tesouro  | Em R\$1              |               |
|---|------------------------------------|--|----------------------------------|----------|----------------------|---------------|
|   |                                    |  |                                  |          | Total                | %             |
| <b>Bens Móveis</b>                              | <b>937.460.134</b>                 | <b>225.293.653</b>                         | <b>591.430.031</b>               | <b>0</b> | <b>1.754.183.818</b> | <b>25,14</b>  |
| Móveis e Equipamentos de Apoio Administrativo   | 179.203.317                        | 54.139.231                                 | 61.290.627                       | 0        | 294.633.175          | 4,22          |
| Móveis e Equipamentos de Processamento de Dados | 115.572.811                        | 34.504.978                                 | 66.254.335                       | 0        | 216.332.123          | 3,10          |
| Veículos, Aeronaves e Outros de Uso Geral       | 168.788.032                        | 73.448.701                                 | 142.152.661                      | 0        | 384.389.393          | 5,51          |
| Veículos e Outros Bens Especiais de Segurança   | 105.843.666                        | 17.683.273                                 | 97.009.906                       | 0        | 220.536.845          | 3,16          |
| Móveis e Equipamentos de Uso Técnico-Científico | 285.884.077                        | 29.696.640                                 | 34.054.234                       | 0        | 349.634.951          | 5,01          |
| Móveis e/ou Equipamentos Especiais de Saúde     | 52.962.699                         | 8.148.882                                  | 180.146.231                      | 0        | 241.257.811          | 3,46          |
| Móveis e Equipamentos para Outras Finalidades   | 29.205.533                         | 7.671.948                                  | 10.522.038                       | 0        | 47.399.519           | 0,68          |
| <b>Bens Imóveis</b>                             | <b>1.614.304.772</b>               | <b>3.215.700.235</b>                       | <b>298.695.387</b>               | <b>0</b> | <b>5.128.700.395</b> | <b>73,50</b>  |
| Terrenos  | 32.615.165                         | 4.540.363                                  | 0                                | 0        | 37.155.528           | 0,53          |
| Edificações de Uso Geral                        | 133.370.816                        | 218.624.631                                | 15.781.181                       | 0        | 367.776.628          | 5,27          |
| Edificações de Uso Especial                     | 839.251.334                        | 491.545.151                                | 53.072.254                       | 0        | 1.383.868.739        | 19,83         |
| Diversos Bens Imóveis                           | 609.067.458                        | 2.500.990.090                              | 229.841.952                      | 0        | 3.339.899.500        | 47,87         |
| <b>Bens de Natureza Industrial</b>              | <b>48.005.787</b>                  | <b>1.524.635</b>                           | <b>45.242.355</b>                | <b>0</b> | <b>94.772.777</b>    | <b>1,36</b>   |
| Móveis e Equipamentos Industriais               | 41.008.829                         | 1.235.295                                  | 1.235.842                        | 0        | 43.479.966           | 0,62          |
| Imóveis Para Fins Industriais                   | 6.969.024                          | 289.340                                    | 44.006.513                       | 0        | 51.264.877           | 0,73          |
| Outros Bens de Natureza Industrial              | 27.934                             | 0  | 0                                | 0        | 27.934               | 0,00          |
| <b>Total</b>                                    | <b>2.599.770.693</b>               | <b>3.442.518.523</b>                       | <b>935.367.773</b>               | <b>0</b> | <b>6.977.656.989</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

No exercício de 2011 a conta bens do Poder Executivo sofreu uma variação positiva de 9,07% em relação ao exercício anterior.

Em função da relevância, é apresentada, a seguir, a movimentação havida na conta bens do Poder Executivo:

Tabela 155 Poder Executivo – Movimentação da Conta Bens

|   |                                 | Em R\$1              |
|---|---------------------------------|----------------------|
| Descrição                               | Classificação/Descrição         | Valor                |
| <b>Saldo em 31/12/2010</b>              |                                 | <b>6.397.648.316</b> |
| <b>(+) Acréscimos</b>                   | <b>Variações Ativas</b>         | <b>602.188.157</b>   |
| Aquisição e/ou Construção de Bens       | Mutações Patrimoniais           | 116.630.830          |
| Incorporação de Bens de Uso Especial    | Indep. da Execução Orçamentária | 41.287.033           |
| Reavaliação de Bens de Uso Especial     | Indep. da Execução Orçamentária | 444.270.295          |
| <b>(-) Diminuição</b>                   | <b>Variações Passivas</b>       | <b>22.179.483</b>    |
| Alienação de Bens                       | Mutações Patrimoniais           | 1.461.039            |
| Desincorporação de Bens de Uso Especial | Indep. da Execução Orçamentária | 20.716.126           |
| Baixa Residual de Bens de Uso Especial  | Indep. da Execução Orçamentária | 2.318                |
| <b>Saldo em 31/12/2011</b>              |                                 | <b>6.977.656.989</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

#### 2.2.1.5 Créditos

O subgrupo créditos alcançou, no exercício, a importância de R\$327.152.373,16, representando 2,77% do ativo permanente, que é demonstrado a seguir:

Tabela 156 Poder Executivo – Composição dos Créditos

|  |                                     |  |                                  |                    |                    | Em R\$1       |
|--|-------------------------------------|--|----------------------------------|--------------------|--------------------|---------------|
| Subgrupo   | Adm. Direta<br>Órgãos<br>Executivos | Adm. Indireta<br>Autarquias e<br>Fundações | Fundos<br>Especiais<br>Executivo | Tesouro            | Total              | %             |
| Empréstimos e/ou<br>Financiamentos<br>Concedidos | 0                                   | 0  | 222.796.412                      | 0                  | 222.796.412        | 68,10         |
| Outros Créditos                                  | 369                                 | 0  | 0                                | 104.355.592        | 104.355.961        | 31,90         |
| <b>Total</b>                                     | <b>369</b>                          | <b>0</b>                                   | <b>222.796.412</b>               | <b>104.355.592</b> | <b>327.152.373</b> | <b>100,00</b> |
| <b>%</b>   | <b>0,00</b>                         | <b>0,00</b>                                | <b>68,10</b>                     | <b>31,90</b>       | <b>100,00</b>      |               |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011

#### 2.2.1.5.1 Empréstimos e/ou Financiamentos Concedidos

Os empréstimos e/ou financiamentos concedidos compreendem os créditos provenientes da liberação de empréstimos ou financiamentos a terceiros, mediante contratos ou acordos. Esse grupo de contas atingiu, no exercício de 2011, o valor de R\$222.796.411,77 representando 1,89% do ativo permanente e 68,10% do total dos créditos.

#### 2.2.1.5.2 Outros Créditos

A conta outros créditos registra os créditos de outras origens ainda não recebidos, e em 2011 registrou o valor de R\$104.355.961,39, responsável por 0,88% do ativo permanente do Poder Executivo.

#### 2.2.1.6 Valores

O subgrupo valores alcançou no exercício, como demonstrado abaixo, a importância de R\$4.499.227.361,66, o que representou 38,12% do ativo permanente.

Tabela 157 Poder Executivo – Composição da Conta Valores

| Subgrupo   | Em R\$1                            |  |                                  |                      |                      | %             |
|--|------------------------------------|--|----------------------------------|----------------------|----------------------|---------------|
|  | Adm. Direta<br>Órgãos<br>Executivo | Adm. Indireta<br>Autarquias e<br>Fundações | Fundos<br>Especiais<br>Executivo | Tesouro              | Total                |               |
| Participação no Capital<br>de Empresas                   | 3.675                              | 611.853.476                                | 0                                | 3.106.580.307        | 3.718.437.458        | 82,65         |
| Provisão para<br>Integralização de<br>Capital de Empresa | 0                                  | 0  | 0                                | 675.349.258          | 675.349.258          | 15,01         |
| Fundos   | 1.014.500                          | 869.000                                    | 2.372.350                        | 0                    | 4.255.850            | 0,09          |
| Almoxarifado   | 37.749.113                         | 15.523.099                                 | 47.912.583                       | 0                    | 101.184.795          | 2,25          |
| <b>Total</b>   | <b>38.767.288</b>                  | <b>628.245.575</b>                         | <b>50.284.933</b>                | <b>3.781.929.565</b> | <b>4.499.227.362</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

É apresentada, a seguir, a movimentação havida na conta valores do Poder Executivo:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Tabela 158 Poder Executivo – Movimentação da Conta Valores

|   |  | Em R\$1              |
|---|--|----------------------|
| Descrição                               | Classificação/Descrição                | Valor                |
| <b>Saldo em 31/12/2010</b>              |  | <b>4.196.380.562</b> |
| <b>(+) Acréscimos</b>                   | <b>Variações Ativas</b>                | <b>1.009.722.383</b> |
| Constituição de Valores                 | Mutações Patrimoniais                  | 266.818.871          |
| Apropriação e/ou Atualização de Valores | Independentes da Execução Orçamentária | 742.903.513          |
| <b>(-) Diminuição</b>                   | <b>Variações Passivas</b>              | <b>706.875.584</b>   |
| Alienação e/ou Reversão de Valores      | Independentes da Execução Orçamentária | 20.000               |
| Baixa de Valores                        | Independentes da Execução Orçamentária | 706.855.584          |
| <b>Saldo em 31/12/2011</b>              |  | <b>4.499.227.362</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.1.6.1 Participação no Capital de Empresas

A participação no capital de empresas compreende a parcela de capital integralizado que o Estado detém, diretamente, ou por meio de suas autarquias, fundações e fundos especiais, em empresas, controladas ou não pelo mesmo. O valor registrado neste grupo de contas, de R\$3.718.437.457,82, representa 31,50% do ativo permanente e 82,65% do total da conta valores do Poder Executivo.

Tabela 159 Poder Executivo – Composição das Participações Societárias

|   |             |               |               |               | Em R\$1 |
|---|-------------|---------------|---------------|---------------|---------|
| Empresas  | Adm. Direta | Adm. Indireta | Tesouro       | Total         | %       |
| <b>Sociedades de Economia Mista Controladas Pelo Estado</b> | 0           | 611.234.601   | 3.065.523.602 | 3.676.758.202 | 98,88   |
| Goiásfomento  | 0           | 0             | 97.818.559    | 97.818.559    | 2,63    |
| Agehab  | 0           | 1.636         | 27.655.040    | 27.656.676    | 0,74    |
| Casego  | 0           | 0             | 82.342.949    | 82.342.949    | 2,21    |
| Ceasa   | 0           | 0             | 19.435.690    | 19.435.690    | 0,52    |
| Celgpar   | 0           | 0             | 970.770.646   | 970.770.646   | 26,11   |
| Goiás Parcerias   | 0           | 0             | 135.701.097   | 135.701.097   | 3,65    |
| Cooperativa de Créd. Servid. Púb. de Goiás                  | 0           | 450.000       | 0             | 450.000       | 0,01    |
| Crisa   | 0           | 124.886       | 69.749.871    | 69.874.757    | 1,88    |
| Goiasindustrial   | 0           | 0             | 128.308.313   | 128.308.313   | 3,45    |

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

| Empresas  | Adm. Direta  | Adm. Indireta      | Tesouro              | Total                | %             |
|---|--------------|--------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| Iquego  | 0            | 3.675              | 0                    | 3.675                | 0,00          |
| Goiastur  | 0            | 0                  | 894                  | 894                  | 0,00          |
| Metago  | 0            | 0                  | 54.699.274           | 54.699.274           | 1,47          |
| Saneago   | 0            | 610.654.404        | 1.474.314.083        | 2.084.968.487        | 56,07         |
| Transurb  | 0            | 0                  | 4.727.186            | 4.727.186            | 0,13          |
| <b>Sociedades de Economia Mista não Controladas pelo Estado</b> | 3.675        | 618.875            | 8.794                | 631.344              | 0,02          |
| * Cesp  | 3.675        | 60.161             | 2.070                | 65.907               | 0,00          |
| * CTBC  | 0            | 736                | 4.471                | 5.206                | 0,00          |
| Comurg  | 0            | 509.565            | 0                    | 509.565              | 0,01          |
| * Petrobras   | 0            | 0                  | 2.253                | 2.253                | 0,00          |
| Telebrás  | 0            | 35.897             | 0                    | 35.897               | 0,00          |
| Telenorte Leste   | 0            | 12.516             | 0                    | 12.516               | 0,00          |
| <b>Empresas Públicas</b>  | 0            | 0                  | 40.994.816           | 40.994.816           | 1,10          |
| Caixego   | 0            | 0                  | 4.839.199            | 4.839.199            | 0,13          |
| Cerne   | 0            | 0                  | 21.197.832           | 21.197.832           | 0,57          |
| Emater  | 0            | 0                  | 3.616.565            | 3.616.565            | 0,10          |
| Prodago   | 0            | 0                  | 11.341.219           | 11.341.219           | 0,30          |
| <b>Valores do Órgão Encampado</b>                               | 0            | 0                  | 53.096               | 53.096               | 0,00          |
| * LEG – Diversos  | 0            | 0                  | 53.096               | 53.096               | 0,00          |
| <b>Total</b>  | <b>3.675</b> | <b>611.853.476</b> | <b>3.106.580.307</b> | <b>3.718.437.458</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Esta especializada solicitou junto à Sefaz, informações detalhadas sobre a participação no capital social de empresas dos órgãos da administração direta e indireta e, de acordo com o Ofício nº 347/2012 – GSF do Secretário da Fazenda, essa participação acionária está composta conforme a tabela abaixo:

Tabela 160 Poder Executivo Órgãos da Administração Direta e Indireta –  
Composição das Participações Societárias

| Empresas  | Total              |
|---|--------------------|
| <b>Secretaria de Segurança Pública e Justiça – SSPJ</b> | <b>3.675</b>       |
| Telegoiás (CTBC)  | 3.675              |
| <b>Goiasprev</b>  | <b>610.654.402</b> |
| Saneago   | 610.654.402        |

| Empresas  | Total              |
|---|--------------------|
| <b>Ipasgo</b>   | <b>884.020</b>     |
| Agehab  | 1.636              |
| Comurg  | 509.565            |
| Contax  | 735,78             |
| Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos de Goiás | 150.000            |
| Crisa   | 124.886            |
| Iquego  | 3.675              |
| Saneago   | 2                  |
| Telebrás  | 35.897             |
| Telegoiás (CTBC)  | 45.107             |
| Telenorte-Leste   | 12.516             |
| <b>Detran</b>   | <b>165.055</b>     |
| Telegoiás (CTBC)  | 15.055             |
| Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos de Goiás | 150.000            |
| <b>Juceg</b>  | <b>150.000</b>     |
| Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos de Goiás | 150.000            |
| <b>Total</b>  | <b>611.857.151</b> |

Fonte: Ofício nº 347/2012 – GSF (Sefaz).

#### 2.2.1.6.2 Provisão para Integralização de Capital de Empresas

A conta provisão para integralização de capital de empresas, com o saldo de R\$675.349.258,26 representou 5,72% do ativo permanente. Este montante compreende o provisionamento às empresas, de importâncias com a finalidade de integralização futura de seus capitais.

Tabela 161 Poder Executivo – Provisão para Integralização de Capital de Empresas

| Empresas        | Saldo em 31/12/2010 | Acréscimos         |          | Baixas   | Saldo em 31/12/2011 |
|-----------------|---------------------|--------------------|----------|----------|---------------------|
|                 |                     | Mutações           | Outros   |          |                     |
| Celg D          | 542.711.375         | 0                  | 0        | 0        | 542.711.375         |
| Celgpar         | 3.275.000           | 109.025.000        | 0        | 0        | 112.300.000         |
| Goiasindustrial | 17.687.976          | 0                  | 0        | 0        | 17.687.976          |
| Agehab          | 1.992.656           | 0                  | 0        | 0        | 1.992.656           |
| Casego          | 656.565             | 0                  | 0        | 0        | 656.565             |
| Emater          | 386                 | 0                  | 0        | 0        | 386                 |
| Goiasparcerias  | 300                 | 0                  | 0        | 0        | 300                 |
| <b>Total</b>    | <b>566.324.258</b>  | <b>109.025.000</b> | <b>0</b> | <b>0</b> | <b>675.349.258</b>  |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

#### 2.2.1.6.3 Fundos Rotativos

O subgrupo fundos rotativos, no valor de R\$4.255.850,00, representou 0,09% da conta valores e compreende a importância liberada a uma unidade orçamentária para a realização de despesas, que devem ser previamente empenhadas.

#### 2.2.1.6.4 Almojarifado

O almojarifado, no valor de R\$101.184.795,14 representou 2,25% da conta valores e 0,86% do ativo permanente e compreende a movimentação de materiais estocados para consumo, venda e/ou transformação, etc.

É oportuno citar, conforme nota contida no Relatório da Gestão, fornecido pela Secretaria da Fazenda, que os seguintes órgãos do Poder Executivo não prestaram informações sobre a posição do almojarifado.

- Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho,
- Fundo Estadual do Meio Ambiente;
- Secretaria de Segurança Pública.
- Fundo de Modernização e Reparelhamento da Segurança Pública,
- Fundo Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor;
- Secretaria de Ciências e Tecnologia;
- Agência Goiana de Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária;
- Agência Goiana do Sistema de Execução Penal.

#### 2.2.1.7 Bens a Receber

A conta bens a receber alcançou, no exercício, a importância de R\$245.231.339,75 representando 1,10% do ativo transitório e compreende a movimentação dos valores dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados, relativos à aquisição de bens móveis, imóveis e/ou de natureza industrial, cuja apropriação não ocorreu até 31/12. A movimentação da conta bens a receber, em 2011, está descrita na tabela abaixo:

Tabela 162 Poder Executivo – Movimentação da Conta Bens a Receber

|   |                                 | Em R\$1            |
|---|---------------------------------|--------------------|
| Descrição                               | Classificação/Descrição         | Valor              |
| <b>Saldo em 31/12/2010</b>              |                                 | <b>183.666.960</b> |
| <b>(+) Acréscimos</b>                   | <b>Variações Ativas</b>         | <b>335.880.695</b> |
| Insc. de Bens de Uso Especial a Receber | Mutações Patrimoniais           | 335.880.695        |
| <b>(-) Diminuição</b>                   | <b>Variações Passivas</b>       | <b>274.316.316</b> |
| Baixa de Bens de Uso Especial a Receber | Indep. da Execução Orçamentária | 274.316.316        |
| <b>Saldo em 31/12/2011</b>              |                                 | <b>245.231.340</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

2.2.1.8 Valores a Apropriar

O subgrupo valores a apropriar alcançou, no exercício, a importância de R\$119.082.385,96, o que representou 0,54% do ativo transitório, e compreende a movimentação dos valores dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados, destinados a aquisição de materiais para consumo, transformação, venda ou revenda, bem como para integralização de capital de empresas, constituição de fundos, etc. Sua movimentação em 2011 é demonstrada a seguir:

Tabela 163 Poder Executivo – Movimentação da Conta Valores a Apropriar

|                                  |                                 | Em R\$1            |
|----------------------------------|---------------------------------|--------------------|
| Descrição                        | Classificação/Descrição         | Valor              |
| <b>Saldo em 31/12/2010</b>       |                                 | <b>25.901.827</b>  |
| <b>(+) Acréscimos</b>            | <b>Variações Ativas</b>         | <b>259.891.591</b> |
| Inscrição de Valores a Apropriar | Mutações Patrimoniais           | 259.891.591        |
| <b>(-) Diminuição</b>            | <b>Variações Passivas</b>       | <b>166.711.032</b> |
| Baixa de Valores a Apropriar     | Indep. da Execução Orçamentária | 166.711.032        |
| <b>Saldo em 31/12/2011</b>       |                                 | <b>119.082.386</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.1.9 Créditos a Receber

O subgrupo créditos a receber alcançou, no exercício, a importância de R\$21.854.943.273,15, representativos de 98,36% do ativo transitório, e compreende a dívida ativa do Estado, integralmente contabilizada pelo Poder Executivo, que representa os valores a receber, de natureza tributária ou não, que são exigíveis pelo transcurso de prazo para pagamento.

No exercício de 2011, este componente apresentou a seguinte movimentação:

Tabela 164 Poder Executivo – Movimentação da Dívida Ativa

| Dívida Ativa                                   | R\$ | Em R\$1               |
|--|-----|-----------------------|
| <b>Saldo em 31/12/2010</b>                     |     | <b>17.634.065.754</b> |
| Inscrição de Créditos Transitórios             |     | 3.498.688.797         |
| Atualização Monetária de Créditos Transitórios |     | 2.375.928.817         |
| Baixas   |     | <u>1.653.740.095</u>  |
| Recebimento de Créditos Transitórios           |     | 731.030.971           |
| Cancelamento de Créditos Transitórios          |     | 922.709.125           |
| <b>Saldo em 31/12/2011</b>                     |     | <b>21.854.943.273</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.1.10 Evolução da Dívida Ativa

Em virtude da situação exposta acima, a tabela da evolução da dívida ativa do Estado nos últimos cinco exercícios demonstra um aumento no que se refere ao exercício de 2011:

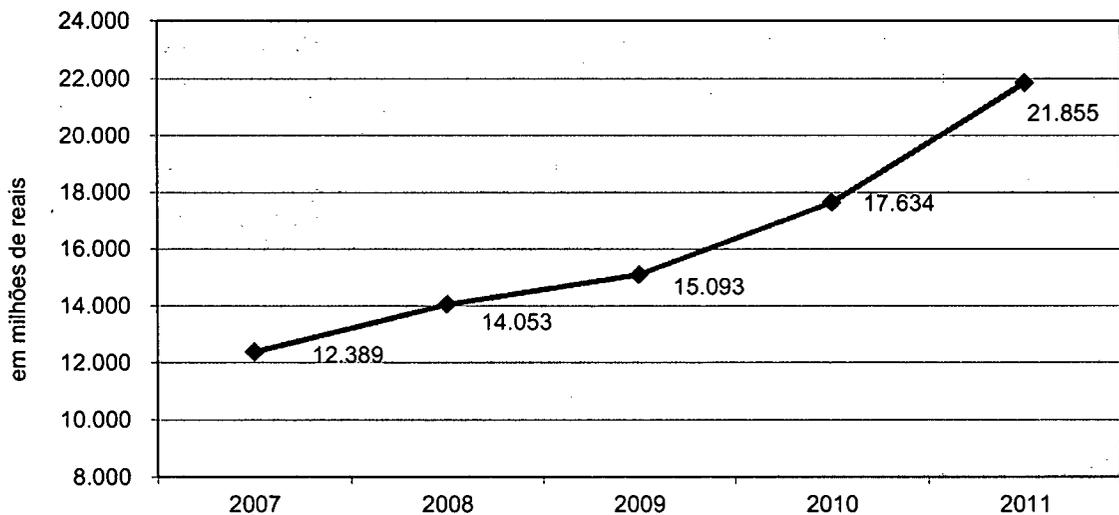
Tabela 165 Evolução da Dívida Ativa

| Ano  | Saldo          | Em R\$1    |
|------|----------------|------------|
|      |                | Variação % |
| 2007 | 12.388.952.205 | 19,01      |
| 2008 | 14.053.451.820 | 13,44      |
| 2009 | 15.092.756.624 | 7,40       |
| 2010 | 17.634.065.754 | 16,84      |
| 2011 | 21.854.943.273 | 23,94      |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

Evidenciamos no gráfico abaixo a evolução da dívida ativa acima relatada:

Gráfico 22 Evolução da Dívida Ativa



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

### 2.2.2 Obrigações

O valor de R\$17.737.794.020,05 registrado como obrigações, no Balanço Patrimonial no grupo denominado Passivo, demonstra o montante dos compromissos assumidos, ou seja, as origens de recursos de terceiros que financiam os gastos públicos. No item 1.2.2 são feitas considerações mais aprofundadas sobre as obrigações do Estado, das quais o Poder Executivo é o maior responsável, pois corresponderam, em 2011, a 98,89% total das obrigações do Estado.

Tabela 166 Poder Executivo – Composição das Obrigações

| Contas                    |                       |  |                     |                       |                       | Em R\$1       |  |
|---------------------------|-----------------------|--|---------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|--|
|                           | Adm. Direta<br>Órgãos | Adm.<br>Indireta<br>Autarquias<br>e<br>Fundações | Fundos<br>Especiais | Tesouro               | Total                 | %             |  |
| <b>Passivo Financeiro</b> | <b>381.925.151</b>    | <b>482.633.126</b>                               | <b>717.718.128</b>  | <b>952.793.784</b>    | <b>2.535.070.189</b>  | <b>14,29</b>  |  |
| Dívida Flutuante          | 381.925.151           | 482.633.126                                      | 717.718.128         | 952.793.784           | 2.535.070.189         | 14,29         |  |
| <b>Passivo Permanente</b> | <b>0</b>              | <b>0</b>   | <b>0</b>            | <b>15.202.723.831</b> | <b>15.202.723.831</b> | <b>85,71</b>  |  |
| Dívida Fundada Interna    | 0                     | 0  | 0                   | 15.140.044.549        | 15.140.044.549        | 85,35         |  |
| Dívida Fundada Externa    | 0                     | 0  | 0                   | 62.679.282            | 62.679.282            | 0,35          |  |
| <b>Total</b>              | <b>381.925.151</b>    | <b>482.633.126</b>                               | <b>717.718.128</b>  | <b>16.155.517.615</b> | <b>17.737.794.020</b> | <b>100,00</b> |  |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

As dívidas fundadas interna e externa, que correspondem aos compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídas para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras ou serviços públicos, correspondem à quase totalidade dos compromissos do Poder Executivo, estando classificadas no passivo permanente, representando 85,71% do total do Passivo.

#### 2.2.2.1 Passivo Financeiro

Durante o exercício, o passivo financeiro apresentou a seguinte movimentação:

Tabela 167 Poder Executivo – Movimentação do Passivo Financeiro

Em R\$1.000

| Contas                                      | Sdo Anterior     | Inscrição        |                | Pgto.            | Canc.            | Encamp.        | Sdo. Atual       |                |                  |
|---|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
|   |                  | Proc.            | Não Proc.      |                  |                  |                | Proc.            | Não Proc.      | Total            |
| <b>Dívida Flutuante</b>                     | <b>2.150.791</b> | <b>1.235.499</b> | <b>850.757</b> | <b>1.174.921</b> | <b>1.230.941</b> | <b>703.885</b> | <b>1.644.440</b> | <b>890.630</b> | <b>2.535.070</b> |
| <b>Restos a Pagar</b>                       | <b>1.012.662</b> | <b>343.919</b>   | <b>850.757</b> | <b>532.822</b>   | <b>232.643</b>   | <b>1.809</b>   | <b>553.051</b>   | <b>890.630</b> | <b>1.443.682</b> |
| Pessoal e Encargos Sociais                  | 315.714          | 165.339          | 34.390         | 310.872          | 2.298            | 1.616          | 169.500          | 34.390         | 203.890          |
| Juros e Encargos da Dívida Pública          | 0                | 0                | 2.030          | 0                | 0                | 0              | 0                | 2.030          | 2.030            |
| Outras Despesas Correntes                   | 380.343          | 150.152          | 581.499        | 138.187          | 78.374           | 160            | 297.500          | 598.094        | 895.594          |
| Investimentos                               | 310.777          | 18.427           | 214.312        | 83.428           | 151.971          | 33             | 70.559           | 237.590        | 308.149          |
| Inversões Financeiras                       | 5.827            | 10.000           | 18.518         | 335              | 0                | 0              | 15.493           | 18.518         | 34.011           |
| Amortização da Dívida                       | 0                | 0                | 7              | 0                | 0                | 0              | 0                | 7              | 7                |
| <b>Depósitos e Garantias Diversas</b>       | <b>169.085</b>   | <b>40.623</b>    | <b>0</b>       | <b>32.166</b>    | <b>0</b>         | <b>7</b>       | <b>177.549</b>   | <b>0</b>       | <b>177.549</b>   |
| Depósitos para Fianças                      | 34.924           | 2.512            | 0              | 119              | 0                | 0              | 37.317           | 0              | 37.317           |
| Outros Depósitos                            | 37.375           | 35.122           | 0              | 28.648           | 0                | 0              | 43.849           | 0              | 43.849           |
| Depósitos de Caução                         | 83.528           | 2.316            | 0              | 2.052            | 0                | 6              | 83.798           | 0              | 83.798           |
| Depósitos Extra Judiciais                   | 13.220           | 617              | 0              | 1.326            | 0                | 0              | 12.511           | 0              | 12.511           |
| Depósitos de Caça Níquel                    | 14               | 12               | 0              | 0                | 0                | 0              | 26               | 0              | 26               |
| Ingressos Não Identificados                 | 25               | 44               | 0              | 21               | 0                | 0              | 48               | 0              | 48               |
| <b>Outras Exigibilidades</b>                | <b>969.044</b>   | <b>850.957</b>   | <b>0</b>       | <b>609.933</b>   | <b>998.298</b>   | <b>702.070</b> | <b>913.840</b>   | <b>0</b>       | <b>913.840</b>   |
| Outros Credores                             | 526.509          | 850.957          | 0              | 609.933          | 118.289          | 263.818        | 913.062          | 0              | 913.062          |
| Créditos Previdenciários a Apropriar        | 283              | 0                | 0              | 0                | 283              | 283            | 283              | 0              | 283              |
| Entidades Estatais Credoras                 | 10               | 0                | 0              | 0                | 10               | 0              | 0                | 0              | 0                |
| Resíduos de Exercícios Anteriores           | 442.242          | 0                | 0              | 0                | 879.716          | 437.969        | 495              | 0              | 495              |
| <b>Recebimentos a Classificar</b>           | <b>3</b>         | <b>877.931</b>   | <b>0</b>       | <b>874.537</b>   | <b>12.894</b>    | <b>9.498</b>   | <b>0</b>         | <b>0</b>       | <b>0</b>         |
| Depósitos de Ordens de Pagamento Estornadas | 3                | 170              | 0              | 173              | 0                | 0              | 0                | 0              | 0                |
| <b>Outros Recebimentos</b>                  | <b>0</b>         | <b>877.761</b>   | <b>0</b>       | <b>874.364</b>   | <b>12.894</b>    | <b>9.498</b>   | <b>0</b>         | <b>0</b>       | <b>0</b>         |
| <b>Total</b>                                | <b>2.150.794</b> | <b>2.113.430</b> | <b>850.757</b> | <b>2.049.459</b> | <b>1.243.835</b> | <b>713.382</b> | <b>1.644.440</b> | <b>890.630</b> | <b>2.535.070</b> |
| %   | 84,84            | 83,37            | 33,56          | 80,84            | 49,07            | 28,14          | 64,87            | 35,13          | 100,00           |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

#### 2.2.2.1.1 Dívida Flutuante

A dívida flutuante, detalhada acima, corresponde aos compromissos contraídos pelo Estado por um breve e determinado período de tempo para atender às momentâneas necessidades de caixa. Detalhamos a seguir a sua composição.

##### 2.2.2.1.1.1 Restos a Pagar

Os restos a pagar, no valor de R\$1.443.681.611,56, representaram 56,95% do passivo financeiro e compreendem os empenhos emitidos e não pagos no exercício, excluindo-se os relativos aos encargos e/ou amortização de dívida, que são registrados em contas próprias.

##### 2.2.2.1.1.2 Depósitos e Garantias Diversas

Os depósitos e garantias diversas, no valor de R\$177.549.054,63, representaram 7,00% do passivo financeiro e compreendem a movimentação de numerários de terceiros depositados nos cofres públicos para garantia pela execução de contratos em geral, quando exigida.

##### 2.2.2.1.1.3 Outras Exigibilidades

As outras exigibilidades compreendem a movimentação de créditos de entidades públicas, vinculados ou não, a termos de convênios e/ou acordos. No âmbito do Poder Executivo totalizaram R\$913.839.522,86, correspondentes a 36,05% do passivo financeiro.

##### 2.2.2.1.2 Recebimentos a Classificar

Não houve o registro de recebimentos a classificar, ao final do exercício de 2011.

#### 2.2.2.2 Passivo Permanente

O passivo permanente é composto pelas dívidas fundadas interna e externa do Estado, cujo montante de R\$15.202.723.831,00 é registrada no Poder Executivo. Os comentários pertinentes a esses compromissos encontram-se no item 1.2.2.2.1 – Dívida Consolidada, referente às obrigações permanentes do Estado.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

### 2.2.3 Saldo Patrimonial

O Balanço Geral do Poder Executivo apresentou um saldo patrimonial positivo, no valor de R\$18.928.655.438,99, conforme a seguinte composição:

Tabela 168 Poder Executivo – Composição do Saldo Patrimonial

Em R\$1

| Título                           | Adm. Direta – Órgãos | Adm. Indireta – Autarquias e Fundações | Fundos Especiais     | Tesouro               | Total                 | %          |
|----------------------------------|----------------------|--|----------------------|-----------------------|-----------------------|------------|
| Ativo/Passivo Financeiro Líquido | (110.977.490)        | 142.901.679                            | 147.708.908          | (71.547.550)          | 108.085.547           | 1          |
| Ativo/Passivo Permanente         | 2.638.538.351        | 4.070.764.099                          | 1.208.449.117        | (11.316.438.673)      | (3.398.687.107)       | (18)       |
| Ativo Transitório                | 100.233.338          | 89.124.931                             | 174.955.457          | 21.854.943.273        | 22.219.256.999        | 117        |
| <b>Saldo Patrimonial</b>         | <b>2.627.794.198</b> | <b>4.302.790.709</b>                   | <b>1.531.113.482</b> | <b>10.466.957.050</b> | <b>18.928.655.439</b> | <b>100</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

A movimentação havida no saldo patrimonial do Poder Executivo no exercício de 2011 pode ser assim resumida:

Tabela 169 Poder Executivo – Movimentação Patrimonial

Em R\$1

| Título                        | Adm. Direta – Órgãos | Adm. Indireta – Autarquias e Fundações | Fundos Especiais     | Tesouro               | Total                 | %             |
|-------------------------------|----------------------|--|----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| Saldo Patrimonial em 2010     | 2.336.677.472        | 3.152.268.519                          | 2.362.220.009        | 6.119.120.355         | 13.970.286.354        | 73,80         |
| Resultado Patrimonial em 2011 | 291.116.726          | 1.150.522.190                          | (831.106.527)        | 4.347.836.695         | 4.958.369.085         | 26,20         |
| <b>Saldo Patrimonial</b>      | <b>2.627.794.198</b> | <b>4.302.790.709</b>                   | <b>1.531.113.482</b> | <b>10.466.957.050</b> | <b>18.928.655.439</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

### 2.2.4 Compensações Ativas/Passivas

As compensações ativas e passivas do Poder Executivo, no montante de R\$1.426.593.535,72, estão assim detalhadas no Balanço Patrimonial:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Tabela 170 Poder Executivo – Compensações Ativas

| Compensações                                 | Valor                | Em R\$1       |
|--|----------------------|---------------|
|  |                      | %             |
| <b>Bens ou Valores em Poder de Terceiros</b> | <b>492.568.878</b>   | <b>34,53</b>  |
| Responsáveis p/ Suprimento de Fundos         | 122.307.386          | 8,57          |
| Responsáveis p/ Guarda de Títulos Diversos   | 65.144.784           | 4,57          |
| Responsáveis p/ Execução de Convênios        | 305.116.707          | 21,39         |
| <b>Bens e/ou Valores de Terceiros</b>        | <b>632.873.133</b>   | <b>44,36</b>  |
| Títulos Recebidos em Caução                  | 632.873.133          | 44,36         |
| <b>Bancos Conta Operações Autorizadas</b>    | <b>4.413.292</b>     | <b>0,31</b>   |
| Bancos Conta Recebimentos                    | 0                    | 0,00          |
| Bancos Conta Pagamentos                      | 4.413.292            | 0,31          |
| Bancos Transferência de Numerário            | 0                    | 0,00          |
| <b>Outras Compensações</b>                   | <b>296.738.234</b>   | <b>20,80</b>  |
| Avais Concedidos                             | 84.055.679           | 5,89          |
| Capital de Empresas a Integralizar           | 44.707.988           | 3,13          |
| Compensações de Créditos Tributários         | 167.974.566          | 11,77         |
| <b>Total</b>                                 | <b>1.426.593.536</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Tabela 171 Poder Executivo – Compensações Passivas

| Compensações  | Valor                | Em R\$1       |
|---|----------------------|---------------|
|   |                      | %             |
| <b>Contrapartida Bens e Valores em Poder de Terceiros</b> | <b>492.568.878</b>   | <b>34,53</b>  |
| Suprimento de Fundos não Apreciados                       | 122.307.386          | 8,57          |
| Consignatários de Títulos Diversos                        | 65.144.784           | 4,57          |
| Contas de Convênios não Apreciadas                        | 305.116.707          | 21,39         |
| <b>Contrapartida de Bens ou Valores de Terceiros</b>      | <b>632.873.133</b>   | <b>44,36</b>  |
| Depósitos de Cauções em Títulos                           | 632.873.133          | 44,36         |
| <b>Contrapartida Bancos Conta Operações Autorizadas</b>   | <b>4.413.292</b>     | <b>0,31</b>   |
| Bancos Conta Recebimentos                                 | 0                    | 0,00          |
| Bancos Conta Pagamentos                                   | 4.413.292            | 0,31          |
| <b>Contrapartida de Outras Compensações</b>               | <b>296.738.234</b>   | <b>20,80</b>  |
| Títulos e/ou Contratos Avalizados                         | 84.055.679           | 5,89          |
| Credores por Capital a Integralizar                       | 44.707.988           | 3,13          |
| Compensações de Créditos Tributários                      | 167.974.566          | 11,77         |
| <b>Total</b>  | <b>1.426.593.536</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Verifica-se o valor de R\$167.974.566,41 referente às compensações de créditos tributários. Não identificamos em que período foram realizadas as referidas compensações; se houve registro de receita e despesa orçamentária; e se houve a realização de transferências devidas aos municípios.

## 2.2.5 Variações Patrimoniais

### 2.2.5.1 Considerações Iniciais

#### 2.2.5.1.1 Das Diretrizes Contábeis – Reservas Matemáticas Previdenciárias

Do ponto de vista jurídico, Lei Nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 (DOU 28/11/1998), alterada pela Medida Provisória nº 167, 19 de Fevereiro 2004 (DOU 20/02/2004) e alterado pela Lei Nº 10.887, de 18 de Junho De 200 (DOU 21/06/2004), dispõe sobre regras gerais para organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Do ponto de vista contábil, o art. 1º da referida Lei diz:

*Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro a atuarial, observados os seguintes critérios:*

*I – realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, bem como de auditoria, por entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; (Vide Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001).*

Isto posto, ressalta-se a legislação previdenciária determina que os demonstrativos dos RPPS sejam acompanhados de notas explicativas, conforme a Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008 – DOU De 11/12/2008, evidenciando os critérios utilizados para a constituição de provisões, depreciações, amortizações e reavaliações, com evidenciação dos efeitos no patrimônio dos RPPS:

*Art. 2º Para os efeitos desta Portaria considera-se:*

...

*VII – Nota Técnica Atuarial: documento exclusivo de cada RPPS que descreve de forma clara e precisa as características gerais dos planos de benefícios, a formulação para o cálculo do custeio e das reservas matemáticas previdenciárias, as suas bases técnicas e premissas a serem utilizadas nos cálculos, contendo, no mínimo, os dados constantes do Anexo desta Portaria;*

*VIII – Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA: documento exclusivo de cada RPPS que registra de forma resumida as características gerais do plano e os principais resultados da avaliação atuarial;*

*IX – Parecer Atuarial: documento que apresenta, de forma conclusiva, a situação financeira e atuarial do plano, certifica a adequação da base de dados e das hipóteses utilizadas na avaliação e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial;*

*Art. 3º As avaliações e reavaliações atuariais obedecerão às premissas e diretrizes fixadas na Nota Técnica Atuarial do respectivo RPPS e os resultados deverão constar do Parecer Atuarial.*

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Está prevista, ainda, uma análise comparativa dos resultados, o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial, entre outras informações, exigências e solicitações, como segue:

*Art. 16. Nas reavaliações atuariais anuais deverá ser efetuada a análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais, no mínimo.*

*Art. 17. As avaliações e reavaliações atuariais indicarão o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial.*

*§ 1º O passivo atuarial do RPPS é representado pelas reservas matemáticas previdenciárias que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios.*

*§ 2º Na hipótese do RPPS constituir fundo previdencial para oscilação de risco este deverá compor o passivo atuarial.*

*§ 3º As **reservas matemáticas previdenciárias** serão registradas no Passivo Exigível a Longo Prazo, no grupo de contas denominado Provisões Matemáticas Previdenciárias, observado o detalhamento estabelecido no Plano de Contas aplicável aos RPPS.*

*§ 4º O resultado atuarial será obtido pela diferença entre o passivo atuarial e o ativo real líquido, sendo este representativo dos recursos já acumulados pelo RPPS.*

*§ 5º Poderão ser incluídos como ativo real líquido os créditos a receber do ente federativo, desde que:*

- I – os valores estejam devidamente reconhecidos e contabilizados pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS;*
- II – os valores tenham sido objeto de parcelamento celebrado de acordo com as normas gerais estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social; e*
- III – o ente federativo esteja adimplente em relação ao pagamento das parcelas.*

*§ 6º O resultado atuarial deverá ser apurado considerando as alíquotas de contribuição e outros aportes que estejam sendo efetivamente praticados pelo RPPS na data-base da avaliação atuarial, conforme lei.*

*§ 7º A Avaliação Atuarial indicará o plano de custeio necessário, a partir de sua realização, para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios do RPPS.*

*§ 8º O plano de custeio contemplará o valor necessário para a cobertura da taxa de administração definida para o RPPS.*

O passivo atuarial do RPPS é representado *pelas reservas matemáticas previdenciárias*, que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios. E conforme o § 3º do art. 17, exposto acima, serão registradas no passivo exigível a longo prazo, no grupo de contas denominado provisões matemáticas previdenciárias, observado o detalhamento estabelecido no Plano de Contas aplicável ao RPPS.

A constituição de *provisões matemáticas previdenciárias* tem como objetivo tratar contabilmente as informações atuariais dos RPPS e representa o ponto principal da contabilidade previdenciária pública. A inovação da inclusão de tal conta se deu também em função de sua natureza, uma vez que traz para as contas públicas uma provisão passiva. A constituição de provisões vem atender ao princípio fundamental da prudência, culminando, assim, na recomendada boa prática contábil.

Contudo, até este exercício, não havia registros quanto a esta rubrica nas contas do Estado de Goiás.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Nota-se a implementação da referida rubrica, *provisões matemáticas previdenciárias*, no passivo permanente, subdividida em *provisões de benefícios concedidos* e *provisões de benefícios a conceder*, medida esta esperada, em atendimento à determinação deste Tribunal, na análise de 2010, para que o Governo do Estado adequasse a escrituração contábil eliminando as inconsistências contábeis verificadas. Contudo constata-se que as mesmas estão zeradas, fato este que ainda leva a uma distorção dos resultados patrimoniais, uma vez que não constam ali a realidade da situação previdenciária do Estado, e por ainda permanecer a impropriedade apontada nas Contas de Governo do ano anterior, em razão de falta do registro das contribuições previdenciárias não apropriadas, o que leva à subavaliação do Passivo.

A fragilidade nos controles sobre as obrigações do Estado de Goiás, foi uma das impropriedades constantes nas Contas de Governo do ano anterior, que apontou uma subavaliação do passivo, em razão de falta do registro das contribuições previdenciárias para fazer face ao mesmo valor constante no ativo realizável, de créditos de contribuições previdenciárias, do qual o Estado é o próprio devedor, por tratar-se de contribuições recolhidas dos servidores e não repassadas aos órgãos de previdência estadual, o que torna impossível identificar o resíduo passivo constante como exigibilidade do Estado, a título de contribuições previdenciárias não apropriadas.

Ressalta-se contudo que no Anexo 15, do Poder Executivo, onde se espelham as inscrições e/ou atualizações de provisões matemáticas previdenciárias e suas referidas baixa e/ou amortização, no montante de R\$34.389.530.405,33, pode-se notar que quanto às baixas ocorreram integralmente em provisões de benefícios a conceder embora suas inscrições terem sido divididas em provisões de benefícios concedidas e em provisões de benefícios a conceder, como se vê, abaixo:

Tabela 172 Poder Executivo – Variações Passivas

|   |   | Em R\$1           |
|---|---|-------------------|
| <b>Independentes da<br/>Execução<br/>Orçamentária</b> | Inscrições e/ou atualizações de Provisões Matemáticas Previdenciárias | 34.389.530.405,33 |
|   | Provisões de Benefícios Concedidos                                    | 11.540.033.994,87 |
|   | Provisões de Benefícios a Conceder                                    | 22.849.496.410,46 |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Tabela 173 Poder Executivo – Variações Ativas

|   |   | Em R\$1           |
|---|---|-------------------|
| <b>Independentes da<br/>Execução<br/>Orçamentária</b> | Baixa e/ou Amortização de Provisões Matemáticas Previdenciárias | 34.389.530.405,33 |
|   | Provisões de Benefícios Concedidos                              | 0,00              |
|   | Provisões de Benefícios a Conceder                              | 34.389.530.405,33 |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

2.2.5.1.2 Justificativas Apresentadas pela Sefaz

Esta especializada, para compor sua análise, solicitou justificativas à Sefaz pelo fato retroelencado, e esta, pelo Ofício nº 350/2012–GSF informa que os referidos registros foram solicitados pela Goiasprev, sendo tais lançamentos de responsabilidade daquela autarquia. Dessa forma, a análise do cálculo que originou as baixas e inscrições referentes às provisões matemáticas previdenciárias, assim como a legislação pertinente, serão analisadas pormenorizadamente quando da análise realizada por essa Divisão de Contas, da prestação de contas anual referente ao exercício de 2011.

2.2.5.1.3 Das Variações Patrimoniais

As variações patrimoniais são apresentadas no Anexo 15 da Lei n.º 4.320/64 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais, no qual é informado como se originou o resultado patrimonial do Poder Executivo e se evidenciam as variações quantitativas e qualitativas ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, dividindo-se em variações ativas e passivas.

Na contabilidade aplicada ao setor público as contas de resultado representam a situação dinâmica e indicam as variações patrimoniais ativas/receitas e variações patrimoniais passivas/despesas ocorridas no patrimônio, ou seja, as contas que alteram o patrimônio líquido e demonstram o resultado do exercício.

Assim, todas as alterações ocorridas no patrimônio são denominadas variações patrimoniais e podem ser classificadas em quantitativas (decorrem de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido); em qualitativas (alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, determinando modificações apenas na composição específica dos elementos patrimoniais) e em mistas ou compostas (que, simultaneamente, alteram a composição qualitativa e a expressão quantitativa dos elementos patrimoniais).

As variações patrimoniais podem ser classificadas de acordo com sua relação com a execução orçamentária, sendo subdivididas em resultantes da execução orçamentária e independentes da execução orçamentária.

A variação do patrimônio público é mensurada por meio da apuração do resultado patrimonial a cada exercício e decorrem de transações que aumentem ou diminuam o patrimônio líquido.

Isto posto, há de se ponderar que no exercício de 2011 ocorreu um fato singular nas variações patrimoniais, haja vista, as variações independentes da execução orçamentária terem sido substancialmente afetadas pelas insubsistências patrimoniais do passivo (variações ativas – aumentativas) e superveniências patrimoniais passivas (variações passivas – diminutivas), conforme tabela seguinte:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Tabela 174 Poder Executivo – Variações Patrimoniais

|   |                       |               | Em R\$1   |                       |               |
|---|-----------------------|---------------|---|-----------------------|---------------|
| Fato Contábil                                 | 2011                  | %             | Fato Contábil                                   | 2011                  | %             |
| <b>Variações Ativas</b>                       | <b>74.422.707.392</b> | <b>100,00</b> | <b>Variações Passivas</b>                       | <b>69.464.338.307</b> | <b>93,34</b>  |
| <u>Resultantes da Execução Orçamentária</u>   | <u>30.680.781.729</u> | <u>41,23</u>  | <u>Resultantes da Execução Orçamentária</u>     | <u>29.315.347.688</u> | <u>39,39</u>  |
| <u>Independentes da Execução Orçamentária</u> | <u>43.741.925.663</u> | <u>58,77</u>  | <u>Independentes da Execução Orçamentária</u>   | <u>40.148.990.620</u> | <u>53,95</u>  |
| Receitas de Convênios                         | 5.243.543             | 0,01          | Despesas de Convênios                           | 0                     | 0,00          |
| Superveniências Financeiras Ativas            | 877.667.724           | 1,18          | Superveniências Financeiras Passivas            | 713.382.433           | 0,96          |
| Insubsistências Financeiras do Passivo        | 1.243.834.607         | 1,67          | Insubsistências Financeiras do Ativo            | 1.969.141.783         | 2,65          |
| Superveniências Patrimoniais Ativas           | 7.103.078.454         | 9,54          | Superveniências Patrimoniais Passivas           | 35.375.155.903        | 47,53         |
| Insubsistências Patrimoniais do Passivo       | 34.512.101.336        | 46,37         | Insubsistências Patrimoniais do Ativo           | 2.091.310.500         | 2,81          |
|   |                       |               | <b>Resultado Obtido – Superávit Patrimonial</b> | <b>4.958.369.085</b>  | <b>6,66</b>   |
| <b>Total</b>                                  | <b>74.422.707.392</b> | <b>100,00</b> | <b>Total</b>                                    | <b>74.422.707.392</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Ressaltamos na tabela 174, que anteriormente as variações resultantes da execução orçamentária tinham uma representatividade bem expressiva na composição das variações patrimoniais, sendo que no presente exercício essa representatividade caiu, em função dos novos registros decorrentes dos registros das *provisões matemáticas previdenciárias*, em atendimento à padronização aos moldes da atual contabilidade pública aplicada aos setores públicos proposta pela STN, em prol aos dispositivos legais enumerados no item anterior deste relatório.

Concomitantemente houve alteração na representatividade das independentes da execução orçamentária, tanto das variações patrimoniais ativas pelas inscrições e/ou atualizações das referidas provisões, nas superveniências patrimoniais passivas, quanto das passivas, pelas suas baixas e/ou amortizações, nas insubsistências patrimoniais do passivo, como se observa a seguir:

Tabela 175 Poder Executivo – Variações Patrimoniais Aumentativas

Em R\$1

| Especificações  | 2010                  |               | 2011                  |               |
|---|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|
|   | Valor                 | %             | Valor                 | %             |
| <b>Variações Ativas</b>   | <b>32.733.382.440</b> | <b>100,00</b> | <b>74.422.707.392</b> | <b>100,00</b> |
| <u>Resultantes da Execução Orçamentária</u>                     | <u>28.754.927.552</u> | <u>87,85</u>  | <u>30.680.781.729</u> | <u>41,23</u>  |
| <u>Independentes da Execução Orçamentária</u>                   | <u>3.978.454.888</u>  | <u>12,15</u>  | <u>43.741.925.663</u> | <u>58,77</u>  |
| Receitas de Convênios   | 2.326.184             | 0,01          | 5.243.543             | 0,01          |
| Superveniências Financeiras Ativas                              | 445.098               | 0,00          | 877.667.724           | 1,18          |
| Insubsistências Financeiras do Passivo                          | 224.121.339           | 0,68          | 1.243.834.607         | 1,67          |
| Superveniências Patrimoniais Ativas                             | 3.650.258.881         | 11,15         | 7.103.078.454         | 9,54          |
| Insubsistências Patrimoniais do Passivo                         | 101.303.386           | 0,31          | 34.512.101.336        | 46,37         |
| Cancelamento da Dívida Fundada                                  | 101.303.386           | 0,31          | 122.570.930           | 0,16          |
| Baixa e/ou Amortização de Provisões Matemáticas Previdenciárias | 0                     | 0,00          | 34.389.530.405        | 46,21         |
| <b>Total</b>  | <b>32.733.382.440</b> | <b>100,00</b> | <b>74.422.707.392</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Tabela 176 Poder Executivo – Variações Patrimoniais Diminutivas

Em R\$1

| Especificações  | 2010                  |               | 2011                  |               |
|---|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|
|   | R\$                   | %             | R\$                   | %             |
| <b>Variações Passivas</b>   | <b>31.799.294.430</b> | <b>97,15</b>  | <b>69.464.338.307</b> | <b>93,34</b>  |
| <u>Resultantes da Execução Orçamentária</u>                           | <u>27.490.884.844</u> | <u>83,98</u>  | <u>29.315.347.688</u> | <u>39,39</u>  |
| <u>Independentes da Execução Orçamentária</u>                         | <u>4.308.409.586</u>  | <u>13,16</u>  | <u>40.148.990.620</u> | <u>53,95</u>  |
| Despesas de Convênios   | 0                     | 0             | 0                     | 0             |
| Superveniências Financeiras Passivas                                  | 940.314               | 0             | 713.382.433           | 0,96          |
| Insubsistências Financeiras do Ativo                                  | 13.219.804            | 0,04          | 1.969.141.783         | 2,65          |
| Superveniências Patrimoniais Passivas                                 | 2.567.532.781         | 7,84          | 35.375.155.903        | 47,53         |
| Encampação da Dívida Fundada  | 1.740.789.899         | 5,32          | 0                     | 0             |
| Atualização Monetária e/ou Cambial da Dívida Fundada                  | 826.742.882           | 2,53          | 985.625.498           | 1,32          |
| Inscrições e/ou Atualizações de Provisões Matemáticas Previdenciárias | 0                     | 0             | 34.389.530.405        | 46,21         |
| Insubsistências Financeiras do Ativo                                  | 13.219.804            | 0,04          | 1.969.141.783         | 2,65          |
| <b>Resultado Patrimonial do Exercício</b>                             | <b>934.088.010</b>    | <b>2,85</b>   | <b>4.958.369.085</b>  | <b>6,66</b>   |
| Superávit do Exercício  | 934.088.010           | 2,85          | 4.958.369.085         | 6,66          |
| <b>Total</b>  | <b>32.733.382.440</b> | <b>100,00</b> | <b>74.422.707.392</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Outrossim, ressaltamos que os fatos contábeis do referido controle das provisões, ora incluído, não afetaram o resultado patrimonial do exercício, haja vista ter havido um equilíbrio dos valores inscritos e baixados, fazendo sua influência ser nula.

Isto posto, esta especializada, para o fim de análise horizontal das variações patrimoniais, usou a metodologia de comparar os valores e percentuais conforme se apresentam nos anexos e também desconsiderando-se os valores provenientes de tais provisões, baseando-se, para tanto, nas composições expostas a seguir:

Tabela 177 Poder Executivo – Variações Patrimoniais Aumentativas  
(comparativo da influência das baixas de contribuições matemáticas previdenciárias)

Em R\$1

| Especificações  | Valores Anexo 15      |               | Valores para Análise  |               |
|---|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|
|   | R\$                   | %             | R\$                   | %             |
| <b>Variações Ativas</b>   | <b>74.422.707.392</b> | <b>100,00</b> | <b>40.033.176.987</b> | <b>100,00</b> |
| <u>Resultantes da Execução Orçamentária</u>                     | <u>30.680.781.729</u> | <u>41,23</u>  | <u>30.680.781.729</u> | <u>76,64</u>  |
| <u>Independentes da Execução Orçamentária</u>                   | <u>43.741.925.663</u> | <u>58,77</u>  | <u>9.352.395.258</u>  | <u>23,36</u>  |
| Receitas de Convênios   | 5.243.543             | 0,01          | 5.243.543             | 0,01          |
| Superveniências Financeiras Ativas                              | 877.667.724           | 1,18          | 877.667.724           | 2,19          |
| Insubsistências Financeiras Passivas                            | 1.243.834.607         | 1,67          | 1.243.834.607         | 3,11          |
| Superveniências Patrimoniais Ativas                             | 7.103.078.454         | 9,54          | 7.103.078.454         | 17,74         |
| Insubsistências Patrimoniais Passivas                           | 34.512.101.336        | 46,37         | 122.570.930           | 0,31          |
| Cancelamento da Dívida Fundada                                  | 122.570.930           | 0,16          | 122.570.930           | 0,31          |
| Baixa e/ou Amortização de Provisões Matemáticas Previdenciárias | 34.389.530.405        | 46,21         | -                     | -             |
| <b>Resultado Patrimonial do Exercício</b>                       | <b>0</b>              | <b>0,00</b>   | <b>0</b>              | <b>0,00</b>   |
| Déficit do Exercício  | 0                     | 0,00          | 0                     | 0,00          |
| <b>Total</b>  | <b>74.722.707.392</b> | <b>100,00</b> | <b>40.033.176.987</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Tabela 178 Poder Executivo – Variações Patrimoniais Diminutivas  
(comparativo da influência das inscrições de contribuições matemáticas previdenciárias)

Em R\$1

| Especificações  | Valores Anexo 15      |               | Valores para Análise  |               |
|---|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|
|   | R\$                   | %             | R\$                   | %             |
| <b>Variações Passivas</b>   | <b>69.464.338.307</b> | <b>93,34</b>  | <b>35.074.807.902</b> | <b>87,61</b>  |
| <u>Resultantes da Execução Orçamentária</u>                           | <u>29.315.347.688</u> | <u>39,39</u>  | <u>29.315.347.688</u> | <u>73,23</u>  |
| <u>Independentes da Execução Orçamentária</u>                         | <u>40.148.990.620</u> | <u>53,95</u>  | <u>5.759.460.214</u>  | <u>14,39</u>  |
| Despesas de Convênios   | 0                     | 0,00          | 0                     | 0,00          |
| Superveniências Financeiras Passivas                                  | 713.382.433           | 0,96          | 713.382.433           | 1,78          |
| Insubsistências Financeiras do Ativo                                  | 1.969.141.783         | 2,65          | 1.969.141.783         | 4,92          |
| Superveniências Patrimoniais Passivas                                 | 35.375.155.903        | 47,53         | 985.625.498           | 2,46          |
| Atualização Monetária e/ou Cambial da Dívida Fundada                  | 985.625.498           | 1,32          | 985.625.498           | 2,46          |
| Inscrições e/ou atualizações de Provisões Matemáticas Previdenciárias | 34.389.530.405        | 46,21         | -                     | -             |
| Insubsistências Financeiras do Ativo                                  | 1.969.141.783         | 2,65          | 2.091.310.500         | 5,22          |
| <b>Resultado Patrimonial do Exercício</b>                             | <b>4.958.369.085</b>  | <b>6,66</b>   | <b>4.958.369.085</b>  | <b>12,39</b>  |
| Superávit do Exercício  | 4.958.369.085         | 6,66          | 4.958.369.085         | 12,39         |
| <b>Total</b>  | <b>74.422.707.392</b> | <b>100,00</b> | <b>40.033.176.987</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.5.2 Variações Ativas

As variações ativas, no valor de R\$74.422.707.392,39, estão assim compostas:

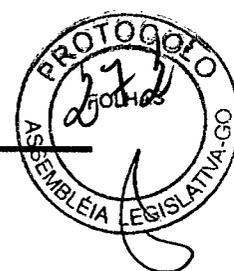
Tabela 179 Poder Executivo – Variações Ativas

Em R\$1

| Descrição                                   | Adm. Direta – Órgãos | Adm. Indireta – Autarquias e Fundações | Fundos Especiais     | Tesouro               | Total                 | %            |
|---|----------------------|--|----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|
| <b>Resultantes da Execução Orçamentária</b> | <b>9.512.847.109</b> | <b>4.284.065.104</b>                   | <b>2.344.393.500</b> | <b>14.539.476.017</b> | <b>30.680.781.729</b> | <b>41,23</b> |
| <u>Receitas Orçamentárias</u>               | <u>101.819.449</u>   | <u>1.822.587.833</u>                   | <u>824.596.831</u>   | <u>11.903.776.962</u> | <u>14.652.781.076</u> | <u>19,69</u> |



Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo



| Descrição                                     | Em R\$1              |  |                      |                       |                       |               |
|---|----------------------|--|----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
|   | Adm. Direta – Órgãos | Adm. Indireta – Autarquias e Fundações | Fundos Especiais     | Tesouro               | Total                 | %             |
| Receitas Correntes                            | 10.215.031           | 66.323.280                             | 2.897.556            | 0                     | 79.435.867            | 0,11          |
| Receitas de Capital                           | 41.534.609           | 22.229.252                             | 8.212.273            | 1.762.186.800         | 1.834.162.933         | 2,46          |
| <u>Receitas Intraorçamentárias</u>            | <u>0</u>             | <u>665.102.850</u>                     | <u>0</u>             | <u>0</u>              | <u>665.102.850</u>    | <u>0,89</u>   |
| Receitas Correntes                            | 10.215.031           | 66.323.280                             | 2.897.556            | 0                     | 79.435.867            | 0,11          |
| <u>Cotas Recebidas</u>                        | <u>9.181.580.850</u> | <u>1.517.181.432</u>                   | <u>1.165.977.214</u> | <u>331.469.648</u>    | <u>12.196.209.144</u> | <u>16,39</u>  |
| <u>Mutações das Despesas</u>                  | <u>229.446.809</u>   | <u>279.192.989</u>                     | <u>353.819.454</u>   | <u>2.304.229.407</u>  | <u>3.166.688.659</u>  | <u>4,26</u>   |
| <b>Independentes da Execução Orçamentária</b> | <b>198.540.124</b>   | <b>36.744.963.200</b>                  | <b>602.855.166</b>   | <b>6.195.567.173</b>  | <b>43.741.925.663</b> | <b>58,77</b>  |
| <b>Resultado Obtido – Déficit Patrimonial</b> | <b>0</b>             | <b>0</b>                               | <b>831.106.527</b>   | <b>0</b>              | <b>0</b>              | <b>0,00</b>   |
| <b>Total</b>                                  | <b>9.711.387.232</b> | <b>41.029.028.304</b>                  | <b>3.778.355.193</b> | <b>20.735.043.190</b> | <b>74.422.707.392</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Como visto na tabela 176, as variações ativas resultantes da execução orçamentária do Poder Executivo alcançaram um percentual de 41,23% do total, enquanto que as independentes 58,77%, sendo que estes percentuais passam a representar, respectivamente, 76,64% e 23,36%, ao se desconsiderar as provisões previdenciárias.

#### 2.2.5.2.1 Resultantes da Execução Orçamentária Ativas

As variações ativas resultantes da execução orçamentária compreendem as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital), no montante de R\$14.652.781.075,99, as receitas intraorçamentárias arrecadadas (correntes), no montante de R\$665.102.850,02, as cotas recebidas, no valor de R\$12.196.209.144,25, e as mutações da despesa, no valor de R\$3.166.688.658,88.

As mutações da despesa podem ser assim identificadas:

Tabela 180 Poder Executivo – Mutações Patrimoniais da Despesa

| Subgrupo                                   | Em R\$1              |  |                  |               |               |       |
|--|----------------------|--|------------------|---------------|---------------|-------|
|  | Adm. Direta – Órgãos | Adm. Indireta – Autarquias e Fundações | Fundos Especiais | Tesouro       | Total         | %     |
| Amortização da Dívida Fundada              | 0                    | 0                                      | 0                | 2.187.466.672 | 2.187.466.672 | 69,08 |
| Inscrição de Bens e/ou Valores a Apropriar | 155.256.967          | 177.512.948                            | 263.002.371      | 0             | 595.772.287   | 18,81 |

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Em R\$1

| Subgrupo                             | Adm. Direta<br>- Órgãos | Adm. Indireta<br>- Autarquias<br>e Fundações | Fundos<br>Especiais | Tesouro              | Total                | %             |
|--------------------------------------|-------------------------|--|---------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| Aquisição e/ou<br>Construção de Bens | 23.056.312              | 83.791.986                                   | 9.782.531           | 0                    | 116.630.830          | 3,68          |
| Constituição de<br>Valores           | 51.133.530              | 17.888.054                                   | 81.034.552          | 116.762.735          | 266.818.871          | 8,43          |
| <b>Total</b>                         | <b>229.446.809</b>      | <b>279.192.989</b>                           | <b>353.819.454</b>  | <b>2.304.229.407</b> | <b>3.166.688.659</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Evidencia-se entre as mutações patrimoniais ativas, os pagamentos do principal da dívida pública consolidada do Estado, no exercício de 2011. Observa-se ainda, que foi a que mais teve variação de um ano para o outro, na margem de 324,28% de acréscimos, os quais são evidenciados na forma que se segue:

Tabela 181 Poder Executivo – Amortização da Dívida Fundada

Em R\$1

| Descrição                     | Valor em 2010         | AV <sup>(1)</sup> | Valor em 2011           | AV <sup>(2)</sup> | AH <sup>(3)</sup> |
|-------------------------------|-----------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Amortização da Dívida Interna | 502.469.803,29        | 97,46             | 2.175.458.158,42        | 99,45             | 332,95            |
| Amortização da Dívida Externa | 13.105.267,82         | 2,54              | 12.008.513,27           | 0,55              | (8,37)            |
| <b>Total</b>                  | <b>515.575.071,11</b> | <b>23,57</b>      | <b>2.187.466.671,69</b> | <b>100,00</b>     | <b>324,28</b>     |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

(1) Análise Vertical. Participação do item no Total da Amortização da Dívida Fundada em 2010.

(2) Análise Vertical. Participação do item no Total da Amortização da Dívida Fundada em 2011.

(3) Análise Horizontal. Variação do item de 2011 em relação a 2010.

A variação ocorrida na amortização da dívida interna de 332,95% é basicamente decorrente do pagamento de R\$1,6 bilhões referente ao contrato de novação de obrigações do Estado com a Celg que se encontra comentado no gráfico 14 da Evolução da Amortização da Dívida Pública, sendo os detalhes sobre o referido contrato e sobre a dívida pública relatados no item 1.2.2.2.1.1 – Dívida Fundada Interna, deste relatório.

#### 2.2.5.2.2 Independentes da Execução Orçamentária Ativas

As variações ativas independentes da execução orçamentária, do Poder Executivo alcançaram um percentual de 58,77% do total, passando a 23,36%, quando desconsideradas as provisões previdenciárias. Evidencia-se dessa forma, que as independentes da execução orçamentária tiveram um aumento efetivo de 135,08%, alcançando dessa forma o montante R\$43.741.925.663,25, e podem ser assim resumidas:



Tabela 182 Poder Executivo – Variações Ativas Independentes  
da Execução Orçamentária

| Subgrupo  | Em R\$1                 |  |                     |                      |                       |               |
|---|-------------------------|--|---------------------|----------------------|-----------------------|---------------|
|   | Adm. Direta<br>– Órgãos | Adm. Indireta<br>– Autarquias e<br>Fundações | Fundos<br>Especiais | Tesouro              | Total                 | %             |
| <b>Receitas de Convênios</b>                                    | <b>0</b>                | <b>5.243.543</b>                             | <b>0</b>            | <b>0</b>             | <b>5.243.543</b>      | <b>0,01</b>   |
| <b>Superveniências Financeiras Ativas</b>                       | <b>58.907</b>           | <b>868.457.292</b>                           | <b>994.435</b>      | <b>8.157.089</b>     | <b>877.667.724</b>    | <b>2,01</b>   |
| Encampação de Créditos Realizáveis                              | 0                       | 867.505.307                                  | 0                   | 0                    | 867.505.307           | 1,98          |
| Encampação de Desembolsos a Apropriar                           | 58.907                  | 951.984                                      | 994.435             | 8.157.089            | 10.162.416            | 0,02          |
| <b>Insubsistências Financeiras do Passivo</b>                   | <b>32.575.594</b>       | <b>625.149.976</b>                           | <b>519.363.545</b>  | <b>66.745.491</b>    | <b>1.243.834.607</b>  | <b>2,84</b>   |
| Cancelamento da Dívida Flutuante                                | 31.489.232              | 616.812.604                                  | 515.893.280         | 66.745.491           | 1.230.940.607         | 2,81          |
| Cancelamento de Recebimentos a Classificar                      | 1.086.362               | 8.337.373                                    | 3.470.265           | 0                    | 12.894.000            | 0,03          |
| <b>Superveniências Patrimoniais Ativas</b>                      | <b>165.905.623</b>      | <b>856.581.984</b>                           | <b>82.497.186</b>   | <b>5.998.093.662</b> | <b>7.103.078.454</b>  | <b>16,24</b>  |
| Incorporação de Bens de Uso Especial                            | 252.717                 | 25.865.763                                   | 15.168.553          | 0                    | 41.287.033            | 0,09          |
| Reavaliação de Bens de Uso Especial                             | 165.528.471             | 219.186.573                                  | 59.555.252          | 0                    | 444.270.295           | 1,02          |
| Apropriação e/ou Atualização de Valores                         | 124.435                 | 611.529.648                                  | 7.773.381           | 123.476.047          | 742.903.513           | 1,70          |
| Encampação de Bens e/ou Valores a Apropriar                     | 0                       | 0  | 0                   | 5.874.617.614        | 5.874.617.614         | 13,43         |
| <b>Insubsistências Patrimoniais do Passivo</b>                  | <b>0</b>                | <b>34.389.530.405</b>                        | <b>0</b>            | <b>122.570.930</b>   | <b>34.512.101.336</b> | <b>78,90</b>  |
| Cancelamento da Dívida Fundada                                  | 0                       | 0  | 0                   | 122.570.930          | 122.570.930           | 0,28          |
| Baixa e/ou Amortização de Provisões Matemáticas Previdenciárias | 0                       | 34.389.530.405                               | 0                   | 0                    | 34.389.530.405        | 78,62         |
| <b>Total</b>  | <b>198.540.124</b>      | <b>36.744.963.200</b>                        | <b>602.855.166</b>  | <b>6.195.567.173</b> | <b>43.741.925.663</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

As superveniências financeiras ativas foram as que mais sofreram alterações de 2010 para 2011, sendo que o valor de R\$867.505.307,46 encontrado no subgrupo encampação de créditos realizáveis se refere basicamente a créditos de contribuições previdenciárias, e ainda, uma pequena parcela de outros devedores. Observando que o referido subgrupo não teve movimentação no ano anterior.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

O valor de R\$5.874.617.614,29 encontrado no subgrupo encampação de bens e/ou valores a apropriar refere-se integralmente a inscrições e atualizações monetárias de dívida ativa tributária e não tributária, e estão detalhados no item 2.2.1.9 – Créditos a Receber – Poder Executivo.

2.2.5.3 Variações Passivas

As variações passivas, no montante de R\$74.422.707.392,39 estão assim compostas:

Tabela 183 Poder Executivo – Variações Passivas

| Descrição                                       | Em R\$1              |  |                      |                       |                       |               |
|---|----------------------|--|----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
|   | Adm. Direta – Órgãos | Adm. Indireta – Autarquias e Fundações | Fundos Especiais     | Tesouro               | Total                 | %             |
| <b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>     | <b>9.251.780.151</b> | <b>3.906.445.670</b>                   | <b>1.954.308.003</b> | <b>14.202.813.864</b> | <b>29.315.347.688</b> | <b>39,39</b>  |
| <u>Despesas Orçamentárias</u>                   | <u>7.592.800.771</u> | <u>3.653.359.833</u>                   | <u>1.815.584.254</u> | <u>0</u>              | <u>13.061.744.857</u> | <u>17,55</u>  |
| Despesas Correntes                              | 5.154.919.972        | 3.485.224.356                          | 1.715.733.814        | 0                     | 10.355.878.142        | 13,91         |
| Despesas de Capital                             | 2.437.880.799        | 168.135.476                            | 99.850.440           | 0                     | 2.705.866.716         | 3,64          |
| <u>Cotas Concedidas</u>                         | <u>1.658.933.840</u> | <u>253.085.838</u>                     | <u>137.288.249</u>   | <u>11.711.346.099</u> | <u>13.760.654.026</u> | <u>18,49</u>  |
| <u>Mutações da Receita</u>                      | <u>45.539</u>        | <u>0</u>                               | <u>1.435.500</u>     | <u>2.491.467.765</u>  | <u>2.492.948.804</u>  | <u>3,35</u>   |
| <b>Independentes da Execução Orçamentária</b>   | <b>168.490.355</b>   | <b>35.972.060.444</b>                  | <b>1.824.047.190</b> | <b>2.184.392.631</b>  | <b>40.148.990.620</b> | <b>53,95</b>  |
| <b>Resultado Obtido – Superávit Patrimonial</b> | <b>291.116.726</b>   | <b>1.150.522.190</b>                   | <b>0</b>             | <b>4.347.836.695</b>  | <b>4.958.369.085</b>  | <b>6,66</b>   |
| <b>Total</b>                                    | <b>9.711.387.232</b> | <b>41.029.028.304</b>                  | <b>3.778.355.193</b> | <b>20.735.043.190</b> | <b>74.422.707.392</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Como visto na Tabela 178, das variações patrimoniais diminutivas, as variações passivas resultantes da execução orçamentária do Poder Executivo alcançaram um percentual de 39,39% do total, enquanto que as independentes 53,95%, sendo que estes percentuais passam representar, respectivamente, para 73,23% e 14,39%, ao se desconsiderar as provisões previdenciárias.

2.2.5.3.1 Resultantes da Execução Orçamentária Passivas

As variações passivas resultantes da execução orçamentária compreendem as despesas orçamentárias executadas (correntes e de capital), no montante de R\$13.061.744.857,45, as cotas concedidas, no valor de R\$13.760.654.026,18, e as mutações da receita, no valor de R\$2.492.948.804,23.

As mutações da receita podem ser assim identificadas:

Tabela 184 Poder Executivo – Mutações Patrimoniais da Receita

Em R\$1

| Subgrupo                             | Adm. Direta – Órgãos | Adm. Indireta – Autarquias e Fundações | Fundos Especiais | Tesouro              | Total                | %             |
|--------------------------------------|----------------------|--|------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| Contratação da Dívida Fundada        | 0                    | 0                                      | 0                | 1.760.436.794        | 1.760.436.794        | 70,62         |
| Recebimento de Créditos Transitórios | 0                    | 0                                      | 0                | 731.030.971          | 731.030.971          | 29,32         |
| Alienação de Bens                    | 25.539               | 0                                      | 1.435.500        | 0                    | 1.461.039            | 0,06          |
| Alienação e/ou Reversão de Valores   | 20.000               | 0                                      | 0                | 0                    | 20.000               | 0,00          |
| <b>Total</b>                         | <b>45.539</b>        | <b>0</b>                               | <b>1.435.500</b> | <b>2.491.467.765</b> | <b>2.492.948.804</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

#### 2.2.5.3.2 Independentes da Execução Orçamentária

As variações ativas independentes da execução orçamentária, do Poder Executivo alcançaram um percentual de 53,95% do total, passando a 14,39%, quando desconsiderados as provisões previdenciárias. Evidencia-se dessa forma, que as independentes da execução orçamentária teve um aumento efetivo de 33,68% e podem ser assim resumidas:

Tabela 185 Poder Executivo – Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária

Em R\$1

| Subgrupo                                    | Adm. Direta – Órgãos | Adm. Indireta – Autarquias e Fundações | Fundos Especiais | Tesouro          | Total              | %           |
|---|----------------------|--|------------------|------------------|--------------------|-------------|
| <b>Despesas de Convênios</b>                | <b>0</b>             | <b>0</b>                               | <b>0</b>         | <b>0</b>         | <b>0</b>           | <b>0,00</b> |
| <b>Superveniências Financeiras Passivas</b> | <b>5.039.328</b>     | <b>442.750.920</b>                     | <b>2.296.077</b> | <b>263296108</b> | <b>713.382.433</b> | <b>1,78</b> |
| Encampação da Dívida Flutuante              | 6.470                | 439.863.520                            | 718.777          | 263.296.108      | 703.884.875        | 1,75        |
| Encampação de Recebimentos a Classificar    | 5.032.858            | 2.887.400                              | 1.577.300        | 0                | 9.497.558          | 0,02        |

Em R\$1

| Subgrupo  | Adm. Direta – Órgãos | Adm. Indireta – Autarquias e Fundações | Fundos Especiais     | Tesouro              | Total                 | %             |
|---|----------------------|--|----------------------|----------------------|-----------------------|---------------|
| <b>Insubstituições Financeiras Ativas</b>                             | <b>58.076.654</b>    | <b>883.494.925</b>                     | <b>1.019.352.175</b> | <b>8218029,21</b>    | <b>1.969.141.783</b>  | <b>4,90</b>   |
| Cancelamento de Créditos Realizáveis                                  | 57.880.521           | 883.480.980                            | 1.018.357.739        | 8.195.123            | 1.967.914.364         | 4,90          |
| Cancelamento de Desembolsos a Apropriar                               | 196.132              | 13944,82                               | 994.435              | 22.906               | 1.227.419             | 0,00          |
| <b>Superveniências Patrimoniais Passivas</b>                          | <b>0</b>             | <b>34.389.530.405</b>                  | <b>0</b>             | <b>985625497,9</b>   | <b>35.375.155.903</b> | <b>88,11</b>  |
| Encampação da Dívida Fundada  | 0                    | 0                                      | 0                    | 0                    | 0                     | 0,00          |
| Atualização Monetária e/ou Cambial da Dívida Fundada                  | 0                    | 0                                      | 0                    | 985.625.498          | 985.625.498           | 2,45          |
| Inscrições e/ou atualizações de Provisões Matemáticas Previdenciárias | 0                    | 34.389.530.405                         | 0                    | 0                    | 34.389.530.405        | 85,65         |
| <b>Insubstituições Patrimoniais Ativas</b>                            | <b>105.374.374</b>   | <b>256.284.194</b>                     | <b>802.398.938</b>   | <b>927252995,5</b>   | <b>2.091.310.500</b>  | <b>5,21</b>   |
| Desincorporação de Bens de Uso Especial                               | 171.813              | 17.411.002                             | 3.133.310            | 0                    | 20.716.126            | 0,05          |
| Baixa Residual de Bens de Uso Especial                                | 2.318                | 0                                      | 0                    | 0                    | 2.318                 | 0,00          |
| Baixa de Valores  | 25.678.605           | 11.500.967                             | 665.132.141          | 4.543.871            | 706.855.584           | 1,76          |
| Baixa de Bens e/ou Valores a Apropriar                                | 79.521.637           | 227.372.224                            | 134.133.487          | 922.709.125          | 1.363.736.473         | 3,40          |
| <b>Total</b>  | <b>168.490.355</b>   | <b>35.972.060.444</b>                  | <b>1.824.047.190</b> | <b>2.184.392.631</b> | <b>40.148.990.620</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

As atualizações de dívidas passivas no valor de R\$985.625.497,94, representam 2,45% das variações passivas independentes da execução orçamentária, e podem ser assim detalhadas, na forma vista no item 1.2.2.2.1 – Dívida Consolidada:

Tabela 186 Poder Executivo – Atualização de Dívidas Passivas

Em R\$1

| Descrição                                       | Valor              | %             |
|---|--------------------|---------------|
| Atualização Monetária da Dívida Fundada Interna | 968.270.819        | 98,24         |
| Correção Cambial da Dívida Fundada Externa      | 17.354.678         | 1,76          |
| <b>Total</b>                                    | <b>985.625.498</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

## 2.3 Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

### 2.3.1 Balanço Econômico

É apresentada a seguir a movimentação econômica do Poder Executivo durante o exercício de 2011:

Tabela 187 Poder Executivo – Movimentação Econômica do Poder Executivo

|  |               |               | Em R\$1.000.000                                |               |               |
|--|---------------|---------------|--|---------------|---------------|
| Recursos Obtidos                           | R\$           | %             | Recursos Aplicados                             | R\$           | %             |
| <b>Da Arrecadação de Tributos</b>          | <b>6.817</b>  | <b>24,78</b>  | <b>Gastos com Manutenção</b>                   | <b>9.493</b>  | <b>34,50</b>  |
|  |               |               | Pessoal e Encargos Sociais                     | 6.487         | 23,58         |
| <b>Da Exploração do Patrimônio Estatal</b> | <b>403</b>    | <b>1,47</b>   | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | 1.455         | 5,29          |
|  |               |               | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física   | 151           | 0,55          |
| <b>De Transferências Recebidas</b>         | <b>3.375</b>  | <b>12,27</b>  | Material de Consumo                            | 268           | 0,97          |
|  |               |               | Locação de Mão-de-Obra                         | 13            | 0,05          |
| <b>De Alienação de Bens</b>                | <b>4</b>      | <b>0,01</b>   | Gastos com Viagem                              | 100           | 0,36          |
|  |               |               | Outros   | 1.018         | 3,70          |
| <b>Do Endividamento Estatal</b>            | <b>1.760</b>  | <b>6,40</b>   | <b>Serviços da Dívida</b>                      | <b>2.995</b>  | <b>10,89</b>  |
|  |               |               | Juros  | 807           | 2,93          |
|  |               |               | Amortização                                    | 2.188         | 7,95          |
|  |               |               | <b>Investimentos</b>                           | <b>489</b>    | <b>1,78</b>   |
|  |               |               | Aplicações Diretas                             | 347           | 1,26          |
|  |               |               | Transferências                                 | 142           | 0,51          |
|  |               |               | <b>Inversões Financeiras</b>                   | <b>30</b>     | <b>0,11</b>   |
| <b>Outros</b>                              | <b>2.958</b>  | <b>10,75</b>  | <b>Outras Transferências</b>                   | <b>56</b>     | <b>0,20</b>   |
| <b>Cotas Recebidas</b>                     | <b>12.196</b> | <b>44,33</b>  | <b>Cotas Concedidas</b>                        | <b>13.761</b> | <b>50,01</b>  |
| <b>Soma</b>                                | <b>27.514</b> | <b>100,00</b> | <b>Soma</b>                                    | <b>26.822</b> | <b>97,49</b>  |
|  |               |               | <b>Superávit Orçamentário</b>                  | <b>692</b>    | <b>2,51</b>   |
| <b>Total Geral</b>                         | <b>27.514</b> | <b>100,00</b> | <b>Total Geral</b>                             | <b>27.514</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

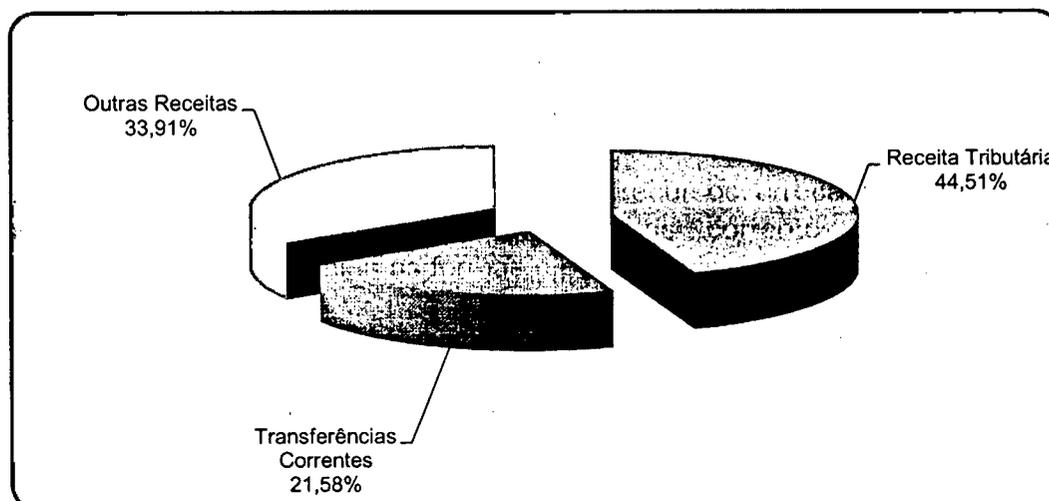
### 2.3.2 Execução Orçamentária e Financeira

#### 2.3.2.1 Receita

A Receita Pública representa a totalidade de recursos arrecadados pelo Estado, classificando-se orçamentariamente em receitas correntes e de capital. A Constituição Federal determina as formas e percentuais da sua repartição.

A Receita Pública do Estado de Goiás é gerida pelo Poder Executivo, por meio da Sefaz, que tem como finalidade formular, coordenar e executar as funções de administração tributária do Estado.

Gráfico 23 Poder Executivo – Composição da Receita Arrecadada



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

#### 2.3.2.1.1 Comparação entre a Receita Estimada e a Arrecadada

A Lei Estadual n.º17.266/2011 (Lei Orçamentária Anual) inicialmente estimou a receita do Poder Executivo, para o exercício financeiro de 2011, no montante de R\$14.899.474.000,00, tendo sido efetivamente arrecadados R\$15.317.883.926,01, ocasionando um superávit de arrecadação de R\$418.409.926,01.

A tabela a seguir demonstra o comportamento da receita arrecadada em relação à previsão inicial nos cinco últimos exercícios:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

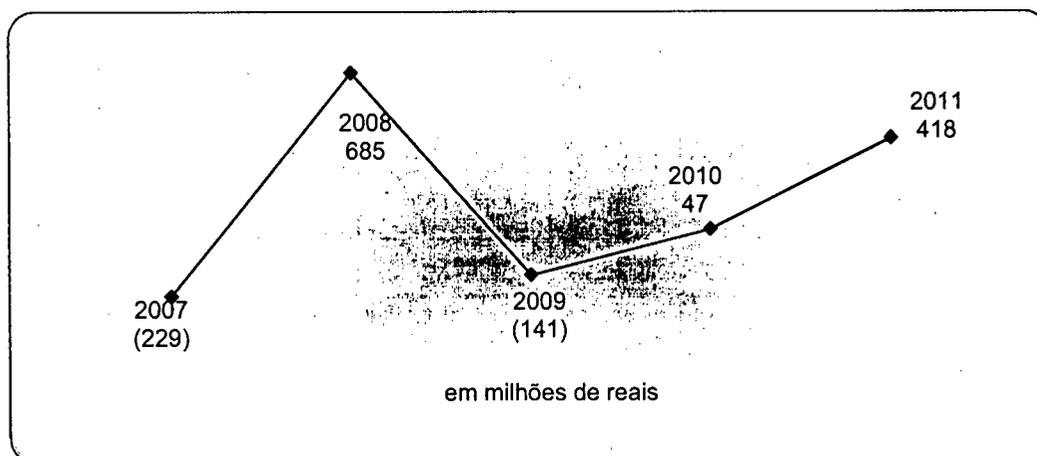
Tabela 188 Poder Executivo – Comportamento da Receita Arrecadada em Relação à Prevista

| Em R\$1                              |               |                |                |                |                |
|--------------------------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Título                               | 2007          | 2008           | 2009           | 2010           | 2011           |
| Receita Prevista                     | 9.576.431.000 | 10.412.837.000 | 11.521.626.000 | 13.650.962.510 | 14.899.474.000 |
| Receita Arrecadada                   | 9.347.398.355 | 11.097.774.134 | 11.380.151.807 | 13.697.601.401 | 15.317.883.926 |
| Excesso/Insuficiência de Arrecadação | (229.032.645) | 684.937.134    | (141.474.193)  | 46.638.891     | 418.409.926    |
| %                                    | (2,39)        | 6,58           | (1,23)         | 0,34           | 2,81           |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

O superávit de arrecadação verificado no exercício de 2011, em comparação aos anos anteriores, é melhor visualizado no gráfico apresentado abaixo:

Gráfico 24 Poder Executivo – Comportamento da Receita Arrecadada em Relação à Prevista – 2007 a 2011



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

2.3.2.1.2 Evolução da Arrecadação

Nos últimos anos a receita orçamentária do Poder Executivo apresentou a seguinte evolução:

Tabela 189 Poder Executivo – Comportamento da Receita Arrecadada em Relação à Prevista

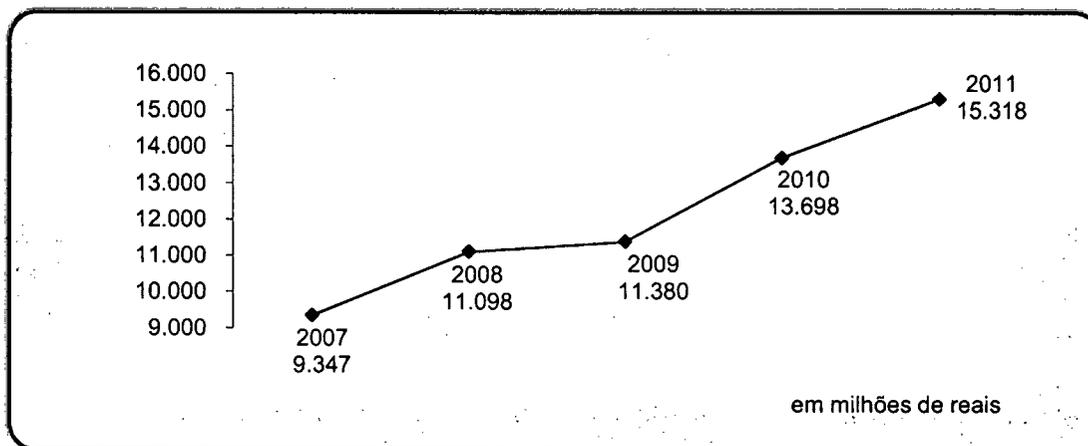
| Em R\$1   |                |            |
|-----------|----------------|------------|
| Exercício | Valor          | Variação % |
| 2007      | 9.347.398.355  | 14,58      |
| 2008      | 11.097.774.134 | 18,73      |
| 2009      | 11.380.151.807 | 2,54       |
| 2010      | 13.697.601.401 | 20,36      |
| 2011      | 15.317.883.926 | 11,83      |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

O gráfico a seguir permite melhor visualização do comportamento da receita orçamentária nos últimos cinco anos:

Gráfico 25 Poder Executivo – Evolução da Receita – 2007 a 2011



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

2.3.2.1.3 Receitas por Categorias Econômicas

No exercício de 2011, as receitas arrecadadas pelo Poder Executivo apresentaram o seguinte comportamento:

Tabela 190 Poder Executivo – Receitas por Categorias Econômicas

| Descrição                 | Em R\$1                            |                                     |                                  |                       |                       |              |
|---------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|
|                           | Adm. Direta<br>Órgãos<br>Executivo | Adm Indireta<br>Aut. e<br>Fundações | Fundos<br>Especiais<br>Executivo | Tesouro               | Total                 | %            |
| <b>Receitas Correntes</b> | <b>60.284.840</b>                  | <b>2.465.461.431</b>                | <b>816.384.559</b>               | <b>10.141.590.163</b> | <b>13.483.720.993</b> | <b>88,03</b> |
| <b>Orçamentárias</b>      | <b>60.284.840</b>                  | <b>1.800.358.581</b>                | <b>816.384.559</b>               | <b>10.141.590.163</b> | <b>12.818.618.143</b> | <b>83,68</b> |
| Receita Tributária        | 0                                  | 436.129.037                         | 493.617.292                      | 5.887.590.149         | 6.817.336.478         | 44,51        |
| Receita de Contribuições  | 0                                  | 1.126.797.102                       | 0                                | 0                     | 1.126.797.102         | 7,36         |
| Receita Patrimonial       | 472.846                            | 23.798.839                          | 48.041.388                       | 331.175.261           | 403.488.335           | 2,63         |
| Receita Agropecuária      | 0                                  | 206.364                             | 0                                | 0                     | 206.364               | 0,00         |
| Receita de Serviços       | 0                                  | 103.855.094                         | 43.463.841                       | 55.605                | 147.374.540           | 0,96         |
| Transferências Correntes  | 59.811.994                         | 10.202.022                          | 106.472.343                      | 3.129.801.503         | 3.306.287.862         | 21,58        |
| Outras Receitas Correntes | 0                                  | 99.370.124                          | 124.789.694                      | 792.967.645           | 1.017.127.463         | 6,64         |
| <b>Intraorçamentárias</b> | <b>0</b>                           | <b>665.102.850</b>                  | <b>0</b>                         | <b>0</b>              | <b>665.102.850</b>    | <b>4,34</b>  |
| Receita de Contribuições  | 0                                  | 636.296.075                         | 0                                | 0                     | 636.296.075           | 4,15         |
| Receita de Serviços       | 0                                  | 28.806.775                          | 0                                | 0                     | 28.806.775            | 0,19         |



Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

| Descrição                  | Em R\$1                            |                                     |                                  |                       |                       |               |
|----------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
|                            | Adm. Direta<br>Órgãos<br>Executivo | Adm Indireta<br>Aut. e<br>Fundações | Fundos<br>Especiais<br>Executivo | Tesouro               | Total                 | %             |
| <b>Receitas de Capital</b> | <b>41.534.609</b>                  | <b>22.229.252</b>                   | <b>8.212.273</b>                 | <b>1.762.186.800</b>  | <b>1.834.162.933</b>  | <b>11,97</b>  |
| <b>Orçamentárias</b>       | <b>41.534.609</b>                  | <b>22.229.252</b>                   | <b>8.212.273</b>                 | <b>1.762.186.800</b>  | <b>1.834.162.933</b>  | <b>11,97</b>  |
| Operações de Crédito       | 0                                  | 0                                   | 0                                | 1.760.436.794         | 1.760.436.794         | 11,49         |
| Alienação de Bens          | 0                                  | 48.872                              | 3.760.300                        | 230.005               | 4.039.178             | 0,03          |
| Amortização de Empréstimos | 0                                  | 0                                   | 1.185.769                        | 0                     | 1.185.769             | 0,01          |
| Transferências de Capital  | 41.534.609                         | 22.180.380                          | 3.266.203                        | 1.500.000             | 68.481.192            | 0,45          |
| Outras Receitas de Capital | 0                                  | 0                                   | 0                                | 20.000                | 20.000                | 0,00          |
| <b>Total</b>               | <b>101.819.449</b>                 | <b>2.487.690.683</b>                | <b>824.596.831</b>               | <b>11.903.776.962</b> | <b>15.317.883.926</b> | <b>100,00</b> |

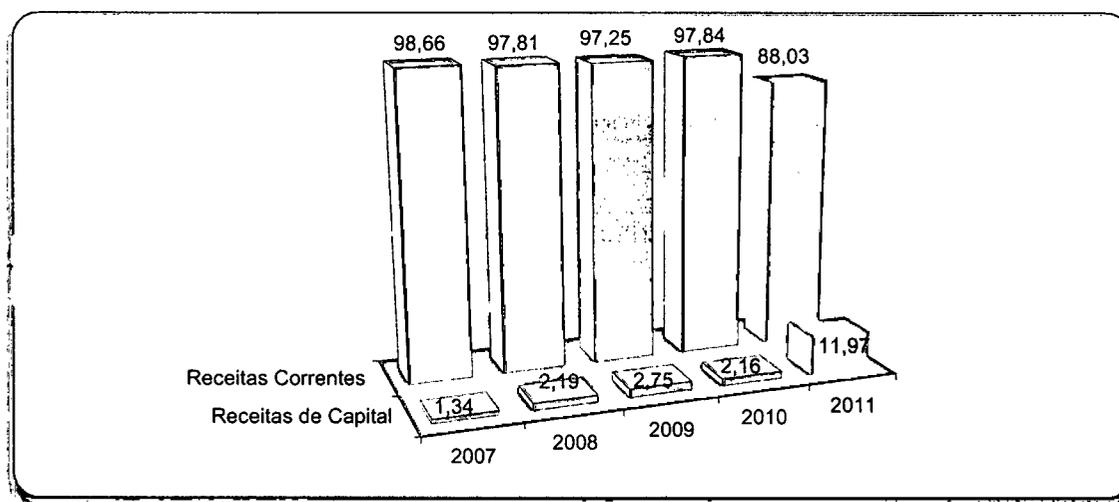
Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

A arrecadação das receitas tributárias continua com uma participação expressiva no comportamento geral da receita, alcançando, no exercício sob exame, o percentual de 44,51%.

No exercício de 2011, as receitas de capital representaram 11,97% do total, enquanto que no exercício anterior atingiram 2,16%

Tomando como parâmetro os últimos cinco exercícios para fins de análise, verifica-se que o perfil da receita orçamentária arrecadada não sofreu grandes variações no decorrer do período, como evidencia o gráfico na sequência:

Gráfico 26 Poder Executivo – Participação das Receitas Correntes e de Capital na Receita Orçamentária



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

A tabela seguinte apresenta, ainda a título de facilitar a avaliação do perfil da receita, com base nos últimos cinco anos, a participação percentual dos componentes de cada categoria econômica:

Tabela 191 Poder Executivo – Perfil da Receita Arrecadada – 2007 a 2011

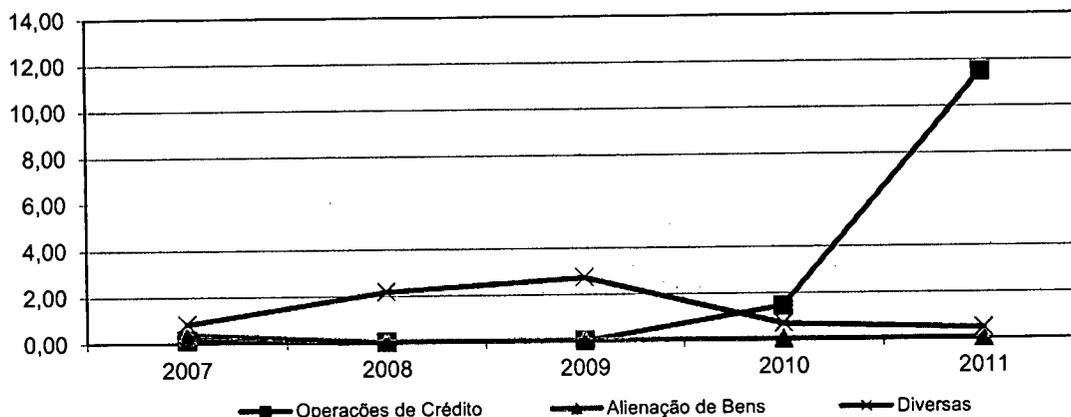
| Título                     | Em Percentuais (%) |               |               |               |               |
|----------------------------|--------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                            | 2007               | 2008          | 2009          | 2010          | 2011          |
| <b>Receitas Correntes</b>  | <b>98,66</b>       | <b>97,81</b>  | <b>97,25</b>  | <b>97,84</b>  | <b>88,03</b>  |
| <b>Orçamentárias</b>       | <b>98,66</b>       | <b>97,81</b>  | <b>97,25</b>  | <b>94,26</b>  | <b>83,68</b>  |
| Receita Tributária         | 61,18              | 60,36         | 60,91         | 59,87         | 44,51         |
| Receita de Contribuições   | 7,71               | 7,13          | 7,73          | 7,23          | 7,36          |
| Receita Patrimonial        | 2,18               | 1,87          | 0,73          | 0,53          | 2,63          |
| Receita de Serviços        | 1,61               | 1,60          | 1,28          | 1,21          | 0,96          |
| Transferências Correntes   | 21,94              | 23,22         | 22,98         | 21,19         | 21,58         |
| Outras Receitas Correntes  | 4,04               | 3,63          | 3,63          | 4,23          | 6,64          |
| <b>Intraorçamentárias</b>  | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>   | <b>3,59</b>   | <b>4,34</b>   |
| Receita de Contribuições   | 0,00               | 0,00          | 0,00          | 3,46          | 4,15          |
| Receita de Serviços        | 0,00               | 0,00          | 0,00          | 0,12          | 0,19          |
| <b>Receitas de Capital</b> | <b>1,33</b>        | <b>2,19</b>   | <b>2,75</b>   | <b>2,16</b>   | <b>11,97</b>  |
| <b>Orçamentárias</b>       | <b>1,33</b>        | <b>2,19</b>   | <b>2,75</b>   | <b>2,16</b>   | <b>11,97</b>  |
| Operações de Crédito       | 0,14               | 0,00          | 0,00          | 1,45          | 11,49         |
| Alienação de Bens          | 0,37               | 0,02          | 0,02          | 0,02          | 0,03          |
| Amortização de Empréstimos | 0,00               | 0,33          | 0,02          | 0,01          | 0,01          |
| Transferências de Capital  | 0,83               | 1,84          | 2,71          | 0,67          | 0,45          |
| Outras Receitas de Capital | 0,00               | 0,01          | 0,00          | 0,01          | 0,00          |
| <b>Total</b>               | <b>100,00</b>      | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

O gráfico seguinte ilustra o comportamento das operações de crédito e da alienação de bens nos últimos cinco exercícios e o seu efeito na mudança do perfil da receita:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Gráfico 27 Poder Executivo – Evolução da Composição da Receita de Capital – 2007 a 2011



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

2.3.2.1.3.1 Receitas Correntes

Como informado na tabela abaixo, as receitas correntes totalizaram R\$13.483.720.992,67, representando 88,03% da receita orçamentária líquida de 2011. Este montante superou em 2,67% a previsão inicial, que importava em R\$13.132.738.000,00.

A composição das receitas correntes está a seguir apresentada e, na sequência, são analisados os seus títulos mais representativos.

Tabela 192 Poder Executivo – Receitas Correntes

| Título                    | Valor                 | Em R\$1<br>%  |
|---------------------------|-----------------------|---------------|
| <b>Orçamentárias</b>      | <b>12.818.618.143</b> | <b>95,07</b>  |
| Receita Tributária        | 6.817.336.478         | 50,56         |
| Receita de Contribuições  | 1.126.797.102         | 8,36          |
| Receita Patrimonial       | 403.488.335           | 2,99          |
| Receita Agropecuária      | 206.364               | 0,00          |
| Receita de Serviços       | 147.374.540           | 1,09          |
| Transferências Correntes  | 3.306.287.862         | 24,52         |
| Outras Receitas Correntes | 1.017.127.463         | 7,54          |
| <b>Intraorçamentárias</b> | <b>665.102.850</b>    | <b>4,93</b>   |
| Receita de Contribuições  | 636.296.075           | 4,72          |
| Receita de Serviços       | 28.806.775            | 0,21          |
| <b>Total</b>              | <b>13.483.720.993</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

2.3.2.1.3.1.1 Receita Tributária

A receita tributária bruta no valor de R\$11.176.324.089,84 sofreu deduções de R\$4.358.987.612,26 atingindo a importância de R\$6.817.336.477,58.

A receita tributária líquida contribui com 50,56% das receitas correntes líquidas do Poder Executivo representando ainda 44,51% do total da receita arrecadada líquida, que foi de R\$15.317.883.926,01.

A composição da receita tributária no exercício de 2011 está demonstrada na tabela a seguir:

Tabela 193 Poder Executivo – Receita Tributária

| Título                               | Valor                | Em R\$1       |
|--------------------------------------|----------------------|---------------|
|                                      |                      | %             |
| Receita de Impostos                  | 10.385.612.292       | 152,34        |
| (-)Deduções das Receitas de Impostos | (4.235.865.465)      | (62,13)       |
| Receita de Taxas                     | 790.711.798          | 11,60         |
| (-)Deduções das Receitas de Taxas    | (123.122.147)        | (1,81)        |
| <b>Total</b>                         | <b>6.817.336.478</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.3.2.1.3.1.1.1 Receita de Impostos

O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, foram responsáveis por 89,49% do total dos impostos arrecadados pelo Estado, como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 194 Poder Executivo – Composição da Receita de Impostos

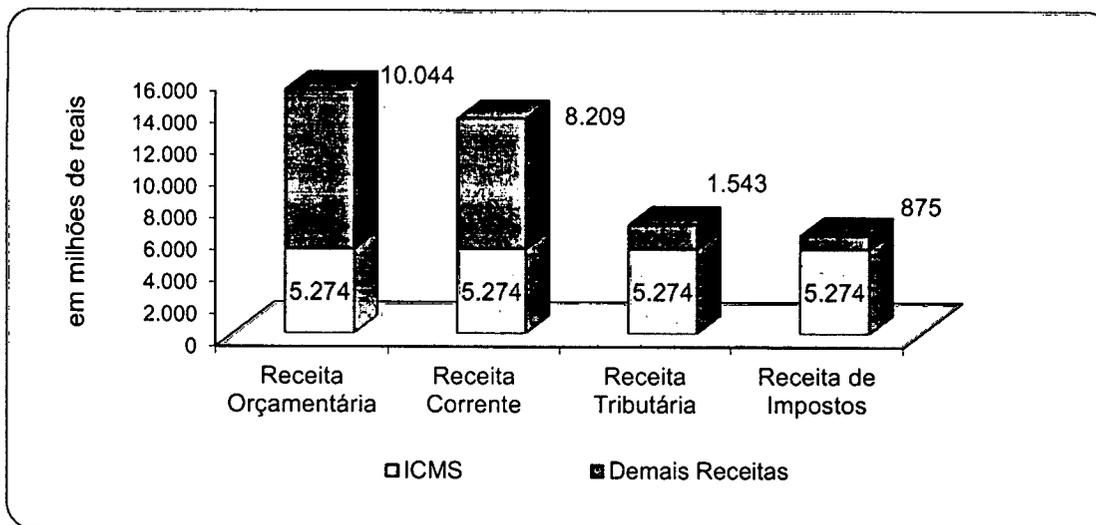
| Descrição  | Valor                | Em R\$1       |
|--|----------------------|---------------|
|  |                      | %             |
| ICMS   | 9.112.252.879        | 148,17        |
| (-)Deduções do ICMS  | (3.837.981.741)      | (62,41)       |
| IRRF   | 567.352.693          | 9,23          |
| (-)Deduções do IRRF  | (8.874)              | 0,00          |
| IPVA   | 607.247.922          | 9,87          |
| (-)Deduções do IPVA  | (378.047.960)        | (6,15)        |
| Imposto s/ Transm. "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos – ITCD | 98.758.799           | 1,61          |
| (-)Deduções do ITCD  | (19.826.891)         | (0,32)        |
| <b>Total</b>   | <b>6.149.746.827</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

O gráfico a seguir ilustra a participação do ICMS no perfil da receita em 2011:

Gráfico 28 Participação do ICMS na Receita Estadual

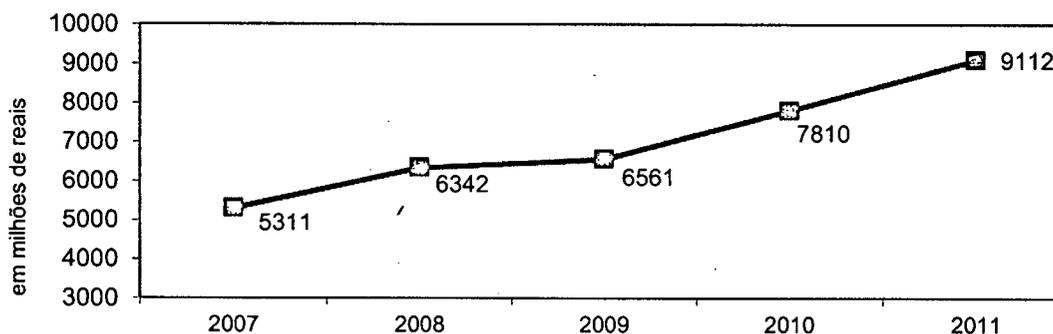


Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Portanto, a arrecadação total do ICMS representou 34,43% da receita orçamentária líquida, 39,12% das receitas correntes líquidas e a quase totalidade das receitas tributárias e de impostos.

Durante os últimos cinco anos, a arrecadação bruta do ICMS apresentou o seguinte comportamento, demonstrado no gráfico:

Gráfico 29 Poder Executivo – Evolução da Arrecadação do ICMS – 2007 a 2011

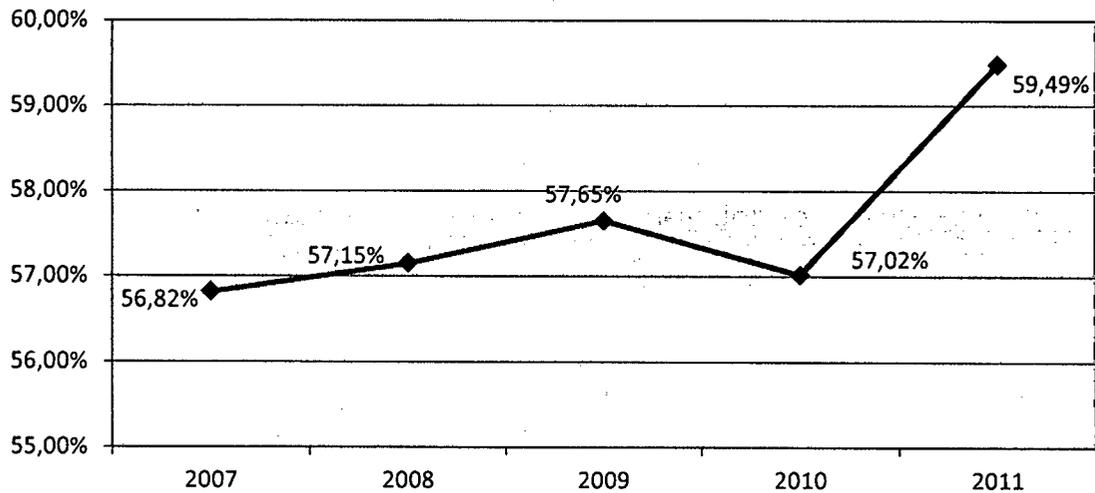


Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

A arrecadação bruta do ICMS, no exercício de 2011, foi superior em 16,67% em termos nominais, em relação a do exercício anterior, e alcançou o montante de R\$9.112.252.878,51. Considerando a inflação do período, pelo índice de 5,80% (Índice de Preços ao Consumidor – IPC/FIPE), o incremento real da arrecadação foi de 31,27% no exercício.

O gráfico evidencia, em percentagens, a evolução da participação do ICMS na arrecadação estadual nos últimos cinco anos:

Gráfico 30 Participação do ICMS na Receita Estadual – 2007 a 2011



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

Em 2011, o ICMS representou 59,49% da receita orçamentária, participação 2,47% superior em relação ao exercício de 2010.

É oportuno citar que o orçamento de 2011 estimou uma arrecadação líquida de ICMS da ordem de R\$6.698.119.000,00. Portanto, a importância arrecadada superou em 1,78% essa previsão.

#### 2.3.2.1.3.1.1.2 Receita de Taxas

No exercício de 2011, a arrecadação das taxas alcançou o montante líquido de R\$667.589.650,77, representando um acréscimo de 19,48% do valor líquido previsto de R\$558.746.000,00.

Tabela 195 Poder Executivo – Composição da Receita de Taxas

| Título                              | Em R\$1            |               |
|-------------------------------------|--------------------|---------------|
|                                     | Valor              | %             |
| Pela Prestação de Serviços Públicos | 769.374.536        | 115,25        |
| Pelo Exercício do Poder de Polícia  | 21.337.262         | 3,20          |
| (-)Dedução de Taxas                 | (123.122.147)      | (18,44)       |
| <b>Total</b>                        | <b>667.589.651</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Dentre as taxas pela prestação de serviços públicos, as mais relevantes são as taxas de serviços estaduais. No exercício de 2011 a receita dessas taxas foi estimada em R\$427.603.000,00 enquanto sua arrecadação efetiva alcançou a cifra de R\$507.038.362,61, sendo 18,58% superior àquela previsão.

Dentre as taxas pelo exercício do poder de polícia, as mais relevantes são as taxas de controle e fiscalização ambiental, que no exercício de 2011 foram de R\$14.964.288,64.

#### 2.3.2.1.3.1.1.3 Receita de Contribuição de Melhoria

Apesar da competência constitucional (CF/88, art. 145) para o Estado poder instituir contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas, não houve arrecadação referente a este item no exercício sob análise.

#### 2.3.2.1.3.1.2 Receita de Contribuições

É a receita proveniente da contribuição do servidor estadual para o regime próprio de previdência social e de assistência à saúde. A receita de contribuições, inicialmente prevista em R\$2.192.771.000,00, alcançou, no exercício sob análise, o montante líquido de R\$1.763.093.176,53, correspondendo a 11,51% da arrecadação total do Poder Executivo.

A arrecadação das receitas de contribuições, no exercício de 2011, foi auferida pelo Ipagso, no valor de R\$732.546.369,68 e pela Goiásprev, no valor líquido de R\$1.030.546.806,85.

Verifica-se que do total líquido apurado proveniente das receitas de contribuições, o montante líquido de R\$636.296.074,99 refere-se a receitas intragovernamentais, ou seja, são referentes a valores transferidos da própria administração estadual.

#### 2.3.2.1.3.1.3 Receita Patrimonial

Registra o valor total da arrecadação da receita patrimonial referente ao resultado financeiro da aplicação de recursos em inversões financeiras ou provenientes de bens imobiliários ou mobiliários, tais como aluguéis, concessões e permissões de uso.

Inicialmente prevista em R\$98.549.000,00, a receita patrimonial atingiu o montante líquido de R\$403.488.335,23, perfazendo um excesso de arrecadação da ordem de 309,43%. Tal fato ocorreu em função do contrato firmado com a Caixa Econômica Federal pelo repasse da folha de pagamento do Estado, gerando uma receita auferida pelo Tesouro Estadual no valor de R\$304.015.718,43.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Outrossim, a segunda arrecadação mais relevante dessa origem de receitas, foi a auferida pelo Funmineral, no valor de R\$17.425.495,75, principalmente em função da receita de concessões e permissões, com R\$17.028.704,09.

A totalidade dos valores referentes à receita patrimonial é demonstrada na tabela abaixo:

Tabela 196 Poder Executivo – Receita Patrimonial

| Título                              | Valor              | Em R\$1       |
|-------------------------------------|--------------------|---------------|
|                                     |                    | %             |
| Receitas Imobiliárias               | 938.702            | 0,23          |
| Receitas de Valores Mobiliários     | 60.914.922         | 15,10         |
| Receitas de Concessões e Permissões | 45.082.674         | 11,17         |
| Outras Receitas Patrimoniais        | 304.015.718        | 75,35         |
| (-)Deduções da Receita Patrimonial  | (7.463.681)        | (1,85)        |
| <b>Total</b>                        | <b>403.488.335</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

#### 2.3.2.1.3.1.4 Receita Agropecuária

Não houve previsão orçamentária para essa categoria de receitas, e sua arrecadação atingiu o montante de R\$206.363,57.

#### 2.3.2.1.3.1.5 Receita Industrial

Não houve previsão ou arrecadação dessa categoria de receitas no exercício sob exame.

#### 2.3.2.1.3.1.6 Receita de Serviços

Registra o valor total da arrecadação da receita originária da prestação de serviços, tais como atividades comerciais, financeiras, de transporte, de comunicação, de saúde, de armazenagem, serviços científicos e tecnológicos, de meteorologia, agropecuários e etc.

As receitas de serviços, inicialmente previstas em R\$187.092.000,00, somando-se as receitas intraorçamentárias, atingiram, ao final do exercício de 2011, a importância de R\$176.181.314,66, correspondendo a 1,15% da arrecadação do Poder Executivo, sendo distribuídas de acordo com a tabela a seguir:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Tabela 197 Poder Executivo – Receita de Serviços

| Título   | Valor              | Em R\$1       |
|--|--------------------|---------------|
|  |                    | %             |
| <b>Orçamentárias</b>   | <b>148.860.522</b> | <b>84,49</b>  |
| Serviços Financeiros   | 39.192.838         | 22,25         |
| Serviços de Comunicação  | 5.453.984          | 3,10          |
| Serviços de Saúde  | 92.285.115         | 52,38         |
| Serviços de Processamento de Dados                             | 7.744.142          | 4,40          |
| Serviços Administrativos                                       | 450.332            | 0,26          |
| Serviços Educacionais  | 2.470.054          | 1,40          |
| Serviços Agropecuários   | 285.452            | 0,16          |
| Serviços Recreativos e Culturais                               | 94.334             | 0,05          |
| Serviços de Consultoria, Assist. Técnica e Análise de Projetos | 578.085            | 0,33          |
| Serviços de Hospedagem e Alimentação                           | 302.809            | 0,17          |
| Serviços de Cadastramento de Fornecedores                      | 3.378              | 0,00          |
| <b>Intraorçamentárias</b>                                      | <b>28.806.775</b>  | <b>16,35</b>  |
| Serviços Administrativos                                       | 28.806.775         | 16,35         |
| <b>(-)Deduções das Receitas de Serviços</b>                    | <b>(1.485.983)</b> | <b>(0,84)</b> |
| (-)Deduções das Receitas de Serviços                           | (1.485.983)        | (0,84)        |
| <b>Total</b>   | <b>176.181.315</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

#### 2.3.2.1.3.1.7 Transferências Correntes

Esse grupo de receitas representa os recursos financeiros recebidos de pessoas jurídicas ou físicas e que serão aplicados no atendimento de despesas correntes. As transferências correntes recebidas no exercício de 2011 atingiram o montante de R\$3.662.923.717,15. Com as deduções ocorridas na arrecadação desta receita, de R\$356.635.854,90, seu valor passou para R\$3.306.287.862,25, sendo responsável por 21,58% do total da arrecadação do Poder Executivo.

As mais relevantes entre as transferências correntes são aquelas originadas da participação do Estado na receita da União, com um percentual na ordem de 55,67%, dentre as quais se destaca a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, conforme detalhado na tabela a seguir:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Tabela 198 Poder Executivo – Transferências Correntes

Em R\$1,00

| Título   | Valor                       | %                     |
|--|-----------------------------|-----------------------|
| <b>Transferências Intergovernamentais</b>  | <b><u>3.638.628.505</u></b> | <b><u>110,05</u></b>  |
| <b>Transferências da União</b>   | <b><u>2.265.964.882</u></b> | <b><u>68,54</u></b>   |
| Participação na Receita da União   | <u>1.840.663.408</u>        | <u>55,67</u>          |
| Cota-Parte Fundo Participação dos Estados e do Distrito Federal  | 1.708.354.553               | 51,67                 |
| Cota-Parte do Imposto sobre Produtos Industrializados  | 54.528.849                  | 1,65                  |
| Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE  | 77.779.844                  | 2,35                  |
| Cota-Parte Imp. sobre Operações de Créditos, Câmbio e Seg. Rel. a Títulos ou Valores Mobiliários – Comércio do Ouro        | 161                         | 0,00                  |
| Transferência de Compensação Financeira p/ Exploração de Recursos Naturais   | <u>79.759.932</u>           | <u>2,41</u>           |
| Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde/SUS – Repasse Fundo a Fundo  | <u>704.447</u>              | <u>0,02</u>           |
| Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE   | <u>124.755.573</u>          | <u>3,77</u>           |
| Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. nº 87/96   | <u>19.520.280</u>           | <u>0,59</u>           |
| Outras Transferências da União   | <u>200.561.243</u>          | <u>6,07</u>           |
| <b>Transferências Multigovernamentais</b>  | <b><u>1.372.663.623</u></b> | <b><u>41,52</u></b>   |
| Transf. de Rec. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb | 1.372.663.623               | 41,52                 |
| <b>Transferências de Instituições Privadas</b>   | <b><u>1.500</u></b>         | <b><u>0,00</u></b>    |
| Doação de Pessoas Jurídicas a UEG  | 1.500                       | 0,00                  |
| <b>Transferências de Convênios</b>   | <b><u>24.293.712</u></b>    | <b><u>0,73</u></b>    |
| Transferências de Convênios da União e suas Entidades  | 18.748.460                  | 0,57                  |
| Transferências de Convênios dos Municípios e suas Entidades  | 1.050.533                   | 0,03                  |
| Transferências de Convênios de Instituições Privadas   | 173.425                     | 0,01                  |
| Outras Transferências de Convênios   | 4.321.293                   | 0,13                  |
| <b>(-)Deduções das Receitas de Transferências</b>  | <b><u>(356.635.855)</u></b> | <b><u>(10,79)</u></b> |
| <b>Total</b>   | <b><u>3.306.287.862</u></b> | <b><u>100,00</u></b>  |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

O Fundo de Participação dos Estados corresponde a 21,50% da receita líquida da arrecadação federal do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. O índice de participação de cada Estado foi estabelecido por meio do anexo único da Lei Complementar Federal nº 62/89, sendo que ao Estado de Goiás são destinados 2,8431% deste Fundo.

Os coeficientes de participação dos Estados na Receita da União são estipulados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, que é também o responsável pela auditoria da Receita do Imposto de Renda – IR e do Imposto sobre os Produtos Industrializados – IPI, que servem de base para o cálculo das transferências aos Estados e Municípios.

#### 2.3.2.1.3.1.8 Outras Receitas Correntes

Os ingressos de recursos orçamentários classificados nesse subgrupo de contas perfizeram em 2011 o montante líquido de R\$1.017.127.462,85, correspondendo a um superávit de arrecadação da ordem de 132,44% da previsão inicial, que era de R\$437.580.000,00.

A tabela seguinte apresenta a composição dessas receitas:

Tabela 199 Poder Executivo – Outras Receitas Correntes

| Título                                    | Valor                | Em R\$1       |
|---|----------------------|---------------|
|   |                      | %             |
| Multas e Juros de Mora                    | 224.682.003          | 22,09         |
| Indenizações e Restituições               | 42.310.099           | 4,16          |
| Receita da Dívida Ativa                   | 642.471.158          | 63,17         |
| Receitas Diversas                         | 134.075.065          | 13,18         |
| (-)Deduções das Outras Receitas Correntes | (26.410.862)         | (2,60)        |
| <b>Total</b>                              | <b>1.017.127.463</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

#### 2.3.2.1.3.2 Receitas de Capital

São registradas nesse grupo de contas as receitas que alteram o patrimônio duradouro do Estado. Compreende as receitas provenientes da conversão de bens e direitos em espécie, do recebimento de amortizações de empréstimos anteriormente concedidos, da contratação de empréstimos a longo prazo, de transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado para custear despesas de capital.

As receitas de capital do Poder Executivo atingiram o valor de R\$1.834.162.933,34, correspondendo a um aumento de 4,17% da sua previsão inicial, no montante de R\$1.760.736.000,00. Sua composição consta da tabela a seguir:

Tabela 200 Poder Executivo – Receitas de Capital

| Título                               | Em R\$1              |               |
|--------------------------------------|----------------------|---------------|
|                                      | Valor                | %             |
| Operações de Crédito                 | 1.760.436.794        | 95,98         |
| Alienação de Bens                    | 4.039.178            | 0,22          |
| Amortização de Empréstimos           | 1.185.769            | 0,06          |
| Transferências de Capital            | 68.481.192           | 3,73          |
| Outras Receitas de Capital           | 20.000               | 0,00          |
| (-)-Deduções das Receitas de Capital | 0                    | 0,00          |
| <b>Total</b>                         | <b>1.834.162.933</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

As receitas de capital do exercício apresentaram um acréscimo de 520,77% em relação à arrecadação verificada em 2010, que alcançou o montante de R\$295.463.620,98.

A seguir são detalhados os subgrupos de receitas que compõem as receitas de capital.

#### 2.3.2.1.3.2.1 Receitas de Operações de Crédito

As receitas de operações de crédito são provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, ou seja, obtenção de créditos mediante empréstimos realizados pela administração pública. Dessa forma, tais receitas resultam em movimentação de registros no ativo, no passivo e nas variações patrimoniais.

O montante previsto para este subgrupo de receitas foi de R\$1.589.362.000,00, ao final do exercício o saldo apresentado foi de R\$1.760.436.794,23, decorrente de novas contratações de dívidas, por parte do Estado.

A contratação dessa operação de crédito está comentada no item 1.2.2.2.1 que discorre sobre a dívida consolidada do Estado. Vale ressaltar que trata-se de empréstimo realizado junto à Caixa Econômica Federal para fazer face à amortização de dívidas da Celg.

#### 2.3.2.1.3.2.2 Receitas de Alienação de Bens

A tabela a seguir demonstra a composição das receitas de alienação de bens:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Tabela 201 Poder Executivo – Receitas de Alienação de Bens

| Título                           | Valor            | Em R\$1       |
|----------------------------------|------------------|---------------|
|                                  |                  | %             |
| <b>Alienação de Bens Móveis</b>  | <b>3.834.885</b> | <b>94,94</b>  |
| Alienação de Títulos Mobiliários | 0                | 0,00          |
| Alienação de Outros Bens Móveis  | 3.834.885        | 94,94         |
| <b>Alienação de Bens Imóveis</b> | <b>204.293</b>   | <b>5,06</b>   |
| (-)Deduções de Alienação de Bens | 0                | 0,00          |
| <b>Total</b>                     | <b>4.039.178</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

A previsão orçamentária para as receitas com alienação de bens era de R\$2.338.000,00, tendo sido arrecadado o montante líquido de R\$4.039.177,58, representando um superávit de 72,76% dessa previsão.

2.3.2.1.3.2.3 Amortização de Empréstimos

A previsão orçamentária para essa origem de receitas foi de R\$2.757.000,00, tendo sido efetivamente amortizado o montante de R\$1.185.769,16.

2.3.2.1.3.2.4 Transferências de Capital

As transferências de capital recebidas em 2011 somaram R\$68.481.192,37, perfazendo 41,21% da cifra prevista, que era de R\$166.182.000,00.

Tabela 202 Poder Executivo – Transferências de Capital

| Título   | Valor             | Em R\$1       |
|--|-------------------|---------------|
|  |                   | %             |
| <b>Transferências Intergovernamentais</b>                        | <b>743.487</b>    | <b>1,09</b>   |
| Transferências da União  | 743.487           | 1,09          |
| <b>Transferências de Convênios</b>                               | <b>67.737.705</b> | <b>98,91</b>  |
| Transf. de Convênios da União p/ Sistema Único de Saúde – SUS    | 1.036.426         | 1,51          |
| Transf. de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação | 26.729.817        | 39,03         |
| Outras Transf. de Convênios da União                             | 31.959.105        | 46,67         |
| Transf. de Convênios dos Estados e do DF e suas Entidades        | 658.261           | 0,96          |
| Transf. de Convênios com Outras Entidades                        | 7.354.096         | 10,74         |
| <b>Total</b>   | <b>68.481.192</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Das transferências de capital recebidas, 98,91% refere-se a receita de convênios, com destinações específicas e classificadas como recursos vinculados.

#### 2.3.2.1.3.2.5 Outras Receitas de Capital

As outras receitas de capital recebidas em 2011 importaram em R\$20.000,00, representando 0,33% da previsão inicial de R\$6.097.000,00.

#### 2.3.2.2 Despesa

##### 2.3.2.2.1 Comparação entre a Despesa Autorizada e a Executada

A despesa do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2011, fixada pela Lei Orçamentária Anual nº 17.266, de 26 de janeiro de 2011, foi de R\$13.528.681.000,00, originários dos recursos do Tesouro, convênios e receitas próprias das autarquias, fundações e fundos especiais.

Com a abertura de créditos adicionais no montante de R\$5.381.565.162,50 e reduções de R\$3.662.269.206,56, a despesa autorizada alcançou a importância de R\$15.247.976.955,94, representando um acréscimo de 12,71% da previsão inicial.

Do montante autorizado, foram executadas despesas no valor de R\$13.061.744.857,45, ocasionando uma economia orçamentária de R\$2.186.232.098,49, da ordem de 14,34%, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 203 Poder Executivo – Comportamento da Despesa

| Título                       | Em R\$1               |               |
|------------------------------|-----------------------|---------------|
|                              | Valor                 | %             |
| <b>Despesa Autorizada</b>    | <b>15.247.976.956</b> | <b>100,00</b> |
| Despesa Executada            | 13.061.744.857        | 85,66         |
| <b>Economia Orçamentária</b> | <b>2.186.232.098</b>  | <b>14,34</b>  |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

A gestão da despesa orçamentária será objeto de análise nos itens seguintes.

##### 2.3.2.2.2 Classificação Institucional da Despesa

A execução da despesa por órgão e entidade do Poder Executivo apresentou o seguinte comportamento no exercício de 2011:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Tabela 204 Poder Executivo – Despesas Segundo a Classificação Institucional

| Órgão   | Valor                       | % | Em R\$1             |
|---|-----------------------------|---|---------------------|
|   |                             |   |                     |
| <b>Administração Direta</b>   | <b><u>7.592.800.771</u></b> |   | <b><u>58,13</u></b> |
| Gabinete do Secretário da Casa Civil – Gab-SCC                                | 60.667.433                  |   | 0,46                |
| Defensoria Pública do Estado de Goiás – DPEG                                  | 2.261.185                   |   | 0,02                |
| Vice-Governadoria – VG  | 3.514.374                   |   | 0,03                |
| Procuradoria Geral do Estado – PGE  | 62.056.786                  |   | 0,48                |
| Controladoria Geral do Estado – SEG   | 11.991.593                  |   | 0,09                |
| Gabinete Militar – GM   | 22.199.901                  |   | 0,17                |
| Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia – Sederm     | 2.400.061                   |   | 0,02                |
| Secretaria das Cidades – Cidades  | 14.912.100                  |   | 0,11                |
| Secretaria de Articulação Institucional – Saip                                | 7.428.730                   |   | 0,06                |
| Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação – Seagro                      | 28.589.264                  |   | 0,22                |
| Secretaria de Cidadania e Trabalho – SCT                                      | 72.137.239                  |   | 0,55                |
| Secretaria da Educação – Seduc  | 1.838.136.802               |   | 14,07               |
| Gabinete do Secretário da Fazenda – Gab-Sefaz                                 | 535.198.735                 |   | 4,10                |
| Encargos Financeiros do Estado – SEF – Sefaz                                  | 3.102.816.533               |   | 23,75               |
| Encargos Especiais – SEF – Sefaz  | 151.630.461                 |   | 1,16                |
| Secretaria de Indústria e Comércio – SIC                                      | 4.608.545                   |   | 0,04                |
| Secretaria de Infraestrutura – Seinfra  | 19.993.169                  |   | 0,15                |
| Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Semarh                  | 17.597.587                  |   | 0,13                |
| Gabinete do Secretário de Gestão e Planejamento – Gab-Segplan                 | 87.668.606                  |   | 0,67                |
| Encargos Gerais do Estado – Segplan –   | 174.073.457                 |   | 1,33                |
| Gabinete do Secretário da Segurança Pública e Justiça – Gab-SSP               | 148.543.957                 |   | 1,14                |
| Polícia Militar – PM  | 802.508.139                 |   | 6,14                |
| Corpo de Bombeiros Militar – CBM  | 151.899.932                 |   | 1,16                |
| Polícia Civil – Gab-PC  | 264.251.633                 |   | 2,02                |
| Secretaria de Ciência e Tecnologia – Sectec                                   | 4.567                       |   | 0,00                |
| Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial – Semira | 5.709.978                   |   | 0,04                |

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

| Órgão  | Valor                       | % | Em R\$1             |
|--|-----------------------------|---|---------------------|
| <b>Administração Indireta</b>  | <b><u>3.653.359.833</u></b> |   | <b><u>27,97</u></b> |
| Agência Goiana de Comunicação – Agecom   | 110.484.205                 |   | 0,85                |
| Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – Detran                                    | 157.129.251                 |   | 1,20                |
| Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – Emater | 28.068.584                  |   | 0,21                |
| Agência Goiana de Defesa Agropecuária – Agrodefesa                                     | 80.938.014                  |   | 0,62                |
| Agência Goiana de Esporte e Lazer – Agel   | 25.869.153                  |   | 0,20                |
| Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira – Agepel                             | 20.666.845                  |   | 0,16                |
| Junta Comercial do Estado de Goiás – Juceg   | 10.430.396                  |   | 0,08                |
| Agência Estadual de Turismo – Goiás Turismo  | 16.468.357                  |   | 0,13                |
| Agência Goiana de Transportes e Obras – Agetop   | 346.348.522                 |   | 2,65                |
| Agência Goiana de Desenvolvimento Regional – AGDR                                      | 7.594.847                   |   | 0,06                |
| Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR        | 22.225.596                  |   | 0,17                |
| Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás – Ipasgo      | 825.075.083                 |   | 6,32                |
| Goiás Previdência – Goiasprev  | 1.737.220.201               |   | 13,30               |
| Agência Goiana do Sistema de Execução Penal – Agesep                                   | 46.476.552                  |   | 0,36                |
| Universidade Estadual de Goiás – UEG   | 178.410.393                 |   | 1,37                |
| Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – Fapeg                               | 39.953.834                  |   | 0,31                |
| <b>Fundos Especiais</b>  | <b><u>1.815.584.254</u></b> |   | <b><u>13,90</u></b> |
| Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Procuradoria Geral do Estado – Funproge        | 887.482                     |   | 0,01                |
| Fundo Especial de Desenvolvimento Rural – Funder                                       | 789.203                     |   | 0,01                |
| Fundo de Assistência Social – Feas   | 61.909.380                  |   | 0,47                |
| Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fecad                        | 15.000                      |   | 0,00                |
| Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás – Protege                                  | 358.684.627                 |   | 2,75                |
| Fundo de Modernização da Administração Fazendária do Estado de Goiás – Fundaf          | 5.149.860                   |   | 0,04                |
| Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás – Fomentar       | 12.038.453                  |   | 0,09                |
| Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais – Funproduzir                       | 12.715.058                  |   | 0,10                |

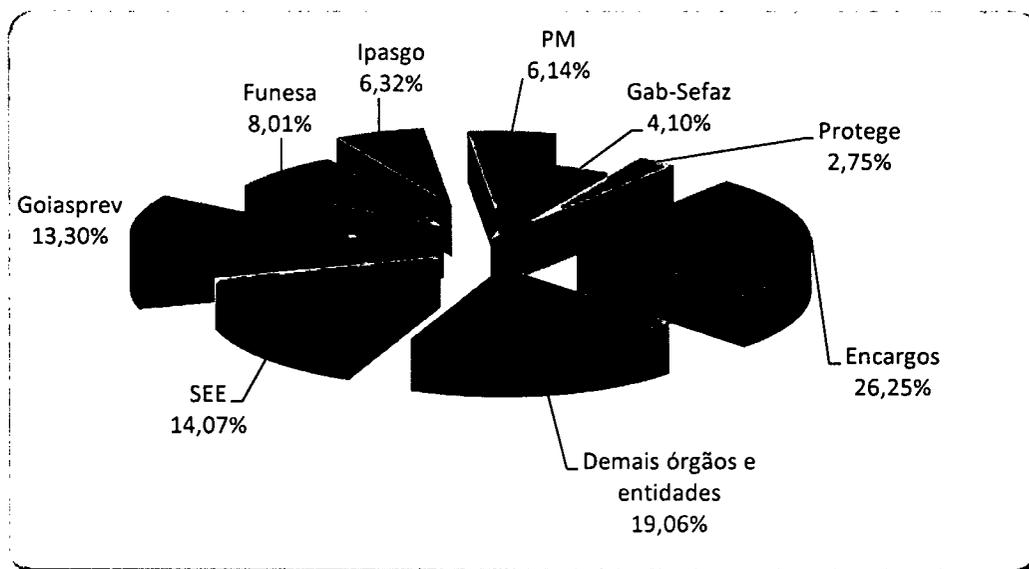
Em R\$1

| Órgão  | Valor                 | %            |
|--|-----------------------|--------------|
| Fundo de Fomento à Mineração – Funmineral  | 12.511.045            | 0,10         |
| Fundo Estadual do Meio Ambiente – Fema   | 15.250.657            | 0,12         |
| Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás – Funcam                   | 216.683               | 0,00         |
| Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás – Fundes                         | 498.092               | 0,00         |
| Fundo Especial de Saúde – Funesa   | 1.046.531.454         | 8,01         |
| Fundo Especial de Gestão da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago – Fungesp | 1.246.634             | 0,01         |
| Fundo Estadual de Segurança Pública – Funesp   | 61.645.548            | 0,47         |
| Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon                                       | 732.069               | 0,01         |
| Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia – Fectec  | 46.161.566            | 0,35         |
| Fundo de Transportes – FT  | 178.601.443           | 1,37         |
| <b>Total</b>   | <b>13.061.744.857</b> | <b>59,28</b> |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Destacam-se, pelo volume de aplicação de recursos, a Seduc, a Goiasprev, o Funesa, a Ipasgo, a PM, o Gab-Sefaz e o Protege Goiás, responsáveis por 54,69% da execução da despesa, e ainda as transferências constitucionais e encargos financeiros, com 26,25%, como ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 31 Poder Executivo – Participação dos Órgãos na Despesa



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

**Relatório sobre as Contas do Governador do Estado**  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Na administração direta, excetuando-se os gastos com encargos, a Secretaria da Educação – Seduc obteve a maior participação no orçamento do Poder Executivo com 14,07%.

Entre as autarquias e fundações, a Goiás Previdência – Goiasprev foi o órgão com maior participação no orçamento do Poder Executivo com 13,30%.

E entre os fundos especiais, o Fundo Especial de Saúde – Funesa e o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás – Protege Goiás tiveram a maior participação no orçamento do Poder Executivo com 8,01% e 2,75%, respectivamente.

Os encargos, responsáveis por 26,25% do total da despesa, compreendem os gastos decorrentes de transferências constitucionais, de recursos para saldar compromissos relativos à dívida interna e externa e de subvenções econômicas.

#### 2.3.2.2.3 Classificação Funcional da Despesa

A despesa por função do Poder Executivo apresentou o seguinte comportamento no exercício de 2011:

Tabela 205 Poder Executivo – Classificação da Despesa por Função

| Função                           | Valor                | %            |
|----------------------------------|----------------------|--------------|
|                                  |                      | Em R\$1      |
| <b>Funções Sociais</b>           | <b>5.847.528.238</b> | <b>44,77</b> |
| Educação                         | 2.481.272.734        | 19,00        |
| Saúde                            | 1.863.220.490        | 14,26        |
| Previdência Social               | 1.281.657.450        | 9,81         |
| Assistência Social               | 145.170.991          | 1,11         |
| Desporto e Lazer                 | 29.375.001           | 0,22         |
| Cultura                          | 26.086.957           | 0,20         |
| Direitos da Cidadania            | 11.103.129           | 0,09         |
| Trabalho                         | 9.641.487            | 0,07         |
| <b>Funções de Produção</b>       | <b>483.119.282</b>   | <b>3,70</b>  |
| Ciência e Tecnologia             | 296.494.903          | 2,27         |
| Agricultura                      | 123.136.238          | 0,94         |
| Indústria                        | 34.788.836           | 0,27         |
| Comércio e Serviços              | 28.690.305           | 0,22         |
| Organização Agrária              | 9.000                | 0,00         |
| <b>Funções Típicas do Estado</b> | <b>1.503.820.587</b> | <b>11,51</b> |
| Segurança Pública                | 1.442.283.810        | 11,04        |
| Judiciária                       | 61.536.777           | 0,47         |

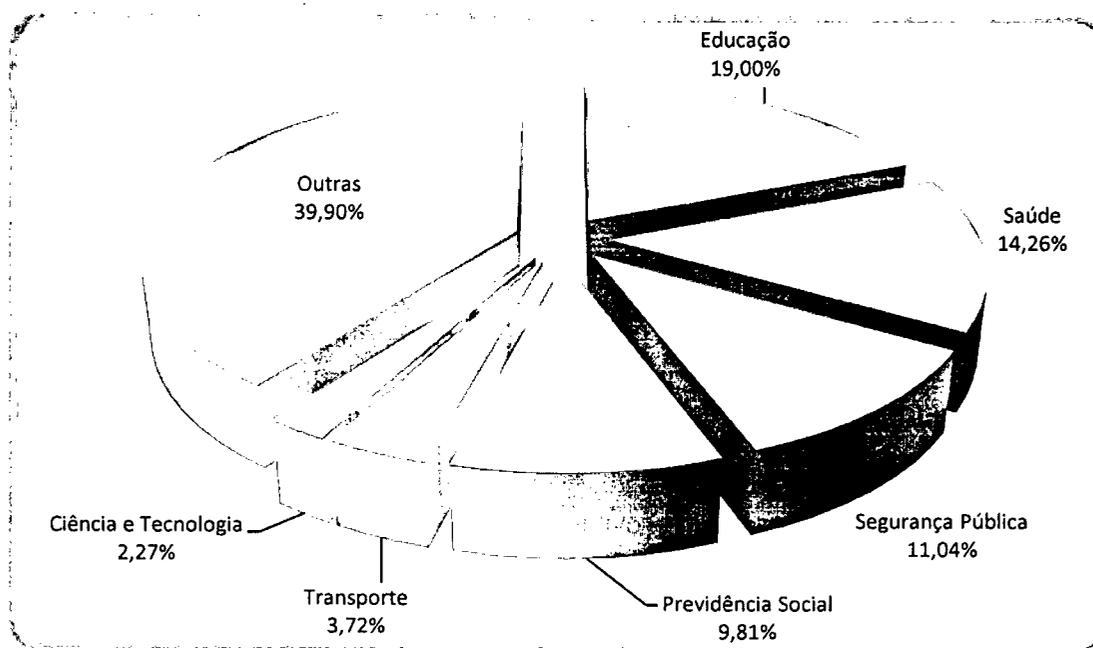
Relatório sobre as Contas do Governador do Estado  
Análise Consolidada do Poder Executivo  
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

| Função                           | Valor                 | %             | Em R\$1 |
|----------------------------------|-----------------------|---------------|---------|
| <b>Funções de Infraestrutura</b> | <b>504.591.543</b>    | <b>3,86</b>   |         |
| Transporte                       | 485.668.367           | 3,72          |         |
| Habitação                        | 8.168.682             | 0,06          |         |
| Comunicações                     | 4.665.416             | 0,04          |         |
| Urbanismo                        | 3.565.378             | 0,03          |         |
| Saneamento                       | 2.498.262             | 0,02          |         |
| Energia                          | 25.438                | 0,00          |         |
| <b>Administração</b>             | <b>1.533.498.708</b>  | <b>11,74</b>  |         |
| <b>Relações Exteriores</b>       | <b>90.469</b>         | <b>0,00</b>   |         |
| <b>Gestão Ambiental</b>          | <b>5.673.420</b>      | <b>0,04</b>   |         |
| <b>Encargos Especiais</b>        | <b>3.183.422.610</b>  | <b>24,37</b>  |         |
| <b>Total</b>                     | <b>13.061.744.857</b> | <b>100,00</b> |         |

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Como se depreende do quadro anterior, as funções mais representativas, por volume de recursos, são: educação, saúde, segurança pública, previdência social, transporte e ciência e tecnologia, que participam com 60,10% da execução da despesa do Poder Executivo. O gráfico a seguir ilustra esta distribuição:

Gráfico 32 Poder Executivo – Despesa por Função



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.